



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO**

MANOEL ALVES DA SILVA

ARRANJOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS:

a criação de novos municípios, novas estruturas de poder e as lideranças locais - a divisão territorial de Marabá na década de 1980

Belém
2006

MANOEL ALVES DA SILVA

ARRANJOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS:

a criação de novos municípios, novas estruturas de poder e as lideranças locais - a divisão territorial de Marabá na década de 1980

Tese a apresentada para obtenção do título de Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará

Orientador: Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne

Belém
2006

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPa)

Silva, Manoel Alves da

Arranjos Político-Institucionais: a criação de novos municípios, novas estruturas de poder e as lideranças locais - a divisão territorial de Marabá na década de 1980 / Manoel Alves da Silva; Orientador , Thomas Peter Hurtienne– 2006.

188 f.: il. ; 29 cm
Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2006.

1. Poder (Ciências sociais)- Marabá (PA). 2. Partidos Políticos – Marabá (PA). 3. Criação – municípios. 4. Liderança política – Marabá (PA). 5. Territorialidade humana - Marabá (PA). I. Hurtienne, Thomas, orientador. II. Título.

MANOEL ALVES DA SILVA

ARRANJOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS:

a criação de novos municípios, novas estruturas de poder e as lideranças locais - a divisão territorial de Marabá na década de 1980

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne
Orientador - NAEA/UFPA

Prof. Dr. Francisco de Assis Costa
Examinador - NAEA/UFPA

Prof. Dr. David Ferreira Carvalho
Examinador - NAEA/UFPA

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha
Examinador - UFPA/ CFCH

Prof. Dr. Pere Perit
Examinador - CFCH/UFPA

Resultado:

Às mulheres e aos homens que contribuíram para que eu chegasse até aqui: Cesarina Alves da Silva, minha mãe; Manoel Prota da Silva (*in memoriam*), meu pai; Lucidéa Santos, amiga, esposa e mãe dos meus filhos; Fabíola Santos Alves da Silva, minha filha e grande amiga; Caio Santos Alves, meu filho e grande amigo; Maria José de Oliveira, mãe da mãe dos meus filhos; Janice do Socorro Alves da Silva, minha irmã; Luis Prota da Silva e João Prota da Silva, meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Foram alguns meses de sala de aula, muitos dias, noites, madrugadas. Alguns quilômetros de estradas, visitas às instituições. Foram várias horas dialogando com o orientador, consultando dados, jornais, documentos, realizando entrevistas, transcrevendo fitas, elaborando tabelas, analisando dados estatísticos, analisando entrevistas. Madrugadas chegando, noites se pondo e dias começando, dias, noites, madrugadas. Valeu a pena!

Ao Professor Luis Aragón, professor e orientador¹ que me possibilitou atravessar longos percursos e superar difíceis obstáculos, e por ter me colocado em “terra segura”.

Ao Professor Thomas Hurtienne por ter aceitado a orientação² deste trabalho.

Ao Professor Gerd Kohlhepp.

Aos professores que ao longo da minha formação acadêmica exerceram o papel de orientadores: Dr.^a Tereza Ximenes (Graduação), M.Sc. Juan Hoyos (Especialização), Dr. David Carvalho (Mestrado), Dr. Luis Aragón (Doutorado), Dr. Thomas Hurtienne (Doutorado).

Aos professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

Aos funcionários do NAEA.

Ao Professores Dr. Gilberto Rocha, do Departamento de Geografia, ao Prof. Dr. Edir Veiga do Centro Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará. Aos colegas doutorandos Durbens Nascimento e Ronaldo Lopes, por terem me escutado, e, sobretudo pelas idéias, opiniões e críticas emitidas.

Aos funcionários do setor de documentação da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, do setor de estatística do Tribunal Eleitoral do Estado, do Jornal Correio do Tocantins (Marabá).

A todos aqueles que gentilmente concederam as entrevistas utilizadas no escopo desta tese.

Aos meus alunos da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Marabá (2004), pela compreensão e as reflexões realizadas em sala de aula, fato que me possibilitou ter um olhar mais acurado sobre as relações políticas locais.

¹ O Prof. Dr. Luis Aragón exerceu a orientação desta tese, no período correspondente ao que denominarei de primeira fase: 2000-2004.

² O Professor Dr. Hurtienne exerceu a orientação desta tese, no período que denomino de fase final: 2004-2005.

Ao Livaldo de Oliveira Santos, por nunca ter dito não a um pedido de ajuda.

Aos meus históricos companheiros do Sindicato dos Metalúrgicos do Pará (SIMETAL): Ivo Borges, Clóvis, Sulivam Santa Brígida, Edivaldo Guimarães (Belém), Odileno Meireles (Parauapebas), Valtemir Pereira (Bezourão/Marabá (*in memoriam*)).

[...] a robustez institucional encontra melhor ambiência nas complexas economias produtivas, do que nas simples economias extrativistas.

(Elmar Altvate).

RESUMO

Na presente tese - *Arranjos político-institucionais: a criação de novos municípios, novas estruturas de poder e as lideranças locais. a divisão territorial de marabá na década de 1980* – será apresentada a seguinte assertiva: a criação dos municípios decorrentes do desmembramento de Marabá, no Sudeste paraense, na década de 1980, está circunscrita ao processo de modernização capitalista, em especial, na esfera política (local). Neste caso, no âmbito institucional. Para tanto, serão utilizados os conceitos de Campo, Poder Simbólico, Interesse, Partido Político e Liderança. Conceitos desenvolvidos por Bourdieu, bem como conceitos de Liderança, Partido Político e Eleitor, defendidos por Downs. A pesquisa se desenvolveu nos municípios criados a partir de Marabá: Parauapebas (1988) e Curionópolis (1988), que foram desmembrados dando origem a Eldorado dos Carajás (1991), Água Azul do Norte (1991), Canaã dos Carajás (1994). A estrutura física deste trabalho é constituída de capítulos: No primeiro, serão abordados os procedimentos e o percurso metodológico adotado. No segundo, será apresentado o instrumental teórico-analítico, o problema, o objeto, e as hipóteses balizadoras deste trabalho. No escopo do capítulo terceiro, abordar-se-á o surgimento dos novos municípios, a partir da percepção das lideranças políticas de Marabá. No quarto capítulo serão focalizados os mecanismos de controle e o campo político, enquanto espaço de disputa e dominação. No quinto capítulo, estarão em discussão a representação política, as novas estruturas de poder, as alianças, a competição política e a disputa eleitoral. No sexto capítulo será enfatizado o Sudeste paraense no contexto das emancipações a partir das percepções das lideranças dos municípios emancipados. Por último, as conclusões à luz das análises apresentadas no escopo desta tese. Duas são as mais significativas conclusões: 1) A criação desses municípios resultou de um processo de modernização institucional na região em estudo; 2) A criação desses municípios atendeu aos interesses das lideranças políticas, e atores econômicos em escala municipal e estadual. A partir dessas conclusões, serão feitas as seguintes considerações acerca dos municípios emancipados: Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Parauapebas e Canaã dos Carajás; em função de apresentarem realidades distintas, tiveram como resultado final, após o desmembramento de Marabá, a experiência da autonomia, sem, contudo, perder, inevitavelmente, as marcas da desigualdade. No entanto, em ambos os casos, registrou-se um processo de democratização, no qual as disputas políticas (eleitorais) e os conflitos decorrentes passam a ser regulados pela regras definidas no marco do Estado de Direito. Por fim, o percurso metodológico adotado elegeu as lideranças locais como importantes interlocutores, tendo por objetivo obter o “olhar” das lideranças políticas locais sobre esse processo.

Palavras-Chave: Municípios. Emancipação. Modernização Institucional. Lideranças Políticas. Partidos Políticos. Competição Eleitoral.

ABSTRACT

In this thesis – institutional and political arrangements: the creation of new municipalities, new power structures, and local leadership; the territorial division of Marabá in the 80's – we present the following assertion: the creation of municipalities as a result of the territorial partition of Marabá, in the southeast of the State of Pará (Brazil), during the 80's, is connected to the process of capitalist modernization, particularly in the (local) political dimension, and, in this case, at an institutional aspect. We therefore use Campos' concepts of symbolic power, political party, and leadership. Such concepts were developed by Bourdieu and concepts of leadership, political party and voter, defended by Downs. The research was conducted in the municipalities created from the territorial partition of Marabá: Parauapebas (1988), and Curionópolis (1988), which, on their turn, were disunited and originated the municipalities of Eldorado dos Carajás (1991), Água Azul do Norte (1991), and Canaã dos Carajás (1994). The physical structure of this work is formed by chapters: In the first chapter, we discuss the proceedings and the methodological approach used to produce the thesis. In the second chapter, we present the theoretical and analytical instruments, the problem, the object, and the hypotheses that guided this work. The third chapter discusses the onset of new municipalities from the perception of the local political leaders of Marabá. In the fourth chapter, we focus on the control devices and the political field as a space of dispute and dominion. In the fifth chapter, we present the political representations, the new structures of power, the alliances, the political competition, and the election disputes. In the sixth chapter, we deal with the southeastern territory of the State of Pará within the context of emancipations as perceived by the emancipated municipalities political leaders. Finally, we discuss our own conclusions in the light of the analyses presented in this thesis. Our most significant conclusions are: 1) The creation of new municipalities resulted from an institutional modernization process in the area; 2) The creation of these municipalities was a response to the interests of local political leaders and economic actors, at a municipal and regional state scale. From such conclusions, make at the following final considerations: There are different situations in Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Parauapebas, and Canaã dos Carajás. Therefore, despite the fact that all those municipalities came from the territorial partition of Marabá, the final result produced different realities, marked by inequalities. In both cases, however, there could be seen a democratization process, in which political (electoral) disputes, and the resulting conflicts started to be regulated by rules defined by the State of Right. The methodological path adopted in this work chose the local leaders as important actors, aiming at capturing the “local political leaders’ vision” about this process.

Key Words: Municipalities. Emancipation. Institutional Modernization. Political Leaderships. Political Parties. Electoral Competition.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Áreas antropizadas no estado do Pará.....	25
Gráfico 1 -	Resultado em % do plebiscito em Parauapebas.....	105
Gráfico 2 -	Resultado em % do plebiscito em Curionópolis.....	108
Gráfico 3 -	Resultado em % do plebiscito em Canaã dos Carajás.....	112
Gráfico 4 -	Resultado em % do plebiscito em Água Azul do Norte.....	115
Gráfico 5 -	Disputa eleitoral em Marabá, por partido político.....	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Municípios criados a partir de 1991.....	26
Quadro 2 -	Demonstrativo dos entrevistados.....	31
Quadro 3 -	Autoria dos projetos de lei propondo a criação de municípios....	63
Quadro 4 -	Prefeitos eleitos e respectivos partidos, município de Marabá....	120
Quadro 5 -	Candidatos à prefeitura de Marabá, 1985.....	121
Quadro 6 -	Governadores do Pará, 1983-2004.....	125
Quadro 7 -	Candidatos a prefeito de Marabá, 1992.....	125
Quadro 8 -	Candidatos a prefeito de Marabá, 1996.....	127
Quadro 9 -	Candidatos a prefeito de Marabá, 2000.....	128
Quadro 10 -	Candidatos a prefeito de Marabá, 2004.....	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Divisão do Estado do Pará em Messorregiões.....	25
Tabela 2 -	IDH-M 1980-1991.....	28
Tabela 3 -	Candidatos mais votados em Marabá: Deputado federal, 2002.....	66
Tabela 4 -	Os cinco candidatos a deputado estadual mais votados em Marabá, 2002	68
Tabela 5 -	Resultado da apuração dos plebiscitos – Parauapebas e Curionópolis.....	105
Tabela 6 -	Votação referente à região.....	116

LISTA DE SIGLAS

ACIP	Associação Comercial, Industrial e Serviços de Parauapebas
ALBRAS	Alumínio Brasileiro
ALUMAR	Alumínio do Maranhão
ARENA	Aliança de Renovação Nacional
BASA	Banco da Amazônia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CE	Comunidade de Estados Independentes
CCH	Centro de Ciências Humanas.
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CEDERES	Centros de Desenvolvimento Regional
CEE	Comunidade Econômica Européia
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CMM	Câmara Municipal de Marabá
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DELIS	Plano de Desenvolvimento Social Integrado
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos das América
FJP	Fundação João Pinheiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
GP	Grandes Projetos
GETAT	Grupo Executivo de Terras Araguaia Tocantins
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Estado do Pará
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
LSN	Lei de Segurança Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro

MERCOSUL	Mercado Comum do Cone Sul
MSS	Mineração Serra do Sossego
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NAFTA	Associação de Livre Comércio da América do Norte
OMC	Organização Mundial Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFC	Projeto Ferro Carajás
PFL	Partido Frente Liberal
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Popular
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESPA	Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SNI	Serviço Nacional de Informação
TER	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDR	União Democrática Ruralista
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 O PERCURSO METODOLÓGICO ADOTADO	24
3 INSTRUMENTAL TEÓRICO-ANALÍTICO	34
3.1 ABORDAGEM SUPLEMENTAR.....	42
4 O SURGIMENTO DOS NOVOS MUNICÍPIOS A PARTIR DA PERCEPÇÃO DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS DE MARABÁ	50
4.1 O REORDENAMENTO ESPACIAL E AS NOVAS TERRITORIALIDADES ECONÔMICAS.....	50
4.2 COMPETIÇÃO POLÍTICA: FAZENDEIROS, CASTANHAIS, MINERAÇÃO E O GARIMPEIROS.....	66
4.3 ATORES ECONÔMICOS, AS LIDERANÇAS POLÍTICAS E O SUDESTE PARAENSE.....	79
5 MECANISMOS DE CONTROLE E O CAMPO POLÍTICO	102
5.1 REGRAS, MECANISMOS DE CONTROLE E OS PROCEDIMENTOS POLÍTICO-LEGAIS.....	103
5.2 PLEBISCITO, LEGITIMIDADE E AS REGRAS DO JOGO.....	105
6 A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, AS NOVAS ESTRUTURAS DE PODER E AS LIDERANÇAS LOCAIS	117
6.1 ALIANÇAS, COMPETIÇÃO POLÍTICA E A DISPUTA ELEITORAL PELO O EXECUTIVO MUNICIPAL.....	117
7 O SUDESTE PARAENSE, DIVISÃO TERRITORIAL E A CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NA DÉCADA DE 1980	131
7.1 OLHARES E PERCEPÇÕES DAS LIDERANÇAS SOBRE O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS A PARTIR DAS LIDERANÇAS DOS MUNICÍPIOS EMANCIPADOS.....	136
7.2 AS EMANCIPAÇÕES: O OLHAR DAS LIDERANÇAS LOCAIS.....	138
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS	178
ANEXOS	185

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentamos a seguinte questão: a criação dos municípios decorrentes do desmembramento de Marabá, no Sudeste paraense, na década de 1980, está circunscrita no processo de modernização capitalista, em especial na esfera política (local); neste caso, em âmbito institucional.

O processo de modernização capitalista iniciou na esfera econômica, particularmente, por intermédio das atividades industriais. O marco de referência foi à implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)³, mais especificamente decorrente dos Grandes Projetos (GP). Inicia-se, assim a modernização capitalista, que se consolida ao articular as esferas econômica e política; e, particularmente, ao viabilizar estruturas políticas municipais.

As mudanças advindas com os GPs alteraram as estruturas de poder. Sendo assim, constitui-se de um novo arranjo de poder institucional, por via da municipalização das territorialidades e pela emergência de novas lideranças detentoras de interesses políticos, os quais não encontravam espaço nas estruturas existentes.

Essa modernização, num primeiro momento, mudou as relações produtivas e, posteriormente, institucionalizou a equação dos conflitos políticos, por meio de procedimentos democráticos, sobretudo, os relacionados com a ocupação das estruturas de poder. As regras do jogo democrático passam a regular os conflitos, havendo um processo que legitima as novas territorialidades, as quais assumiram o escopo institucional de município.

Por outro lado, deve-se considerar que havia no país, neste período (1982-1988), uma ambiência política em escala nacional favorável à descentralização e à autonomia das esferas federativas (estados e municípios), posto que o país passava a viver uma agenda política democrática pautada na perspectiva de superar a hipertrofia do Poder Executivo Federal, produto da anulação e da usurpação dos poderes políticos dos demais entes federativos, especialmente dos municípios.

³ O II PND apresentou a proposta de GP visando prioritariamente concretizar a frente minero-energética na Amazônia, com destaque para o Programa Grande Carajás (PGC). O PGC foi oficializado em 1980 pelos decretos-lei números 1.813 (24/11) e 1.825 (22/12). Dos programas governamentais montados na Amazônia, este se distingue de todos pelos montantes de investimentos, sob diferentes aportes de capital: do Estado, público/privado, nacional/internacional (CASTRO, 1994).

Do ponto de vista político, a novidade é a estruturação de instituições no âmbito local, executivo e legislativo que passam a ser gerenciadas por lideranças e grupos políticos emergentes das novas relações econômicas (industrial/urbana). É esse processo – a apropriação das novas estruturas políticas pelas novas lideranças políticas e econômicas locais emergentes das relações capitalistas industriais – que consideramos como uma das faces da modernização institucional.

Entendemos como modernização institucional, o processo no qual o Estado de Direito atua na condição do ator regulador dos conflitos; das disputas políticas; dos diversos interesses dos diferentes atores, situados nos distintos campos de disputas, e das relações conflituosas decorrentes da diferenciação de interesses. Isso quer dizer que as lideranças políticas em disputa definem suas estratégias baseadas em uma racionalidade do custo/benefício, tendo que respeitar o limite das regras democráticas.

Assim, compreendemos que a criação de novos municípios está inserida enquanto luta política. Neste caso, tem como elementos matriciais as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político.

O Governo Federal tinha tomado uma série de medidas, no sentido de dotar a região (Amazônia) de instituições ancoradas na lógica da racionalidade do cálculo: planejar; financiar; gerenciar; ocupar; com projetos inspirados numa proposta industrial para a Amazônia. Contudo, tratava-se de instituições de recorte regional, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Bando da Amazônia (BASA), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

É mister fazer a observação de que as políticas governamentais, durante as décadas de 1960 e 1970, direcionadas para essa região, davam prioridade às atividades madeireira e pecuária. Neste caso, o II PND trás uma concepção de desenvolvimento consubstanciada na proposta de pólos, envolvendo diferentes áreas: florestal; agroindustrial; madeireira; mineral; siderúrgica; papel; e celulose. Com esta proposta, o Estado faz uma opção, no sentido de mudar a base produtiva da região, dotando-a de uma logística urbana industrial⁴. A Amazônia oriental

⁴ Soma-se a decisão política de intervenção estatal por meio de grandes projetos, às descobertas minerais que viabilizaram os projetos industriais no setor mineral - Projeto de Ferro Carajás (ferro), Mineração Rio do Norte (bauxita), Alumínio brasileiro (ALBRÁS) e ALUMAR. O Projeto Ferro Carajás (começou a funcionar em 1985) é constituído de um complexo industrial que compreende a mina

brasileira, particularmente o Sudeste do Pará, passou por mudanças, sobretudo na década de 1980. Neste período, a Amazônia foi definida como *locus* prioritário das políticas governamentais, traduzidas em alguns planos e programas.

As territorialidades, fundamentalmente as construídas em decorrência da disputa pela posse da terra (grilagem, crimes de encomenda, pistolagem), materializavam-se devido à ausência do Estado de Direito no âmbito local e, por conseguinte, na inexistência da observação dos procedimentos democráticos. A não observação desses procedimentos pode estar relacionada às fragilidades institucionais decorrentes da economia extrativista, pois a robustez institucional encontra melhor ambiência nas complexas economias produtivas, do que nas simples economias extrativistas (ALTVATER, 1999).

Esta realidade sócio-política, segundo Becker (1994), caracteriza um momento histórico denominado de “abertura de fronteiras”, que se deu pelo deslocamento induzido de massas populacionais e de recursos financeiros para o local. As mudanças influenciaram as estruturas de poder vigentes nessa região⁵, sobretudo as situadas em escala local⁶, uma vez que estas estavam sob controle do poder oligárquico⁷.

A estrutura de poder existente era herança das relações socioeconômicas e culturais fundadas no extrativismo vegetal, o qual era baseado na exploração e comercialização da castanha do Pará. À medida que as relações e as estruturas econômicas são modificadas, as estruturas políticas existentes ficam obsoletas, ou melhor, há um conflito de interesses entre os antigos grupos políticos e as novas lideranças. Esse fato provoca um novo arranjo institucional, por meio da divisão do poder que adquire materialidade na criação de estruturas de poder político municipal.

(extração e beneficiamento do ferro) estrada de ferro. Esta corta 890km² do sudeste do estado do Pará, em direção ao estado do Maranhão (CASTRO, 1994).

⁵ O conceito de região foi redefinido com a formação do Estado territorial moderno. Corresponde à territorialização do Estado-Nação. A nação se concretiza em combinações diferenciadas de frações de classes e de grupos no território nacional, constituindo sociedades locais variadas e a região passa a ser esta dimensão territorializada do Estado Nação (BECKER, 1994).

⁶ A partir desse momento utilizaremos o termo local como expressão de município.

⁷ Em 1930, Getúlio Vargas nomeou como interventor federal no Pará o tenente Magalhães Barata, que consolidou seu poder político no estado afastando as oligarquias locais do controle do poder estadual. Durante seu primeiro governo tomou as seguintes decisões: anulou os arrendamentos das terras de castanhais concedidos pelos governos estaduais anteriores, extinguiu a modalidade de aforamento perpétuo; estabeleceu que o total de terras do Estado a ser vendido a particulares não poderia superar a 4.356ha e; manteve os castanhais como de serventia pública (PETIT, 2003).

É interessante observar a relação entre a grande extensão de terras e a produção de castanha com o fato de Marabá⁸, à época, deter uma expressiva extensão territorial, período no qual predominou a economia extrativista da exploração da castanha do Pará, extração madeireira e a atividade pecuária. Por outro lado, do ponto de vista do poder político, o controle era exercido por uma oligarquia, no caso a dos Mutran⁹, que detinham a posse das estruturas de poder municipal.

É neste contexto que elegemos como objetivo precípua analisar e explicar o processo de modernização político institucional, por via da criação de novos municípios decorrentes da divisão territorial de Marabá. Desta forma, apresentaremos a relação existente entre a criação dos novos municípios; a emergência de novas lideranças políticas; e a apropriação das novas estruturas de poder pelas lideranças emergentes, tendo como pano de fundo a disputa e a competição político-eleitoral, além das novas estruturas de poder, no caso o Executivo municipal dos municípios criados a partir de Marabá.

No escopo deste trabalho, analisamos o percurso histórico desse processo, pois consideramos importante problematizar as razões (interesses) e os motivos (causas) que orientaram as ações dos atores envolvidos. Por outro lado, destacamos a importância de serem analisados os arranjos políticos utilizados como estratégia na disputa pelo poder. Estratégias que visavam assegurar a entrada das lideranças no campo político, bem como a reprodução política dos grupos que passam a controlar as novas estruturas de poder.

A nossa referência espacial, sobre a qual se desenvolveu a pesquisa, foram os municípios criados a partir de Marabá¹⁰: Parauapebas (1988) e Curionópolis (1988), que por sua vez foram desmembrados dando origem a Eldorado dos

⁸ Norte – Itupiranga, Jacundá e Rondon do Pará; Sul – São Geraldo do Araguaia, Curionópolis, Parauapebas e São Félix do Xingu; Leste – Bom Jesus do Tocantins e São João do Araguaia; Oeste – São Félix do Xingu e Senador José Porfírio.

⁹ Durante o pleito de 1950 para Governo do Estado, os Mutrans, através de Nagib Mutran apoiaram a candidatura de Zacarias de Assunção, eleito governador do estado. Segundo o Petit (2003, p. 196), esta participação política facilitou a emergência e consolidação dos Mutran na principal oligarquia do Sudeste paraense. Mas foi a aliança com Deodoro de Mendonça que lhe possibilitou expandir seus patrimônios.

¹⁰ O município de Marabá foi criado em 1913, embora sua história se reporte ao século XIX, particularmente o ano de 1887, quando foi instalado o Burgo de Itacaiúnas. Assumiu a condição de município após ter sido desmembrado do município de São João do Araguaia, à época, tinha 15.157,9Km², e uma população de 148.291 habitantes (AMAT).

Carajás¹¹ (1991), Água Azul do Norte¹² (1991) e Canaã dos Carajás (1994). Esses municípios estão distribuídos numa área correspondente a 38.154km², totalizando uma população de 321.688 habitantes. O Sudeste paraense está situado numa área equivalente a 292.847,79km², correspondendo a 23,80% do território do estado, e a sua população residente corresponde a 1.344.359 habitantes.

Vale ressaltar que, comparativamente, a população da região do Sudeste paraense é quase superior à população de estados da Amazônia legal, tais como: Acre (557.526), Roraima, (324.397), Amapá (477.032) que totalizam juntos uma população de 1.361.995 habitantes, de acordo com dados do Censo divulgados no ano 2000.

Consideramos que a competição política observada nas disputas eleitorais pelo poder Executivo do município de Marabá, por um lado, expressa os interesses de lideranças individuais e de grupos políticos e econômicos; e, por outro, estão circunscritas no processo de modernização capitalista.

O estudo sobre o Sudeste paraense, tendo como recorte espacial Marabá, constitui-se um capítulo à parte na produção acadêmica brasileira e internacional. Também temos consciência de que o anúncio do conhecimento deste fato não subtrai nossa responsabilidade, ao contrário, imputa-nos o dever de demarcarmos o nosso objeto de estudo, que é o problema norteador das ações da pesquisa e os conceitos basilares utilizados nas análises esboçadas nesta tese.

Neste trabalho serão abordados os conteúdos, obedecendo-se aos seguintes momentos e distribuição: 1) apresentação sobre os procedimentos e o percurso metodológico adotado; 2) exposição do instrumental teórico-analítico, o problema, o objeto, e as hipóteses balizadoras deste trabalho; 3) abordagem sobre o surgimento dos novos municípios, a partir da percepção das lideranças políticas de Marabá; 4) ênfase acerca dos mecanismos de controle e o campo político, como espaço de disputa e dominação; 5) destaque para a representação política, as novas estruturas de poder, as alianças, a competição política e a disputa eleitoral dos municípios emancipados; 6) exibição da realidade do Sudeste paraense no contexto das emancipações, a partir das percepções das lideranças dos municípios emancipados;

¹¹ Norte – Marabá; Sul – Xinguara; Leste – São Geraldo do Araguaia; Oeste – Curionópolis.

¹² Norte: Parauapebas; Sul: Ourilândia do Norte e Rio Maria; Oeste: Tucumã e São Félix do Xingu; Leste: Xinguara.

7) manifestação de nossas conclusões à luz das análises apresentadas no escopo desta tese.

Nesta pesquisa elegemos como questão central:

a) Por que o município de Marabá foi desmembrado? A partir desta opção elegemos um conjunto de outros questionamentos, no sentido de balizarmos o nosso percurso de pesquisa, tais como:

1. Quais os fatores determinantes no processo de divisão deste território cuja estratégia se baseou na emancipação político-administrativa?

2. Quais os atores envolvidos e quais as suas motivações na execução das estratégias de criação de novos municípios?

3. Ao serem criados os novos municípios, houve desenvolvimento local?

4. A criação desses municípios resultou em um processo de modernização institucional nessa região?

As hipóteses com as quais trabalhamos foram:

a) A fragmentação do território através da criação de novos municípios está relacionada ao processo macroeconômico de mudança da base produtiva, ou seja, de modernização produtiva;

b) Ao mesmo tempo se constitui em estratégias dos atores socioeconômicos locais emergentes das novas relações econômicas, com o objetivo de viabilizarem estruturas de poder institucionalizadas em âmbito local, articuladas com as lideranças estaduais, sejam do legislativo ou do executivo;

c) Os processos de fragmentação do território se constituem em estratégias de expansão do lugar, enquanto resposta da sociedade local ao modelo de desenvolvimento macroeconômico, por um lado os GPs siderometalúrgicos; as grandes hidrelétricas; a garimpagem; a pecuária extensiva; e, de outro, a colonização, na forma dirigida, semidirigida, ou espontânea que resultaram num desenvolvimento diferenciado, ou na ausência de desenvolvimento local, fatos que se constituíram em fator motivador para o uso de estratégias baseadas na emancipação político-administrativa.

Estudar as mudanças registradas na Amazônia brasileira é um grande desafio, uma vez que diversos trabalhos acadêmicos foram produzidos no âmbito do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), tendo como *lócus* uma parte da região Amazônica. Citar cada trabalho é um risco que não correremos, mas omitir os pesquisadores, nesta produção acadêmica não seria justo. Sendo assim, colocaremos em destaque aqueles que a memória não nos furtou a lembrança: Armando Mendes, José Marcelino, Jean Hebete, Raul Navegantes, Rosa Acevedo, Edna Castro, Francisco de Assis, Tereza Ximenes, Maria Célia Coelho, Ligia Simonian, David McGrath, Luis Aragón, Armin Mathis, Thomas Hurthienne, David Ferreira Carvalho, Marilia Emmi, Fábio Carlos, Norbert Fenzl. Há outros pesquisadores: sejam eles paraenses (Gilberto Rocha), sulistas (Bertha Becker, Alfredo Wagner), estrangeiros (Altvater, Kohlhepp), isto não é relevante, posto que todos estão imbuídos do propósito de conhecer as realidades amazônicas para além das aparências.

2 O PERCURSO METODOLÓGICO ADOTADO

O Estado do Pará apresenta uma população que totaliza 6.189.550 habitantes, distribuídos numa área correspondente a 1.247.702,7km². Estamos nos referindo a um estado de grandes dimensões territoriais, e que representa aproximadamente 24% da região Amazônica. Em termos comparativos, o Pará equivale à soma dos territórios de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e uma parte do Rio Grande do Sul.

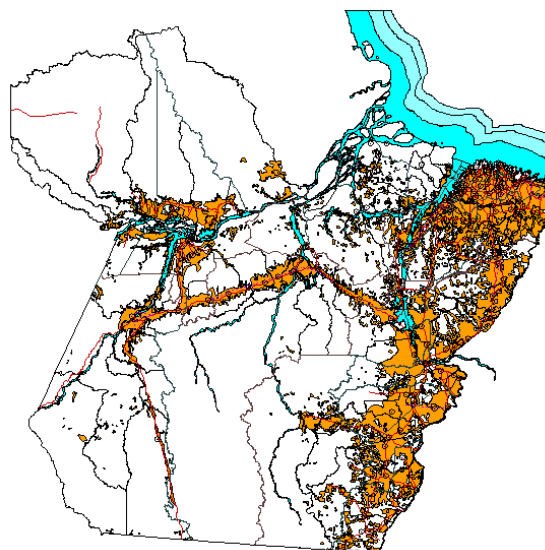
Alguns de seus municípios são maiores do que países como Holanda e Suíça. Um caso emblemático é o município de Altamira, com uma superfície de 161.445,93 Km² (considerado o maior município do mundo em extensão territorial) e uma população de 85.901 habitantes. Contudo, apresenta uma densidade demográfica de apenas 0,5 habitantes/km², denotando a existência de áreas pouco antropizadas.

Ao relacionarmos a extensão territorial do estado e de alguns municípios com suas respectivas populações, percebe-se uma distribuição demográfica não homogênea. Dessa forma, podemos ter como referência a densidade demográfica do estado do Pará que é de 4.96 habitantes por km² (Censo 2000) e de Altamira, de apenas 0,5 habitantes/km², para demonstrarmos que existem áreas mais e outras menos antropizadas no Estado.

Por outro lado, enquanto em alguns estados da Amazônia a população está concentrada na capital (Amazonas, Macapá), no caso do Pará $\frac{3}{4}$ da população vive em cidades de médio porte como Santarém, Marabá, Altamira, Tucuruí, Castanhal, bem como, ao contrário, uma boa parcela da população vive em pequenas vilas e povoados dispersos no território.

Nas áreas mais antropizadas, particularmente as localizadas nas mesorregiões do Nordeste e Sudeste do estado, concentram-se, com maior frequência, a infraestrutura e as atividades produtivas. O processo de antropização dessas regiões apresenta como resultado: a cobertura vegetal; os solos; e outros recursos naturais já explorados e, às vezes, degradados; como mostra a figura abaixo:

Figura 1- Áreas antropizadas no estado do Pará



Fonte: SECTAM (2005)

Como forma de ilustrar o Estado do Pará dividido em seis mesorregiões, apresentamos a tabela que segue:

Tabela 1 - Divisão do Estado do Pará em Messorregiões

Mesorregião	Extensão territorial km ²	% em relação ao território estadual
1-Baixo Amazonas	338.542,60	27,57
2-Marajó	104.536,95	3,64
3-Metropolitana de Belém	6.873,04	0,56
4-Nordeste Paraense	83.763,07	7,04
5-Sudoeste Paraense	401.065,80	32,65
6-Sudeste Paraense	292.847,79	23,80

Fonte: SECTAM (2005)

A população residente no Sudeste paraense totaliza 1.344.359 habitantes. Os municípios que apresentam os maiores registros populacionais são: Marabá 167.873; Paragominas 76.095; Tucuruí 73.740; Parauapebas 71.591; Redenção 63.197; São Felix do Xingu 34.516; e Conceição do Araguaia 43.453. Embora a microrregião de Tucuruí apresente uma população de 250.809 habitantes, sendo a maior, uma vez comparada com as demais; é o município de Marabá que tem o

maior contingente populacional, com 167.873 habitantes, o que significa que este município, individualmente, tem mais da metade da população da microrregião de Tucuruí, a qual é composta de seis municípios. Isso demonstra a complexidade da situação, visto que o aumento da população leva à maior pressão sobre os recursos naturais e eleva a demanda por serviços públicos.

O Estado do Pará é constituído de 143 municípios agrupados em 6 mesorregiões: Grande Belém, Baixo Amazonas, Nordeste Paraense, Sudoeste, Sudeste Paraense e Marajó, sendo alguns municípios criados após a constituição de 1989 (ver quadro abaixo), sobretudo no Sudeste.

Quadro 1 - Municípios criados a partir de 1991

Municípios	Data da lei de criação
1-Goianésia do Pará	13/12/1991
2-Eldorado do Carajás	13/12/1991
3-Santa Luzia do Pará	13/12/1991
4-Palestina do Pará	13/12/1991
5-Ipixuna do Pará	13/12/1991
6-Jacareacanga	13/12/1991
7-Brasil Novo	13/12/1991
8-Santa Bárbara do Pará	13/12/1991
9-Água Azul do Norte	13/12/1991
10-Trairão	13/12/1991
11-Pau Darco	13/12/1991
12-Ulianópolis	13/12/1991
13-Aurora do Pará	13/12/1991
14-Terra Santa	13/12/1991
15-Novos Progresso	13/12/1991

Fonte: Diários Oficiais do Estado (1991).

A opção pelo estudo focado na região Sudeste do Pará, deu-se em função de nesta região ter-se registrado um processo significativo de criação de novos municípios. Neste período, vinte municípios foram criados, resultando na formatação atual da região em trinta e nove municípios. Este fato tem rebatimento nas alianças políticas, já que estas passam a se inserir num quadro no qual se observa a pulverização das estruturas de domínio, influenciando as novas relações de poder instituídas, principalmente, a partir da década de 1980.

A nossa opção espacial pelo sudeste, em particular, o município de Marabá, é resultante da análise desenvolvida por nós sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Trata-se de um índice que mede o desenvolvimento humano de uma unidade geográfica, no caso o município, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e IDH-M¹³.

O que chama atenção é o fato de que nessas mesorregiões houve uma ostensiva intervenção estatal no caso o sudoeste, particularmente no período de 1964 e 1985, registrou-se desempenhos tímidos quanto ao IDH-M, ou melhor, tais ações (estatais) não resultaram no aumento da longevidade da população, melhoria no nível educacional e ampliação de oportunidades quanto aos acessos a recursos.

Quando analisamos os dados correspondente aos anos de 1980 e 1991 – principalmente os casos que denominamos de regressão (ver tabela), uma vez que envolve municípios considerados pólos no estado, no caso Marabá, Tucuruí, Itaituba, Santarém, Paragominas, por meio de uma análise comparativa dos IDHM dos anos de 1980 e 1991 – percebemos que alguns municípios tiveram os valores de seus respectivos IDH- M subtraídos.

¹³ São índices diferentes. Enquanto o primeiro mede a escala de países e grandes regiões e segue a metodologia desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o segundo tem como unidade geopolítica administrativa de referência o município. A diferença entre os dois índices está na metodologia. Em 1996, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) desenvolveu - em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP) - uma adaptação da metodologia do PNUD desagregando as medidas de desenvolvimento humano em nível de municípios e micro região, possibilitando, desta forma uma, abordagem para além das escalas macro (países e regiões), no caso pondo em enfoque o espaço local (município e micro região).

Tabela 2 - IDH-M 1980-1991

MUNICÍPIOS	1980	1991
Tucuruí	0,677	0,544
Marabá	0,645	0,563
Itaituba	0,643	0,580
Santarém	0,574	0,557
Paragominas	0,620	0,511

Fonte: IPEA/FJP (1980-1991).

Do conjunto dos municípios classificados como casos de regressão, elegemos Marabá, como objeto de estudo, por se tratar de um município:

- a) Considerado município pólo do ponto de vista econômico na região;
- b) Com maior porte demográfico;
- c) Que, ao longo dos anos de 1960 e 1970, foi considerado com objeto de políticas públicas; federais direcionadas a dotá-lo de uma logística produtiva urbano industrial.

A adoção desse procedimento levou-nos a abordá-lo de forma individualizada, o que nos permitiu visualizar a ocorrência de um processo de fragmentação territorial resultante da criação de novos municípios, como: Parauapebas, Curionópolis, Água Azul do Norte, Eldorado dos Carajás, Canaã dos Carajás - alterando a estrutura territorial da região.

Como observamos anteriormente, o desempenho de Marabá em 1991 é inferior ao de 1980. Todavia, um fato importante deve ser registrado, pois em 1988 o município de Marabá teve seu território fragmentado, dando origem a dois novos municípios: Parauapebas e Curionópolis. Embora Marabá tenha perdido uma área significativa (23.057 km²) de seu território, somando-se que o seu contingente populacional foi subtraído, a logística produtiva e as atividades econômicas decorrentes. No caso de Parauapebas, este novo município “herdou” a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Curionópolis levou o garimpo da Serra Pelada.

Por fim, o percurso metodológico adotado possibilitou- nos entender as relações políticas, tendo como marco analítico a competição eleitoral. Adicionado à interpretação sobre este processo, focalizamos o rito de legitimação política dos processos emancipatórios. E, ainda, elegemos as lideranças locais como importantes interlocutores, tendo como objetivo obter o “olhar das lideranças

políticas locais” sobre esse processo. De posse desse material, foi possível aferirmos o problema e as hipóteses desta pesquisa à luz do arcabouço teórico matricial utilizado nesta tese.

Para efeito da nossa pesquisa, consideramos oportuno adotar uma opção metodológica, na qual destacamos as ações da(s) liderança(s) política(s). Trata-se, sem dúvida, de um enfoque que se diferencia daquele pautado na análise das classes¹⁴ sociais¹⁵. No entanto, não ignoramos a existência delas, mas pensamos que elas estão presentes de forma mais densa nas hodiernas sociedades capitalistas urbano-industriais. Esta opção se faz presente em função de entendermos que as relações econômicas registradas no Sudeste Paraense, em especial Marabá, tinham sua economia assentada em relações decorrentes do extrativismo e a pecuária, nesse sentido estava ingressando no seu período de modernização capitalista industrial.

Por outro lado, não ignoramos os laços que os grupos locais estabelecem com a estrutura de poder estadual e nacional, pois entendemos que as normas sociais se concretizam exatamente quando se manifestam em cada indivíduo sob a forma de motivação. Desta forma, consideramos que as lideranças políticas que emergem no processo de modernização capitalista industrial¹⁶ encontram as motivações na condição de migrante, de “desterritorializado”, desconstituído de poder político e, também, como atores partícipes do processo de modernização capitalista industrial em curso na região, atores envolvidos em territorialidades conflitantes.

Almeida (1993) demonstra como se deram os conflitos, a sua escala e as conexões. De acordo com o autor, primeiramente os conflitos se dão de forma local, sendo oriundos da intervenção estatal, pelos aparelhos de poder, o que significa dizer que as instituições de caráter econômico implantam seus programas como uma ordem a ser acatada a qualquer preço.

Nesse sentido, o processo de criação da logística por meio de barragens, campos de treinamento militar, bases espaciais, áreas reservadas à mineração, portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, implantação de usinas de ferro gusa e outros

¹⁴ Consideramos, para este propósito, o conceito de “classe”, abordado por Pierre Bourdieu (2000).

¹⁵ Para Marx, o ponto chave da história da humanidade e, sobretudo, das sociedades industriais modernas é a história do conflito entre as classes. (MARX; ENGELS, 2006).

¹⁶ Para os marxistas, a força transformadora principal que modela o mundo moderno é o capitalismo. A ordem social emergente da modernidade é o capitalismo tanto em seu sistema econômico quanto em suas instituições.

projetos, quando de sua execução, provocaram inúmeros conflitos que orientam as ações dos sujeitos de forma racional no sentido de determinados objetivos. Dentre esses objetivos, conjecturamos a motivação por criar municípios (territórios) nos quais assumissem a condição de ator gestor protagonista.

Neste trabalho, consideramos que as lideranças políticas estão inseridas em campos diferenciados, mas estabelecendo relações entre si, bem como entre campos, no caso em questão, trata-se do campo político, no qual os homens políticos ocupam posições diferentes no interior do campo no qual estão inseridos, ou pela filiação a um partido ou pelo *status* dessa bancada (sua notoriedade, local ou nacional).

Neste caso, as estratégias discursivas dos diferentes atores dependerão das relações de força entre os campos e dos trunfos que esse campo confere aos seus participantes. Deste modo, consideramos importante registrar que as lideranças políticas são de municípios diferentes, seja em decorrência de sua extensão territorial, de seu aporte demográfico ou de sua logística produtiva, configurando uma relação entre desiguais.

A partir deste momento, discorreremos sobre o nosso percurso metodológico. Nesse sentido, a pesquisa sobre a qual ora discorreremos se propôs a romper com as amarras resultantes da polarização em torno de técnicas quantitativas e/ou qualitativas, posto que utilizamos dados plausíveis de serem classificados - segundo a sua natureza - como quantitativos e/ou qualitativos. Esses dados estão expressos nos quadros estatísticos, nos documentos analisados, bem como nos discursos obtidos a partir das entrevistas realizadas. Recorreremos à entrevista, enquanto técnica de pesquisa com o objetivo de obtermos a fala dos atores locais e, assim, apreendermos o entendimento destes sobre o processo ocorrido.

Como parte de nossas estratégias metodológicas, utilizamos como técnica de pesquisa entrevistas, recorrendo a questionários fechados/padrão para todos os atores, mesmo sabendo que nesse caso corríamos o risco de subtrairmos a heterogeneidade, uma vez que os atores estavam posicionados em campos políticos, econômicos e sociais diferenciados. Mas, em função de termos essa percepção, buscamos mitigar essas restrições introduzindo questões de acordo com a pertinência da situação. Essa flexibilidade foi facilitada pelo fato das entrevistas terem sido realizadas pelo próprio pesquisador.

Assim, consideramos como informantes privilegiados, para efeito da realização das entrevistas, os atores políticos com representação institucional. Totalizamos 17 entrevistas, com visitas a cinco diferentes municípios. No caso de Curionópolis, o prefeito propôs-se a conversar sobre o assunto, porém, refutou o formato entrevista, e não admitiu utilização do gravador.

Quadro 2 - Demonstrativo dos entrevistados

Cargo	Quantidade	Localidade
Prefeitos	03	Parauapebas, Eldorado dos Carajás, Canaã dos Carajás
Presidentes de câmaras municipais	03	Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás
Deputados estaduais	02	Marabá/Parauapebas
Ex-deputado	01	Marabá
Ex-governador	01	Pará
Representantes da CVRD	02	Parauapebas e Canaã dos Carajás
Representante de Associação Comercial e Industrial	02	Marabá, Parauapebas
Representante da casa da Cultura	01	Marabá
Representante do Sindicato dos metalúrgicos	01	Marabá
Total	17	5 municípios

Fonte: elaborado pelo pesquisador (2005).

Uma fonte indireta utilizada nesta pesquisa merece destaque e comentário: trata-se do indivíduo selecionado como “autoridade”. Em outras palavras, o status da fonte tornou-a “oficial”, de modo que seu relato é tomado como direto. No entanto, merece registro o fato de que não fomos nós que atribuímos aos entrevistados o status de autoridade, posto que este título foi-lhes outorgado pelo cargo que eles exercem e/ou exerceram.

O processo de pesquisa de campo nos levou a vivenciar a interação entre pesquisador e os atores políticos, sociais e econômicos envolvidos no trabalho. As entrevistas e as observações registradas na convivência do cotidiano local nos possibilitaram a compreensão da fala dos sujeitos em suas ações, estando fundamentalmente inseridos nas suas realidades.

A partir dessa compreensão, fomos capazes de entendermos melhor os aspectos rotineiros, as relevâncias, os conflitos, os rituais, bem como as delimitações dos espaços públicos e privados, e as sinergias desses atores políticos e econômicos com outras estruturas de poder (os governos: estadual e federal). Essas considerações estão baseadas no pressuposto de que os entrevistados não são espectadores, ou atores não críticos, pelo contrário, são atores ativos inseridos em diversas redes político-sociais e econômicas.

Mesmo amparados por um sentimento de conforto relativo, dado que todos os nossos interlocutores foram comunicados do objetivo das entrevistas. Eles não tinham ideia de que num determinado momento da nossa análise as suas falas seriam tomadas de forma arbitrária pelo pesquisador, uma vez que coube a ele a distribuição e/ ou ordenamento das diferentes falas, no escopo da tese. Talvez nossos interlocutores também não imaginassem que em um determinado momento aproximaríamos e confrontaríamos as suas falas.

Como compreender as falas dos entrevistados, sem considerarmos que o interlocutor está inserido em realidades diferentes, conflituosas e marcadas pela dominação?

Mesmo quando agrupamos “as falas dos prefeitos” entrevistados, devemos discorrer sobre as diferenças e as condições de desigualdades que caracterizam um município, cuja base produtiva é calcada na atividade mineradora e naquele que tem suas atividades econômicas assentadas em atividades como o garimpo, a extração madeireira, ou a agropecuária. São diferenças que acabam gerando desigualdades. Ignorá-las é o mesmo que abrir mão de compreendê-las.

Nesse sentido, queríamos regredir no tempo, precisamente à época das discussões sobre a viabilidade de se criar novos municípios. Pretendíamos, assim, confrontar os argumentos apresentados com a realidade de hoje (2005). Pretendíamos identificar, pelos discursos expressos na forma de registro escrito, a posição de importantes atores: os deputados estaduais. Ademais, buscamos com esse procedimento identificar os consensos e os dissensos assumidos publicamente em nível do parlamento estadual.

Deve-se também levar em consideração que essa técnica é a que causa menor impacto, no que diz respeito aos registros de alterações no ambiente estudado e/ou sobre o comportamento dos sujeitos, sob análise em nossa pesquisa. Existe uma vantagem importante na sua utilização: considerando que utilizamos

outras técnicas de pesquisas (entrevista, análise de dados estatísticos), buscamos validar e retificar informações obtidas por meio de diferentes estratégias, pois acreditamos que se as análises apresentarem resultados similares, a certeza de estarmos no caminho certo passa a se fazer presente.

Nesse sentido, analisamos os projetos de leis proponentes da criação dos municípios objetos desta pesquisa, os pareceres, e pronunciamentos dos parlamentares com relação a esta matéria. E, ainda, o Diário Oficial do Estado, por meio do qual o Poder Executivo instituiu os novos municípios.

Recorremos também a dados estatísticos ao analisamos os resultados das eleições majoritárias e proporcionais dos segmentos estadual (1982) e municipal (1985), tendo como referência, para efeito de marco temporal para esta análise, o período de criação dos primeiros municípios desmembrados de Marabá. Neste caso, Curionópolis e Parauapebas (1991), relacionando o resultado do executivo estadual com os municipais. Por último, analisamos a votação dos prefeitos.

Com relação à pesquisa documental¹⁷, analisaremos documentos oficiais, correspondendo à esfera federal. Neste caso, destacamos os seguintes: a emenda constitucional número 01 de 1969¹⁸, que alterou o capítulo I sobre a organização, projetos de leis propondo a criação dos estados de Tapajós e Carajás, bem como os pareceres e pronunciamentos sobre esta matéria. Optamos por esse procedimento, uma vez que, consideramos importante identificarmos a ocorrência de consensos e divergências com relação à proposta de criação de novos municípios.

¹⁷ O documento, como fonte de informação, assume diferentes formas: literatura pertinente a um assunto, anuários estatísticos e censos, e legislação. São todos exemplos de fontes documentais, podendo receber a distinção de fontes primárias (diretas) e secundárias (indiretas).

¹⁸ A constituição de 1967 estabelecia que a criação de novos municípios subordinava-se às regras fixadas por legislação federal complementar. Até então, a criação de municípios dependia apenas de legislação estadual.

3 INSTRUMENTAL TEÓRICO-ANALÍTICO

Neste trabalho, o nosso interesse é analisar o processo de criação dos municípios desmembramento de Marabá, no contexto de um processo de consolidação da modernização capitalista no âmbito institucional. Sendo assim, utilizaremos os conceitos de Campo e Poder Simbólico, desenvolvidos por Bourdieu (1989, 1996, 2004) bem como os conceitos de lideranças, partidos, governos, racionalidade em Downs (1991).

Temos ciência de que os teóricos referidos adotam posições diferentes, pois enquanto Bourdieu se considera um desencantado com a modernidade, arguindo que os indivíduos possuem interesses para além da racionalidade do cálculo, do custo e do benefício, e a representação política nas sociedades democráticas é, sobretudo, uma estratégia de ocultação da dominação existente; Downs defende a modernidade, na medida em que considera os indivíduos movidos fundamentalmente pela racionalidade do cálculo e do custo/benefício. Para ele, um partido e/ou um governo adotam uma política baseada em estratégias, as quais estão ancoradas na lógica de maximizar as vantagens.

Dessa forma, o benéfico terá de ser contabilizado em votos; votos que lhes garantiram a permanência no poder, por mais altruístas que sejam os resultados de uma dada política governamental. Mas caso esses não sejam contabilizados em votos, tratar-se-á de uma ação irracional, por conspirar contra o interesse matricial de um político, partido ou governo qual seja a reprodução política no poder.

Sendo assim não esperem neste trabalho um confronto entre Bordieu e Dows, tampouco que nesta tese sejam apresentados posicionamentos, pois não será assumido o legado teórico nem de um nem de outro. Utilizaremos os conceitos dentro de uma estratégia de análise, podendo-se lançar mão dos que sejam considerados mais convenientes.

Na pesquisa desenvolvida, percebemos que não se faz presente a existência de uma determinação única, seja ela econômica, política, cultural e institucional. Ao contrário, trata-se, na nossa percepção, da conjunção desses fatores, sobretudo, em decorrência de novos interesses representados pelas novas lideranças políticas e econômicas.

As ações dessas lideranças assumem uma orientação racional com relação à obtenção de determinados fins. Nesse caso a institucionalização de estruturas de poder reflete a condição que os gestores protagonistas assumem.

Usamos como recurso teórico-analítico o conceito de campo (BOURDIEU, 1989), para entendermos e explicarmos o processo de criação dos municípios objeto desta tese. O procedimento adotado se justifica, uma vez que o campo é aqui entendido como um espaço social, no qual se estabelecem relações entre aqueles que detêm mecanismos de dominação e aqueles que são submetidos a estes, bem como instrumentos de legitimação. No interior do campo ocorrem relações contínuas, nas quais os atores ocupam posições diferentes, decorrentes seja da posição ocupada, ou dos seus interesses que representam no interior do campo, no qual está situado. Ao fim, percebe-se a ocorrência de relações desiguais, posto que se registra um processo permanente de concorrência, marcado pela utilização de diferentes estratégias, entre os que querem se manter na condição de dominadores e aqueles que buscam mudar de posição no interior do campo, constituindo-se, assim, situações de desigualdade e dominação.

Mas se deve registrar que se trata de uma abordagem relacional, já que existem vários campos - o campo universitário, o campo da alta costura, o campo econômico, o campo científico, o campo dos historiadores, o campo dos jornalistas, o campo político, etc. E estes estabelecem relações ente si, e no interior de todos, registra-se a presença dos dominantes e dominados.

Além dessa relação interna marcada pela dominação e desigualdade, no que diz respeito à relação intracampo, registram-se estratégias, por intermédio das quais um determinado campo visa dominar os demais¹⁹. O autor discorre particularmente sobre os campos: científico, político, literário; e como esses são ameaçados pela influência da mídia.

No nosso caso, enfocaremos as relações no campo político, que segundo Bourdieu (1996), tem certa autonomia em relação aos demais campos. Como exemplo, tem-se o parlamento, que é definido como uma espécie de arena na qual se estabelecem disputas e regulado fundamentalmente pelo voto, segundo “certas

¹⁹ Como por exemplo, as colocações feitas por Bourdieu (1996) sobre a televisão, obra que demonstra como o campo jornalístico utiliza estratégias buscando impor seu domínio sobre os demais.

regras, certo número de disputas entre pessoas, que supostamente, exprimem interesses divergentes ou mesmo antagônicos” (BOURDIEU, 1996, p. 91).

O campo político que abordaremos envolve a presença do parlamento, no caso o municipal e o estadual, nos quais existem regras e normas que institucionalizam as diferenças no interior dos mesmos, tais como a existência das comissões temáticas que atuam como uma espécie de filtro selecionando os temas que vão a plenário.

Essas comissões são constituídas por “alguns” vereadores e deputados, autorizados a chancelar temas consensuais, bem como a rejeitar, sob o “carimbo” de inconstitucionalidade. Ambos os parlamentos (municipal e estadual) possuem suas mesas diretoras, constituídas de um presidente, e secretarias constituídas de parlamentares eleitos em plenário pelos seus pares. O presidente eleito, para ficarmos apenas nesse caso, passa a ser o representante do poder legislativo. Cargo que lhe dá direitos adicionais em comparação aos demais e, sobretudo, poderes, dentre os quais, a competência de definir a pauta de votação. Pode viabilizar ou vetar Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), inclusive as relacionadas ao Executivo. Pode também acatar ou indeferir acusações relativas à conduta dos membros da casa, além de ser o gestor da casa, envolvendo desde micro interesses – visto de uma perspectiva do interesse público - até autorizar viagens de parlamentares para o exterior, alocação de alguns em gabinetes mais confortáveis, aspectos que envolvem o cotidiano das casas.

Ambas as casas legislativas são constituídas de bancadas por partido, cristalizando as diferenças entre os partidos grandes com maior número de vereadores e os pequenos. Cada bancada tem direito a um líder, escolhido pelos membros da bancada, com anuência do partido; e direito de apresentar emendas, seja individual e ou coletivas ao orçamento, ocorre que estas podem ser vetadas pelo Executivo.

O líder assume uma posição diferenciada no interior da bancada, e o título de líder lhe imprime uma distinção em relação aos demais, uma vez que passa a ter funções de representações adicionais e poderes de negociação. Tem-se também a figura do líder de governo do líder de oposição, o primeiro, em tese, estabelece relação direta com o Executivo, seja estadual ou municipal, visto que ele se constituirá num agente responsável pela aprovação das matérias de interesses do governo. Sendo assim, mesmo ao que se denomina bancada governista existem

diferenças, que através de mecanismos de controle resultam em desigualdades. Muitas vezes, o líder de governo tem a função de dissipar divergências no interior da bancada que prejudiquem a aprovação de matérias de interesses do governo. Passa a ser um legítimo representante do Executivo no interior do Legislativo.

O líder de governo atua em parceria com os líderes dos partidos governistas. Esses têm o poder de mudar parlamentares que estejam dificultando, obstaculizando ou inviabilizando a aprovação de matérias de interesse do Executivo, sejam em comissões temáticas ou em plenário, e, ainda, uma situação limite, pode pedir substituição provisória - no caso de uma votação específica ou da expulsão do partido. Tem-se também o colégio dos líderes, composto pelos representantes de todos os partido. Nem todos os deputados e vereadores têm acesso direto ao governador e ao prefeito, cabendo apenas aos líderes a negociação, em último caso, de emendas parlamentares ao orçamento.

O Executivo, seja municipal ou estadual, tem suas regras, estrutura e funcionamento próprios, cada um dos governantes dispõe de secretários que lhes auxiliam no ato de governar. Dentre os secretários, existem aqueles que administram as secretarias que dispõem de recursos financeiros obrigatórios (saúde, educação) e as que não dispõem. Algumas pastas dão visibilidade possibilitando ao titular certa notoriedade pública, diferenciando-o dos demais. O Executivo (estadual, municipal), ao se relacionar com o Legislativo (estadual, municipal), busca assegurar seus interesses.

A harmonia entre os poderes (preceito constitucional republicano) é viabilizada à medida que o Executivo tem suas propostas aprovadas. Rotineiramente, ouvem-se discursos por parte dos executivos fazendo apologia a comportamentos de colaboração por parte das câmaras municipais, das assembleias legislativas e do Congresso Nacional. Esta colaboração é destacada quando essas casas aprovam as propostas de interesses dos respectivos chefes de governo. Quando as casas legislativas ameaçam não aprovar as matérias enviadas pelos respectivos executivos, os legisladores são acusados de estarem prejudicando os interesses da população. Neste caso, o Executivo apresenta-se como legítimo representante dos interesses da população, enquanto os parlamentares, supostamente, encontram-se envolvidos em negociações escusas.

No caso da nossa pesquisa, temos a presença dos representantes do campo econômico, que ao receberem a investidura de representante político (da indústria e

do comércio), adentram no campo político, trazendo consigo seus interesses e com a função delegada de negociar a sua viabilização. Ademais, estamos recorrendo, nesta tese, às falas das lideranças que representam interesses diferentes, as quais se encontram em posições diferenciadas dentro do campo e, por conseguinte, tais diferenças assumem situações de desigualdades, tendo em vista a dinâmica própria do campo e a detenção do poder na perspectiva de viabilizar os interesses.

Há ainda a presença da CVRD, que ao estabelecer convênios e definir parceria com o poder executivo municipal, interage com os atores do campo político. Embora a rigor não seja um ator do campo político, mas quando se relaciona com este busca submetê-lo à sua dominação, pois visa envolvê-los nas suas estratégias, buscando assegurá-la e mantê-la na posição que ocupa no campo econômico.

Cada ator tem seu o poder simbólico, e este se define numa relação determinada. Assim, existem os que exercem o poder e dispõe de mecanismos para exercê-lo, e os que lhes estão sujeitos. Nessa relação, existe a lógica de fazer com que a ação de cada ator tenha legitimidade, seja aceita pelos demais, bem como de que o discurso proferido, o qual representa o interesse de um determinado ator, seja absolvido, assimilado e aceito.

Ao utilizarmos a teoria geral da economia dos campos, buscamos entender a dinâmica e as estratégias utilizadas pelos diferentes atores constituintes do campo político. Dominar sem que os demais se sintam dominados. Possuir legitimidade nas suas ações, mesmo quando estas se dão em condições de imposição arbitrária.

Sendo assim, entende-se que a classe dominante, assim como facções dominantes têm seu poder centrado no capital econômico, na busca de impor a legitimidade da sua dominação, utilizando-se da própria produção simbólica ou de ideais conservadores e fazendo com que seus interesses sejam absorvidos como sendo de todos.

Transformar desigualdades em distâncias transponíveis, requer luta, na qual as diferentes camadas sociais e as frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica pelas imposições ideológicas, que reproduzem o campo dos posicionamentos sociais, conforme os seus interesses.

Aliás, a luta é conduzida nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, em que se situa o jogo do monopólio da violência simbólica legítima, quer dizer, do poder de impor e de inculcar valores por meio de instrumentos arbitrários, embora sejam ignorados como tais na realidade social.

O fato de existirem diferentes posições no interior do campo político está intimamente relacionado com o volume global do capital econômico e cultural acumulado numa formação social determinada e como a função da estrutura, mais ou menos dessimétrica da distribuição, deste capital, particularmente do cultural. Os produtos oferecidos pelo campo político, considerando-se que a criação de municípios se constitua em um produto oferecido no campo político, é instrumento de percepção e de expressão do mundo social.

A distribuição das opiniões, numa população determinada, depende dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos. Assim, não se trata de uma questão, cujas razões estão presas a uma dada conformação geográfica,

Trata-se de uma:

[...] realidade físico-geográfica entendida como a paisagem natural-construída, posto que isso é o discurso, uma vez que a fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e política lhe assegura (BOURDIEU, 1989, p. 164-165).

Para efeito de nossa análise, utilizamos os conceitos de liderança, racionalidade, partido político e governo, desenvolvidos por Anthony Downs, segundo o qual os líderes indistintamente têm como motivação matricial o desejo de melhorar suas posições na sociedade, ou seja, buscam maximizar as suas vantagens, fazendo o leitor assumir as suas opiniões, como se fossem deles, deste modo a liderança exitosa é aquela que possui habilidade de influenciar os eleitores a adotar certas opiniões como expressão de sua vontade. Neste caso, os líderes são homens com influência sobre eleitores.

Nesta proposição há um predomínio de comportamentos orientados pelo cálculo guiado por interesse, uma vez que nessa análise a racionalidade não será aplicada aos fins de um agente, mas somente aos seus meios. Isso resulta da definição de racional como eficiente, isto é, maximizar as vantagens que pode obter considerando os seus interesses. Posto que, para o referido autor, a política racional é aquela que busca produzir benefícios maiores que os custos (políticos, financeiros e sociais). Nesse sentido, depende de um processo *top-down*, que se dá de cima para baixo.

Na democracia, a função principal das eleições é selecionar os governantes. Portanto, a “equação” decisória compõe-se de dois termos: de um lado estão os eleitores com sua história social, e de outro, os postulantes. Os primeiros perseguem seus próprios interesses, ordenam os candidatos/partidos, segundo uma ordem de preferência; os segundos ofertam políticas públicas para ganhar as preferências dos eleitores e serem eleitos.

Trata-se de uma teoria da democracia fundada na ação racional, ou seja, seu *Homus politicus* é racional, movido por razões egoístas, e procura minimizar os efeitos da condição de incerteza inerente à vida política. O “cidadão racional” downsiano é o homem mediano que compõe a maioria do eleitorado. Para ele são irrelevantes as características psicológicas do homem. Porém, ele não sugere que o homem seja apenas uma máquina fria calculista, como o *homus economicus* das teorias utilitaristas.

Homem tem história, paixões, interesses e etc., por isso, chamamos a atenção para o fato de que estão sendo utilizadas as percepções e os olhares de lideranças políticas: os homens políticos, que têm sua autoridade ancorada no que chama de “peso específico” ou “força de mobilização”, quer a título pessoal, quer por delegação de uma organização partidária. Este é detentor de um capital político acumulado, ao qual chamaremos de capital pessoal de “notoriedade” e de “popularidade” de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem determinado capital cultural.

O modelo teórico com o qual trabalhamos:

[...] todos os líderes são motivados pelo desejo de melhorar suas próprias posições na sociedade. Neste caso, a maioria dos líderes serão, pelo menos em parte, motivados pela possibilidade de obter um grande benefício direto para si próprios - econômico, político ou social [...], sendo assim quase todas as políticas são meios para consecução de metas sociais mais amplas e não fins em si mesmas. (DOWNS, 1999, p.108).

Desta forma, entende-se como “liderança” a habilidade de influenciar os eleitores a adotar certas opiniões como expressão de sua vontade. Assim sendo, os líderes passam a ser homens que detém influência sobre seus eleitores.

Um processo de decisões políticas e de implementações das mesmas deve respeitar três ideias básicas: a) fazer com que as pessoas façam o que lhes é

pedido; b) a manutenção do controle sobre a sequência de estágios em um sistema; e c) o desenvolvimento de mecanismos de controle que minimizem o conflito e a possibilidade de desvios dos objetivos determinados originalmente no âmbito político de forma racional.

Este modelo considera que os partidos, os eleitores e as lideranças atuem racionalmente, na busca de certas metas claramente especificadas - é esse o pressuposto que dá à sua teoria seu poder explicativo. Dessa forma, do mesmo modo que os políticos que não buscam votos de maneira racional deixam de ser políticos, as lideranças, no momento em que declinam de utilizar estratégias que vislumbrem poder e prestígio, estariam negando sua própria condição *sine qua non*.

Em consonância com a tese Downsiana central, os governos democráticos agem racionalmente para maximizar o apoio político. Neste caso, a ação racional é entendida como sendo a ação eficientemente planejada para alcançar os fins econômicos ou políticos conscientemente selecionados do ator. (DOWNS, 1957). Sendo assim, o governo deve planejar suas políticas com o propósito de ganhar votos, devendo, para tanto, entender a relação entre o que faz e como os cidadãos votam. Isso significa que o cidadão vota no partido no qual ele acredita que lhe proporcionará maiores benefícios do que qualquer outro.

Só existe compra de voto, onde existe quem o venda. Só existe troca onde existem produtos passíveis de serem comercializados. Em sociedades mais desenvolvidas – entende-se, nesse caso, a logística produtiva e social - os eleitores tendem a se preocupar com o interesse público. Desse modo, os eleitores tendem a votar, ou trocar seus votos, por políticas de interesses públicos, como: escolas, manutenção de estradas, hospitais, acesso a serviços culturais (cinema, teatro).

Em sociedades marcadas pela desigualdade social, precariedade das condições de vida e trabalho, onde as condições básicas não são atendidas, a tendência do eleitor é trocar o voto por emprego, vaga em escola, certas quantias em dinheiros. Em ambos os casos, está presente a racionalidade da troca e do custo/benefício.

As lideranças assumem um papel significativo, uma vez que os líderes tendem a ser motivados pelo desejo de melhorar suas próprias posições na sociedade. Todavia, a maioria dos líderes, pelo menos em parte, é motivada pela possibilidade de obter benefícios econômicos, políticos ou sociais diretos para si próprios.

Consideramos que o modelo teórico fornece-nos um axioma passível de ser utilizado na análise do nosso objeto de estudo. Particularmente, os conceitos de racionalidade e liderança, os processos de criação de municípios, uma vez sendo analisados à luz desses conceitos, corroboram para entendermos a lógica inserida no contexto no qual as lideranças individuais e coletivas (políticas e econômicas) buscam maximizar seus interesses.

A discussão feita trata o processo político eleitoral em termos análogos aos que são utilizados para dar conta do jogo do mercado na ciência econômica, salientado o cálculo realizado por partidos e eleitores, em variadas circunstâncias, relacionadas com as tomadas de decisão. A política, segundo Downs, está inserida na lógica de um mercado.

Trata-se de um campo no qual se estabelecem disputas. Há um jogo que envolve disputa, em que se busca obter vantagens sobre o outro, configurando uma relação de dominação.

Segundo a teoria da escolha racional os agentes sociais estariam interessados na maximização da riqueza, de votos, ou de outras dimensões mais ou menos mensuráveis em termos de quantidades e sujeitas a constrangimentos de recursos materiais. Sendo assim, as escolhas feitas pelos agentes devem ser explicadas em termos da variabilidade dos constrangimentos materiais enfrentados por eles.

Os agentes são movidos por ações conscientes, como se colocassem os objetivos de sua ação e agissem de maneira a obter o máximo de eficácia com o menor custo. Em síntese, acredita-se que o princípio da ação é a compreensão clara do interesse econômico e seu objetivo, o lucro material, conscientemente buscado por um cálculo racional.

3.1 ABORDAGEM SUPLEMENTAR

Doravante, apresentaremos o que chamamos de “uma abordagem teórica suplementar”. Omitir esta seção nos daria a sensação de “vazio”, pois o campo, o capital simbólico, o custo, o benefício, o cálculo, a racionalidade, os partidos, as lideranças estão circunscrito em determinado tipo de sociedade: global, informacional.

O município, o local, o sudeste paraense, a CVRD, os partidos políticos, as mudanças no papel do Estado, ao nosso modo de percepção, estão inseridos numa realidade, na qual o local, e o global estão conectados.

Uma vez na era global, o papel do Estado é colocado em prova. Desta forma, julgamos importante entender o seu percurso histórico²⁰ e os respectivos papéis por ele assumidos, sobretudo, o rebatimento deste processo no Sudeste Paraense que passa por um processo de consolidação da modernização institucional.

A inserção do local não só se dá em decorrência de seu capital natural, identidade e capital social existente que constituiria na unidade entre os atores envolvidos na perspectiva de desenvolverem ações de cooperação, mas também em função do seu poder de competitividade.

Contemporaneamente fomos tomados pelas “ondas da globalização²¹”, momento histórico marcado pela singularidade de um mundo conectado via satélite²², via *online*. A temporada da Internet, da telemática. Trata-se da era em que os atentados terroristas podem ser assistidos em tempo real²³. As cenas de guerra e seus bombardeios²⁴ saíram da ficção das telas de cinemas e são transmitidas ao vivo com alcance planetário, atingindo a privacidade domiciliar. Programas jornalísticos “entram no ar”, exibindo cenas ao vivo. Exibições essas sobre as quais o cidadão não tem controle. Estaríamos vivendo em um mundo em descontrole como sugere Giddens (2003). Nesse mesmo período o homem passou a contar, também, com a possibilidade da clonagem humana; tema polêmico que divide a comunidade científica; sem, no entanto torná-lo menos importante ou ausente da agenda da sociedade contemporânea²⁵. Segundo Giddens (2003), estamos vivendo “a globalização da modernidade”, uma vez que para ele a modernidade por sua

²⁰ Para efeito deste trabalho discriminaremos um recorte histórico, baseado em um período recente, qual seja: a década de 1960.

²¹ Global e globalização - o primeiro termo surgiu em 1980 nos EUA, nas Escolas de Administração de Empresas, as *Business Management School* de Harvard, Columbia e Stanford. O segundo só posteriormente difundiu-se e popularizou-se, através das conferências sobre Estratégia & Marketing de famosos consultores norte - americanos.

²² A notícia do assassinato do presidente norte-americano Abraham Lincoln, em 1865, levou 13 dias para cruzar o Atlântico e chegar a Europa. A queda da Bolsa de Valores de Hong Kong (outubro-novembro de 1997) levou 13 segundos para cair como um raio em São Paulo, Tóquio, Nova York, Tel Aviv, Buenos Aires e Frankfurt. Eis ao vivo e em cores a globalização. (Clóvis Rossi, do Conselho Editorial da Folha de São Paulo)

²³ Atentado de 11 de setembro de 2001 nos EUA, transmitido ao vivo para o mundo inteiro.

²⁴ Estamos nos referindo aos bombardeios norte-americanos sobre o Iraque.

²⁵ Para Giddens a radicalização da modernidade tem uma conseqüência perturbadora e ao mesmo tempo de expressiva significância, uma vez que ela implicou na dissolução do evolucionismo, no desaparecimento da teologia histórica, no reconhecimento da refletividade meticulosa, e na dissolução da posição privilegiada do Ocidente.

própria natureza é globalizante e manifesta suas características básicas nas instituições modernas, incluindo em particular sua ação de desencaixe²⁶ e refletividade.

Uma das consequências da globalização da economia capitalista é a formação dos centros decisórios nos espaços extras e supranacionais, ocorrendo, assim a “globalização” dos centros de decisões. Esses fatos levam a uma subtração do poder de decisão do Estado Nacional, ou até mesmo a impossibilidade de definição de estratégias de desenvolvimento nacional (IANNI, 1978), uma vez que a prioridade deixou de ser a formação de mercado interno de consumo, passando a ser a integração da economia nacional aos mercados internacionais, nos quais prevalece a lógica das empresas transnacionais.

Dessa forma, as decisões - sejam no âmbito econômico, financeiro, tecnológico e de mercado - não se dão no escopo do estado Nacional, mas sim no âmbito dos interesses internos as empresas. Neste caso, as decisões são tomadas pelos executivos dessas empresas, e não apenas pelos representantes do Estado Nacional.

Essa supremacia do capitalismo globalizado estabelece rebatimentos nas estruturas governamentais institucionalizadas, com destaque para o Estado Nação, símbolo de identidade nacional, guardião do território nacional, responsável em salvaguardar os símbolos e zelar pela cultura e a segurança nacional passa por transformações. O Estado Nacional assume a condição de “província da sociedade global” (IANNI, 1996, p.77); hipérboles a parte, essa definição expressa as mudanças em curso.

A globalização da modernidade provocou certo nível de distanciamento tempo-espaco sem precedente na história, anulando as distâncias e conectando formas sociais locais àquelas mais distantes. Nesse sentido, a globalização pode ser definida como um processo de alongamento, em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais, se interligam pela superfície da terra como um todo.

²⁶ O desenvolvimento de mecanismo de desencaixe tem impacto(s) direto(s) sobre as atividades sociais, uma vez que retira a atividade social dos contextos localizados, ao passo que reorganiza as relações sociais através de grandes distâncias tempo-espaco. Os mecanismos de desencaixe fornecem os meios desta extensão, retirando as relações sociais de sua situacionalidade em locais específicos.

Sendo assim, a globalização é a mundialização das relações sociais. Nesse sentido, contextualizar a divisão territorial e a criação de municípios localizados em uma região como a Amazônia, localizada a certa distância do poder econômico e político, passa a ser algo fascinante.

Na interpretação de Bourdin (2001), a ideia que se construiu sobre o local é em oposição ao que se entende por mundial. Além dessa oposição ou talvez em decorrência desse antagonismo, uma série de convenções foi criada, como por exemplo, por um lado, a de atribuir ao local uma condição natural de refúgio; por outro, de resistência à própria globalização. Nesse sentido, o espaço global representaria tudo o que há de ruim produzido pela humanidade como: o egoísmo; o individualismo; a racionalidade; a exploração; os desastres ecológicos. Do lado oposto está o espaço local, santuário natural, onde a natureza se manifesta esplendorosa apresentando, a ambiência comunitária; os laços de solidariedade social; a identidade cultural, espaço privilegiado para práticas democráticas (gestão local) e de desenvolvimento (desenvolvimento local).

Alguns se contentam em decretar definitivamente que a mundialização é um mal. Sendo assim, o antônimo habitual do mundial é o local. E, há que se imaginar o lugar de resistência à mundialização, embora a transformação local faça parte da globalização. Assim, quem desenvolve estudos sobre municípios hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores, tais como: dinheiro mundial e mercados de bens, operados a uma distância indefinida da vizinhança em questão. O resultado não é necessariamente, ou mesmo usualmente, um conjunto generalizado de mudanças atuando numa direção uniforme, e consiste em uma tendência mutuamente exposta.

Marabá, Eldorado, Curionópolis, Parauapebas, Canaã dos Carajás apresentam situações emblemáticas, pois são municípios resultantes de um processo de modernização econômica, que gerou situações de desigualdades, bem como são municípios inseridos em um contexto econômico e político no qual a CVRD é um ator que estabelece conexões econômicas supranacionais, embora desenvolva suas atividades econômicas no espaço local.

A globalização é um conjunto complexo de processos. A maioria das pessoas pensa que a globalização está simplesmente “retirando” poder ou influência de comunidades locais e nações, para transferi-lo para a arena global. As nações

perdem, de fato, parte do poder econômico que antes possuíam, assim como outras assumem posição que não detinham.

Mas como o Estado contemporâneo não atua sozinho, deve-se considerar que os demais atores comportam-se, de acordo com os seus interesses. Assim, todos os atores envolvidos nas diferentes escalas tendem a buscar maximizar o atendimento de um dado objetivo, sendo suas condutas pautadas de acordo com as suas preferências. Desta forma, analisam o conjunto de opções existentes e possíveis selecionando as que potencializam a obtenção do máximo de benefícios.

Mas para Altvater (1999), o futuro dos países menos desenvolvidos é bastante sombrio, posto que conseguir, simultaneamente, competitividade no mercado mundial, participação democrática e sistemas de seguridade social nos tempos de globalização, é tão provável quanto à “quadratura do círculo”. Por outro lado, considera também impossível que a situação de globalidade se configure numa sociedade mundial baseada na igualdade, pelo menos nos marcos do capitalismo. Tal diagnóstico leva-o a concluir que crescimento econômico, bem estar social, e modernização institucional perderam sua validade global.

Deve-se reconhecer que a mundialização do modelo ocidental de produção e consumo esbarra nos limites da biosfera. Desse modo, questões como a forma de extração, o transporte e o uso dos recursos naturais, adicionadas às formações sociais emergentes deste tipo de atividade, estão interativamente relacionadas e influenciam no desenvolvimento adotado nos ambientes dos quais são retirados os recursos (BUNKER, 1985).

Para Castells (1999), o Estado perdeu sua importância como ator regulador na economia e na sociedade, uma vez que a sua incapacidade de decisão por si só, em um mundo em que as economias nacionais são globalmente interdependentes, obriga-o a se adaptar às regras.

O Estado, ao estabelecer a interlocução macrorregional como estratégia às negociações com as instituições globalizadas, encontra para si uma nova função, demonstrando que a dinâmica das negociações a partir de uma tática macrorregionalizada leva o Estado a perder a sua capacidade de representação e de controle, uma vez que o processo de negociação o leva a declinar de interesses locais. Sendo assim, o Estado Nacional sofre uma perda de representatividade, dado que interesses locais são declinados por força de negociações regionais, fato este que leva a sociedade nacional e local a não se verem representadas nas suas

ações. Por outro lado, a incapacidade do Estado Nacional de tomar decisões isoladamente, mesmo que se dê no âmbito de seu território, tirou do Estado seu poder de controle, subtraindo assim a sua capacidade de governabilidade. Em tempos contemporâneos a governabilidade não passa apenas pelo Estado, ao contrário absorve novos atores estabelecendo um novo arranjo institucional, no qual a flexibilidade é um dos aspectos.

Essa flexibilidade institucional se dá fundamentalmente em decorrência da coexistência de diversos atores posicionados em diferentes escalas, em permanente processo de negociação ou conflitos, visto que os interesses que representam, via de regra, são conflitantes. Assim, temos o Estado Nacional que - com sua soberania subtraída, mas não eliminada - negocia com outros estados nacionais, com blocos econômicos, organismos internacionais: Organização das Nações Unidas (ONU); Fundo Monetário Internacional (FMI); União Européia. Os governos estaduais que também participam do cenário internacional e os governos locais. Não existe um poder central que lança seu poder sobre os demais atores. A ideia de uma hierarquia institucional rígida, exercida por um poder onipresente, está superada.

Castells (1999) ainda desenvolve a ideia de “Estado-Rede”, conceito este que consideramos, como instrumento analítico à abordagem do nosso objeto de estudo (a divisão territorial no Sudeste Paraense), visando explicar a co-existência no mesmo cenário de atores localizados em escalas diferentes e representantes de interesses diferentes.

Sendo assim o “Estado-Rede” é caracterizado:

[...] por compartilhar a autoridade (ou seja, a capacidade institucional de impor uma decisão) através de uma série de instituições. Uma rede, por definição, não tem centro e sim nós, de diferentes dimensões e com relações internodais que são freqüentemente assimétricas. Mas, enfim, todos os nós são necessários. Assim o Estado Nação se articula cotidianamente na tomada de decisões com instituições supranacionais de distintos tipos e em distintos ambientes [...]. Mas também funciona em rede, nessa mesma rede, instituições regionais e locais (CASTELLS, 1999, p. 164).

A proposição teórica que assumimos está relacionada com a ideia de “Estado-Rede” desenvolvida por Castells. Consideramos que o Estado Nacional foi produto de um momento histórico que serviu ao período da era industrial. No entanto, na proporção que a sociedade contemporânea ingressa em outra fase, denominada de sociedade informacional, esse instrumento é revisto. Nesse sentido,

as funções do Estado Nacional “precisam ser revistas”, sob pena de inviabilizar suas novas tarefas, levando-o a uma crise de operacionalidade.

Baseados nessa compreensão, abordaremos o papel do *local*, em um contexto circunscrito a uma dinâmica, na qual se operam três fatores: a) crise do Estado Nação; b) desenvolvimento de instituições supranacionais; c) transferências de atribuições e iniciativas aos âmbitos regionais e locais; d) emergência e fortalecimento de instituições locais (municípios).

Desta forma, arguimos que a descentralização, em curso no Brasil contemporâneo, está relacionada à revisão do papel do Estado Nação, o que equivaleria dizer que o Estado Nacional perde parte de seu significado tradicional, sem ser impotente, uma vez que a planetarização do mercado não é suficiente para assegurar o desenvolvimento de países mais pobres. (IANNI, 1995).

Segundo Gidenns (1991), é preciso se ter um papel para o Estado. Nessa linha de raciocínio, ele afirma que não o Estado desempenha papel fundamental para o desenvolvimento. Para o referido autor há a necessidade de se construir um novo conceito de Estado, um “Estado assegurador, o que significa um Estado que assegure vida digna aos indivíduos, que seja suficiente no combate às desigualdades .

Dessa forma, far-se-ão necessárias mudanças na postura dos atores envolvidos, sejam eles sociais, econômicos e autoridades públicas, uma vez que na sociedade sul-paraense não há o predomínio de um ambiente cívico, capital social (marcado pela confiança). Devemos, então, situar que esse debate sobre o papel do local está situado num contexto, no qual a sociedade se encontra no paradigma tecnológico²⁷, baseado na informação e no conhecimento (CASTELLS, 1999).

Enquanto a revolução informacional conecta as sociedades em uma verdadeira rede, na qual há um fluxo constante de informação, imagens e riquezas, constata-se a existência de verdadeiros “territórios de miseráveis”, desconectados seletivamente da sociedade globalizada. E não é suficiente classificá-las como “desconectadas cultural e espacialmente descontínuas” nem tão pouco, identificá-las como geograficamente “situadas nas cidades do interior dos Estados Unidos da

²⁷ O que caracterizaria a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessas informações. Contudo a velocidade da difusão tecnológica é seletiva tanto social com funcionalmente. Mas não se pode ignorar que a difusão das novas tecnologias da informação está se processando à velocidade da luz.

América (EUA) ou nos subúrbios da França, assim como nas favelas africanas e nas áreas rurais carentes da China e da Índia” (CASTELLS, 1999, p. 52).

Essas mudanças imprimem transformações políticas, culturais, econômicas e institucionais. E, ao passo que desestruturam organizações, reestruturam novas, enfraquecendo movimentos sociais e possibilitam a emergência de outros, mas concomitantemente deslegitimam instituições, possibilitando o fortalecimento de outras.

4 O SURGIMENTO DOS NOVOS MUNICÍPIOS, A PARTIR DA PERCEPÇÃO DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS DE MARABÁ

Adotamos o procedimento metodológico de agruparmos os “pontos de vistas” das lideranças políticas de Marabá em uma seção dos municípios emancipados, não apenas como expediente de organização do escopo da tese, mas também porque buscamos trabalhar com percepções diferenciadas. Desta forma, consideramos que a opção adotada facilitará a visualização das diferenças.

A mobilização dos grupos e, por outro lado, o monopólio da utilização dos instrumentos de poder objetivados (capital político objetivado), assume a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os poderes públicos (ou, se preferir, pelo monopólio do uso legítimo de recursos (políticos objetivados, direito, exército, polícia, finanças públicas).

4.1 O REORDENAMENTO ESPACIAL E AS NOVAS TERRITORIALIDADES ECONÔMICAS

Neste momento, seguimos apresentando a fala de várias lideranças locais do sudeste paraense, as quais foram coletadas por meio de entrevista²⁸. Foram vários interlocutores, representantes de distintos segmentos da sociedade, conforme: 1) O Presidente da Associação Comercial e Industrial de Marabá; 2) O Presidente da Câmara de Vereadores; 3) O Presidente da Casa da Cultura, Marabá; 3) Um ex-prefeito e ex-deputado estadual; 4) três deputados, sendo uma representante feminina; 5) O Presidente da Câmara de Vereadores de Parauapebas; 6) O Prefeito de Eldorado dos Carajás; 7) O Representante da CVRD de Parauapebas; 8) O Presidente da câmara municipal de Parauapebas; 9) O Prefeito de Eldorado dos Carajás; 10) A prefeita de Parauapebas; 11) O Prefeito de Canaã dos Carajás.

O nosso primeiro interlocutor representa o setor econômico do município de Marabá. Observa-se na fala dele um destaque à presença da CVRD na região, estabelecendo uma referência cronológica ao início do Projeto Ferro Carajás:

Eu tenho dito que nos anos 80 [...] com a implantação do Projeto Carajás [...] surgiu [...] que era do município de Marabá [...] surgiu um núcleo [...]

²⁸ Entrevistas realizadas no município de Marabá, no período de 2004/2005.

não é? [...] e começou a surgir uma pequena vila [...] que depois se tornou um local maior que era administrado pela Prefeitura e que a tendência natural seria se tornar município [...] por que ali se tornou um local de grande investimento [...] lá se concluiu a ferrovia [...] né [...] e a Vale tava implantando [...] começou o processo de extração do minério de ferro. (Presidente da Associação Comercial e Industrial de Marabá).

Ele ainda demonstra que esse empreendimento atraiu várias empresas e atraía mão-de-obra de vários lugares do Brasil:

Ela fez um grupo residencial dela lá em cima [...] que era pro seus funcionários e embaixo como se diz? [...] surgiu a plebe que prestava aquela mão-de-obra [...] digamos braçal [...] que prestava serviço pras empreiteiras que trabalhava pra Vale [...] né? e [...] terminou crescendo cresceu rápido Parauapebas cresceu rápido que não tinha como não se emancipar! .

Percebe-se, segundo esse “ponto de vista”, que a vila existente passou por um processo de mudanças muito rápido devido às novas atividades econômicas, decorridas da implantação dos projetos. Essas atividades alteram a dinâmica socioeconômica, à medida que novos atores são atraídos para essa localidade, fossem em busca de emprego ou de prestar serviços à Vale (tal como é o caso dos empresários), o que contribuiu com a formação da estrutura social do que se denomina de “vila se adensa”.

Surgem, portanto, novos atores, novos interesses. Sendo assim, o interlocutor estabelece uma simetria entre a emancipação de Parauapebas com a questão mineral:

[...] Então eu vejo que esse processo de separação se deu muito em cima da questão mineral [...] você pode olhar [...] porque o que eu estou lhe falando é verdade [...] é tanto que Canaã foi emancipado porque tem dois grandes projetos de mineração [...] começou a um ano ser explorado [...] Canaã só tem seis anos de emancipação [...] quando descobriram que lá tinha uma grande mina de cobre e uma grande mina de níquel também se separou.

Isso se dá devido aos interesses dos novos atores que conformam uma nova realidade, não se tratando mais de uma “vila”, ou seja, de um pequeno aglomerado de pessoas, mas sim de um contingente populacional que superou as expectativas. Mas há ênfase quanto à participação da CVRD nesse processo. Inclusive, com afirmação peremptória estabelecendo uma relação entre os interesses da CVRD e a emancipação de Parauapebas:

Porque era de interesse da Vale emancipar [...] porque era uma área pequena pra ela [...] ficava mais fácil pra ela controlar [...] e o município de Marabá já questionava a atuação da Vale na época [...] né? [...] então [...] era interesse da Vale que tivesse o primeiro candidato a prefeito lá era ex-funcionário da Vale [...] teve eleição [...] acho que foi o primeiro prefeito lá [...] era médico.

Assim, a CVRD teria mais vantagens com a emancipação de Parauapebas do que com a manutenção daquela localidade sob a gestão político-administrativa de Marabá. Portanto, é razoável ressaltar o envolvimento da CVRD, desde que esta se constitua em meio para que maximizasse suas vantagens, o lucro:

Então [...] essa emancipação veio na mesma época que tinha também o projeto de Curionópolis [...] da Serra Pelada [...] aonde existia o Curionópolis que foi surgir também aquele vilarejo [...] que depois se tornou também uma grande concentração de gente em função da Serra Pelada [...] uma área de muitos comerciantes.

As lideranças políticas e a população de Marabá passaram - de acordo com o relato apresentado - por uma experiência singular. Simultaneamente, vivenciaram, de um lado, da riqueza e prosperidade, com a exploração do ferro e do ouro. Por outro, as riquezas que lhes pertenciam por estarem no seu território foram apropriadas por terceiros ao ponto de terem seu município desmembrado perdendo o equivalente a 37.483.58. km², que corresponde a uma mina de ferro, uma de ouro e outra de cobre.

Um ator econômico do porte da CVRD e uma liderança política do perfil do prefeito, Sebastião Curió, alteraram a correlação de força política existente até então. Segundo relato do interlocutor abaixo, o controle da serra de Carajás era da CVRD e o controle de Serra Pelada era do Prefeito que:

[...] era o CHEFE POLÍTICO da Serra Pelada [...] na época da ditadura só entrava no garimpo quem ele queria, então as pessoas se localizaram perto da entrada que dava acesso a Serra Pelada e fizeram o município de Curionópolis [...] fizeram o núcleo de Curionópolis [...] que depois virou município [...] quando foi separado [...] Curionópolis ficou como município de Parauapebas [...] mas ao mesmo tempo já surgiu um movimento de separação.

Do ponto de vista teórico, recorreremos ao conceito de território, para entendermos os recortes territoriais encontrados. Santos (1996) denomina esses recortes de horizontalidades e verticalidades, ressaltando que: “horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma

continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (SANTOS,1996, p. 16).

A realidade de Marabá marcada por vilas, assentamentos, núcleos, fazendas que criava um ambiente de vizinhança – mesmo distantes a alguns milhares de quilômetros, em função da proximidade territorial, especialmente, pela ausência de lideranças políticas concorrentes em relação ao núcleo dirigente – foi profundamente alterada pela chegada de novos atores que passam a exercer liderança e estabelecem novas territorialidades. A CVRD, neste caso, introduz um recorte vertical, quando sua presença une pontos distantes uns dos outros, ligando-os por todas as formas e processos sociais, bem como aquele município à sociedade de mercado internacional, assim como o fez o prefeito Curió, que do ponto político de vista político simboliza, emblematicamente, os resquícios do regime militar, numa região que fora militarizada em decorrência da estratégia do Governo Federal, à época.

Neste caso Santos (1996) destaca que o território pode ser formado de lugares adjacentes, ligados entre si como uma espécie de rede. Estes locais são os mesmos que formam o espaço banal e, embora aparentemente tenham muito em comum, funcionam de formas diferentes, muitas vezes divergentes ou opostas.

Sendo assim, Marabá passa a fazer parte de uma rede com conexões internacionais, tendo como ator principal a CVRD, que por sua vez, simultaneamente, conecta-se horizontalmente, já que se relaciona com os demais atores existentes nesse espaço. Por isso, o direito internacional e o direito local estão se transformando para reconhecer, naqueles que não nasceram na localidade, o direito de também intervir na vida política desse lugar. No caso dos municípios emancipados, as lideranças emergentes da época e as autoridades municipais de hoje são, majoritariamente, chegados de outros estados.

Na democracia de mercado, denominadas por vezes de “verticalidades”, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, “parcializadas” e egoísticas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades, hoje enfraquecidas, são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores.

Tanto a CVRD como o Curió encontraram um ambiente que de certa forma corroborou para que assumissem, de forma mais significativa, suas lideranças

(embora sejam atores de campos diferentes) e conformassem novos espaços de poder, nos quais exercem determinado controle. Não obstante às estratégias que cada um desses atores utilizou, deve-se levar em conta que Marabá estava, em 1985, saindo da condição de área de segurança nacional, fato que lhe devolveu o direito de escolher o prefeito da cidade, direito este que estava suspenso.

Ademais, no plano local, surgem novas alianças políticas, ou melhor, novos grupos são formados, nos quais as lideranças políticas são reagrupadas, ficando, de um lado, os Mutrans, que acompanham a liderança de Jarbas Passarinho (PDS). E, de outro, Plínio Pinheiro que se alinha a Alacid Nunes (PTB). Tem-se, ainda, Haroldo Bezerra que fora prefeito no período de 1975-1979, acompanhando Jader Barbalho (PMDB), enquanto o então deputado federal (1986) Sebastião Curió, eleito na condição de líder dos garimpeiros de Serra Pelada, filia-se ao PDS de Jarbas Passarinho.

Deve-se ainda registrar que, em 1982, Jader Barbalho derrota Jarbas Passarinho, candidato do PDS. Alias o PDS sai desta eleição como o grande derrotado em plano nacional. Sendo assim, Jader Barbalho, no período de 1983 a 1986, assume o poder na esfera estadual, na condição de novo líder. Já na esfera nacional o PMDB afirma a liderança de Ulisses Guimarães.

Como se pode observar, com o rompimento do bipartidarismo estabelecido pela polarização entre ARENA e MDB, o mapa político de Marabá assume novos contornos. Um momento emblemático dessa nova configuração se dá com a derrota da oligarquia dos Mutran, no pleito municipal de 1985. Era o “início do fim de uma era”, durante a qual o “poder” em Marabá, segundo relatos, chamava-se “Mutrans”. Foi uma significativa derrota, mas não era apenas um capítulo, posto que em 1988, os Mutran conseguem uma expressiva vitória, conseguindo retornar à prefeitura.

Passou-se quase uma década, quando em 1996, os Mutran perdem a eleição municipal. Fizemos essa incursão, com objetivo de demonstrar que as lideranças políticas de Marabá se dividiram por força da disputa política pelo poder local (prefeitura). Esse momento político, no qual se registra o reagrupamento das lideranças marabaenses, coincide com o processo de desmembramento/emancipações, resultando na criação dos cinco municípios em questão nesta tese.

É perceptível a diferença entre os “pontos de vista” das lideranças dos municípios emancipados com o que está sendo apresentado neste momento, o que pode se confirmar na fala que segue:

Eu lamento profundamente por Marabá [...] que era um município sede [...] e que hoje não recebe royalties [...] que não recebe nada e só ficou com os danos sociais que esses grandes projetos trouxeram pra região [...] que dizer o inchaço da periferia [...] a questão violência urbana [...] a questão da demanda da saúde [...] da educação.

O interlocutor, enquanto liderança dos atores econômicos é, ainda, categórico em afirmar que:

Marabá foi o que mais perdeu [...] porque Marabá ele não recebe receita nenhuma advinda do minério que era tudo dele [...] que na época foi muita incompetência dos políticos da região que não souberam [...] que é um processo de negociação [...] eu vou ficar com a metade da serra [...] ou nós vamos dividir os royalties por tanto anos [...] Parauapebas que era uma vila ficou com toda a receita [...] tanto que Parauapebas hoje tem 15 milhões da receita [...] Marabá tem 7 [...] Marabá tem o triplo da população de Parauapebas e tem dez vezes mais zona rural do que Parauapebas [...] Marabá [...] aliás tem o triplo não [...] Marabá deve ter quatro vezes mais [...] porque Marabá só aluno na escola hoje tem quase 72.000 mil alunos [...] a população de Parauapebas é 80 mil. Mostra tanto que o município perdeu [...] criou essa demanda [...] aí você vai entender o porque que Marabá hoje encabeça esse movimento [...] do O PARÁ QUE VALE essa briga com a vale [...] isso não surgiu lá em Belém [...] é aqui que está forçando o governador entrar na briga [...] na realidade toda política que a Vale fez na região [...] liquidou com município [...] que dizer tirou do município a grande riqueza que ele tinha e com isso foi inviabilizando o desenvolvimento mais rápido [...] Marabá tem crescido por ela ter uma posição estratégica [...] tem acesso por ferrovia [...] por rodovia [...] tem acesso pra capital [...] pro sul do país [...] pro nordeste do país [...] ela tem uma posição localizada. .

De modo resumido, percebemos seus relatos confirmam que:

- 1) Marabá perdeu com o processo de desmembramento e recorre como fator explicativo ao fato de que o município não dispõe de receita decorrente da exploração dos recursos minerais que estavam no seu território;
- 2) Por outro lado, reconhece que essas perdas são de responsabilidade, sobretudo das lideranças políticas do município, as quais no período negociaram o desmembramento, o que foi prejudicial ao município;
- 3) Tornou-se público um sentimento de insatisfação com a distribuição dos royalties, quando faz alusões gerais a dados quantitativos para demonstrar que Marabá tem o triplo da população de Parauapebas, bem como tem uma

zona rural dez vezes maior do que a de Parauapebas. Por exemplo, hoje, Marabá apresenta quase 72.000 alunos inseridos no contexto escolar, quantitativo este que quase corresponde ao número total de habitantes de Parauapebas, uma vez que por sua população chega ao número de 80.000.

- 4) Mas, sua crítica mais incisiva é direcionada à CVRD ao expressar que a política desenvolvida pela Vale, na região, na verdade liquidou o município, na medida em que só faz retirar as riquezas;
- 5) Para ele, a realidade política que a Vale desenvolveu na região, liquidou com o município.

Acompanhando o posicionamento de outro interlocutor, a presidente da Câmara de vereadores de Marabá, poderemos perceber como se apresentava a realidade política em Marabá, pois, segundo ela, na época:

Havia os interesses políticos e os interesses econômicos também [...] e eu acho que a grande questão é que havia [...] nessas áreas [...] municípios como Parauapebas, que por ter nas suas proximidades a maior jazida mineral do mundo. (Presidente da Câmara de Vereadores de Marabá).

Quando avalia o processo de surgimento dos municípios, a Presidente da Câmara de Vereadores de Marabá pondera que:

Parauapebas nasceu com um potencial de município [...] isso é incontestável, eu acho que se aliou a isso os interesses econômicos [...] políticos de outros grupos e aí foi desencadeado uma cadeia de emancipações que aí veio Curionópolis [...] Eldorado, Água Azul do Norte, todas essas áreas pertenciam ao município de Marabá.

Não obstante a essa observação, a interlocutora destaca a existência de interesses de outros grupos e, de acordo com a mesma, as lideranças políticas e econômicas não teriam reagido à emancipação:

[...] não houve..naquele momento [...] porque o município era muito grande [...] a receita [...] né? [...] o que eu acho é faltou da classe política clareza de que essa divisão não podia deixar Marabá como deixou.

Considerando a posição expressa, recorreremos ao modelo teórico de Downs para salientar que “Diante de diversas alternativas mutuamente exclusivas, um homem racional sempre escolhe aquela que lhe traz a maior utilidade, *ceteris paribus*, isto é, ele age para seu próprio e maior benefício (DOWNS, 1991 p. 57).

Podemos, assim, deduzir que as autoridades marabaenses, ao concordarem com a emancipação, consideraram que estariam ganhando, ou seja, estariam tendo mais benefícios do que prejuízos:

Não é filho daqui [...] não tinha o seu umbigo enterrado aqui nas barrancas do Tocantins ou do Itacaiúna e faltou para o Hamilton essa clareza de que não era para se ver livre da folha de funcionários que era muito grande [...] era como se tivesse tirando um fardo das costas [...] porque o município era muito grande [...] na visão dele o município era ingovernável mais o que se perdeu em riqueza foi muito maior do que o que se tirou em termos de folhas de funcionários e responsabilidade com essas áreas.

O interlocutor faz, ainda, a seguinte avaliação, levando em consideração os quinze anos decorridos:

Deveriam ter visto a questão do município de Marabá [...] não da forma como foi feita [...] tiraram as riquezas e deixaram Marabá a nossa sorte [...] que por conta da benevolência da natureza nós ainda ficamos com a jazida de São Lucas [...] foi a que nos restou [...] que é a maior jazida de cobre daqui dessa região.

Há no depoimento apresentado um misto de crítica e ao mesmo tempo consolo pelo fato de o território de Marabá ainda dispor de recursos naturais. No entanto, as críticas às lideranças que participaram dessa negociação fizeram-se presente pela falta de clareza, na visão política.

A avaliação crítica acerca da postura das lideranças políticas de Marabá também está presente na fala de outra liderança. Tal posição se expressa quando este interlocutor afirma que:

À época houve assim uma certa negligência da própria Câmara dos vereadores de Marabá que praticamente não questionaram muito essa divisão [...] então eu me lembro bem que as pessoas comentavam [...] e tal [...] parece de a Câmara não se importou que a gente perdeu Carajás [...] Serra Pelada e tudo mais [...] e os próprios vereadores [...] pelo menos uma boa parte deles parece que não se importavam muito com isso [...] né? (Presidente da Casa da Cultura, Marabá)

Além da indiferença por parte dos políticos (vereadores), Presidente da Casa da Cultura de Marabá também relaciona o ocorrido aos interesses e vantagens identificados pela lideranças que dirigiram as emancipações:

Agora a separação com certeza foi porque algumas pessoas vislumbraram a questão financeira de Carajás [...] Serra Pelada [...] e claro seria muito melhor que o município fosse desmembrado [...] que a partir dali o dinheiro seria distribuído por essa área imensa [...] seria por uma área mais restrita né? [...] tanto que eu me lembro que houve uma certa migração de gente

daqui pra lá [...] né? e quando isso aconteceu inclusive vereadores que eram de Marabá se candidataram a Prefeito, e tal, daquela área?

Baseado no modelo teórico que estamos utilizando, entendemos que cada eleitor tem direito a um voto. Sendo assim, do ponto de vista do interesse do governo, ele (o governo) está interessado no voto do eleitor e não no seu bem-estar. Neste caso, o bem-estar do eleitor será valorado, a partir do voto que dispõe. Assim, o governo não demonstra estar preocupado com o bem estar da população.

Do ponto de vista do discurso, essa questão se apresenta como objeto central das políticas governamentais. Além disso, sabemos que faz parte da história recente do Brasil a opção por políticas econômicas que priorizam o equilíbrio e a responsabilidade fiscal; a credibilidade junto ao mercado de capitais; a obtenção de *superávit* primário em prejuízo de políticas de geração de emprego e renda. O que se assiste na prática, é uma opção pela responsabilidade fiscal em detrimento da responsabilidade social, o que faz parte de uma lógica pautada no comportamento racional do político, a sua reeleição e/ou a manutenção do seu grupo político no poder é a questão central, sendo assim, como explicar o comportamento das lideranças políticas de Marabá?

É interessante observar que, nesse período, o prefeito de Marabá era Hamilton Bezerra, cuja “vitória” representou uma importante derrota sobre os Mutran, gerando a expectativa de um efetivo deslocamento desta família (os “Mutrans”) do controle do poder local. Porém, no processo eleitoral seguinte, os Mutran voltam ao poder, tendo disputado com o engenheiro, ex-prefeito (1975) e deputado estadual, Haroldo Bezerra, o qual , quando esteve na Assembléia Legislativa, apoiou as emancipações dos municípios de Parauapebas e Curionópolis, conforme:

E pra você ter uma idéia da incompetência dos políticos da cidade que foi aprovado com o voto do deputado [...] filho desta cidade [...] foi aprovado por unanimidade pela câmara municipal [...] sem ter [...] eu não estou dizendo que Parauapebas teria que ficar ali eternamente [...] sem ter direito na divisão da receita. (Presidente da Associação Comercial e industrial de Marabá).

Segundo a avaliação desse interlocutor, a divisão territorial seria resultado da incompetência dos políticos que gerenciaram o processo, não havendo o reconhecimento de que houve a participação da Câmara Municipal, na qual foram registradas a aprovação das emancipações e a criação dos municípios.

Em certo momento da fala do nosso entrevistado, identifica-se uma tênue ambiguidade, uma vez que ele reconhece a inviabilidade de serem mantidos os núcleos urbanos formados em decorrência, seja do Projeto de Ferro Carajás, seja da mina de ouro em Serra pelada sob a jurisdição política administrativa de Marabá; e, simultaneamente, faz referência às perdas decorridas da divisão.

Neste caso, seriam os interesses individuais e coletivos dos marabaenses que teriam sido preteridos. Assim, cabe destaque à seguinte questão: o governo municipal obteve apoio político para aprovação dessa matéria?

Para o interlocutor, há relevante diversidade de fatores. Neste momento destaca a conjuntura, na qual o município de Marabá se encontrava enfatizando que:

A grande parte da população de Marabá estava envolvida com Serra Pelada [...] e achava que aquilo ali era o novo eldorado [...] o novo céu [...] então nisso se aproveitou [...] a própria Vale do Rio Doce aproveitou essa deixa de que a população estava no momento encantada com o processo [...] achando que a serra seria um grande paraíso e ela jogou essa ideia e o deputado apresentou essa ideia na Assembléia Legislativa.

Diante de tal relato, entendemos que a ênfase passa a residir no seguinte triângulo: 1) as riquezas contidas na mina de ouro despertaram o interesse da população, que por sua vez passou a acalentar a possibilidade de enriquecimento rápido, através da exploração do ouro; 2) a CVRD teria influenciado a favor, muito embora nosso interlocutor não explicita como se deu essa influência, apenas fazendo alusões peremptórias quanto à participação da CVRD; 3) o parlamentar (deputado estadual), que teria atuado no âmbito da Assembléia Legislativa pela aprovação.

A decisão sobre as emancipações é identificada como um processo sobre o qual a população não teve participação, o que foi considerado como uma decisão de natureza “cupulista”:

Essa decisão se deu de cúpula [...] como não tinha plebiscito [...] como a própria população estava muito envolvida na questão de Serra Pelada [...] estava todo mundo achando que iria ficar rica [...] a verdade é essa, eles aproveitaram para separar, sem ter uma discussão mais profunda [...] sem ter uma discussão que se discutiria a questão da receita do minério [...] que dizer Marabá perdeu tudo. (Presidente da Câmara Municipal de Marabá)

É relevante, ainda, apontar que, ao entrevistarmos a presidente da Câmara Municipal, percebemos a manutenção do sentimento de perda presente na sua fala:

eu no período dessas emancipações [...] eu tinha retornado para Marabá [...] o que se sabia era de Parauapebas já estava se explorando o igarapé Bahia [...] Serra Pelada já estava em franca produção de ouro [...] foi questão de responsabilidade política [...] dos políticos daquela época [...] de forma que Marabá foi penalizada pegaram o bônus e deixaram Marabá com o ônus. .

Como se pode observar, do ponto de vista dos interesses de Marabá, segundo essas lideranças, essas emancipações trouxeram mais custos do que benefícios para o município sede. Os motivos pelos quais os fatos teriam se dado dessa forma é explicitado pela interlocutora da seguinte forma:

Faltou para o Hamilton essa clareza de que não era para se ver livre da folha de funcionários que era muito grande [...] era como se tivesse tirando um fardo das costas [...] porque o município era muito grande. .

Ora, se a decisão do prefeito foi pautada na subtração da folha, nesse caso o governo, assim se pode conjecturar, estaria agindo com o objetivo de maximizar os interesses da população, uma vez que os gastos seriam mitigados. Ou seja, em vez de dispersar os investimentos, centralizaria a aplicação dos recursos. A interlocutora observa que o município era ingovernável e que a “riqueza foi muito maior do que o que se tirou em termos de folhas de funcionários e responsabilidade”.

Nesta fala está presente uma observação importante. As lideranças atuais consideram que o processo de desmembramento da forma como foi executado, acarretou em perdas para Marabá, uma vez que o que se ganhou foi menor, se comparado com o que se perdeu.

É oportuno destacarmos a importância da informação no processo de tomada de decisão. No arcabouço teórico que estamos utilizando ela assume importância relevante. Ademais, informação tem um custo, e uma vez dispendo-se dela, tem-se, então, o momento não menos importante que corresponde à forma como utilizá-la, o que está intrinsecamente relacionado aos interesses individuais e coletivos. Por outro lado, os processos de decisão política estão circunscritos a situações, nas quais as lideranças não têm o conhecimento absoluto sobre o “curso dos acontecimentos”.

No caso de Marabá (antes de 1988), baseando-nos nas falas dos interlocutores, a emancipação deu-se à distância. Mas residiu sobre a gestão do poder, ou pelo fato de as autoridades não exercem suas lideranças na plenitude, ou pela dificuldade de exercê-la em toda a abrangência do município. Quando isso ocorre, esses espaços são apropriados por outros atores que passam a se constituir na liderança local, pois ocupam os espaços, estabelecendo uma nova territorialidade.

A emergência de novas lideranças faz parte do jogo político sob os auspícios da democracia. No entanto, o que se deve observar é em que medida os interesses dessas lideranças estabelecem interseções, ou consenso, e em quais momentos esses interesses entram em conflito.

É válido salientar, ainda, que nos locais com potencial de desenvolvimento, a emergência de reivindicações, demandas que exigiam investimentos financeiros. Nesses locais, onde estão presentes os movimentos demandantes por ações governamentais, ou melhor, em políticas que resultem no desenvolvimento daquela localidade, não raramente, surgem conflitos entre os novos interesses e os interesses dos grupos já existentes.

Não há consenso em torno das causas que originaram o processo de emancipação, mesmo tendo como parâmetro as lideranças de Marabá. Do ponto de vista do ex-prefeito e ex-deputado estadual, Haroldo Bezerra, a criação desses novos municípios estava inserida em um momento político, no qual o país transitava de um período de ausência democrática, baseado na centralização político-administrativo-tributária, para uma situação oposta, conforme relato abaixo:

[...] Em se considerando que o Brasil retoma medidas descentralizantes na década de 80 [...] tendo passado duas décadas sob estruturas centralizadas [...] e ao mesmo tempo projetos de escala regional [...] particularmente na Amazônia foram posto em execução [...] nessas circunstâncias vinha os conflitos [...] vinha o interesse muitas das vezes [...] uma coisa aliada a outra [...] e esses movimentos levavam aos desmembramentos. (Presidente da Associação Comercial e Industrial de Marabá).

Nesta fala, o interlocutor reportou-se à participação do deputado que ele denomina de “filho da terra”, o qual, Haroldo Bezerra, que confirma a sua participação nesse processo quando afirma que:

Quando da criação desses municípios eu era deputado estadual [...] e fui eleito maciçamente pelo povo que morava naquela região do sul do Pará [...] os votos corresponderam somente àquela área e eu ocupava o cargo de vice-presidente da comissão administrativa. (Haroldo Bezerra, ex-prefeito e ex-deputado estadual).

Outras lideranças, ao se reportarem ao processo de emancipação, destacam que muitos foram os prejuízos trazidos à Marabá. Nessa perspectiva, entendemos que se tratou de uma atitude carente de racionalidade, já que os interesses da população de Marabá foram declinados, ou preteridos a favor dos interesses das populações das localidades demandantes. No entanto, essa abordagem, ou essa avaliação, é questionada pelas ponderações do Sr. Haroldo Bezerra:

Trabalhei a favor da emancipação de todos os municípios do sul do Pará [...] não foi só de Parauapebas e Curionópolis [...] e já tinha simpatia por esse processo desde quando Conceição do Araguaia desmembrou da criação dos municípios de Redenção [...] Rio Maria [...] Xinguara e São Geraldo do Araguaia posteriormente [...] mas até a criação dos quatro primeiros eu já era adepto desse processo porque a mais de 25 a 30 [...] eu já discutia essa questão da criação de municípios na região [...] e a criação do Estado de Carajás [...] ou seja [...] tudo isso se encaixa de uma forma [...] a criação de municípios tem a ver com o processo de criação do Estado de Carajás [...] eu já defendia isso a mais de 28 anos. .

Num primeiro momento, o apoio dado se justificaria por “certa simpatia” por parte do então deputado aos processos de emancipação. Mas, de fato, segundo o próprio interlocutor, tratava-se de uma estratégia visando à criação do estado do Carajás.

Ao justificar a sua atitude, o ex-prefeito reporta-se à sua condição de marabaense, pois embora seja cearense, considera-se marabaense. Neste caso, o seu sentimento de pertencimento está expressamente vinculado a Marabá, para então defender sua posição, de criação de novos municípios enquanto um procedimento que facilitaria a criação do estado de Carajás:

É [...] eu sou marabaense [...] me criei em Marabá [...] aí vem minha proposta de governo para todo sul do Pará [...] eu sempre sonhei com a criação do estado de Carajás [...] qual era a tese maior [...] se uma determinada região tem condições de andar com suas próprias pernas [...] se ela pode ter sua autodeterminação [...] o seu auto desenvolvimento.

A justificativa pautada na criação do estado de Carajás, segundo seu ponto de vista é plausível, no entanto argui que as localidades demandantes tinham condições de “andar com suas próprias pernas”, significaria dizer que elas teriam

uma logística, produtiva, social e institucional mínima. Esse, pode-se, assim interpretar, é uma argumento sem robustez, haja vista que se tratava exatamente de uma situação com características opostas à apresentada.

Ele atribui as críticas à sua participação como sendo “manifestações de políticos antigos” e ao mesmo tempo sugere que se tratava de uma decisão já definida por um grupo de políticos:

[...] eu sei que ainda existem muitos políticos antigos de Marabá [...] principalmente os mais antigos [...] os mais novos já não pensam assim [...] que queriam que Parauapebas continuassem na eterna dependência de Marabá [...] se você fizer um levantamento da pesquisa de mil pessoas na região [...] você vai verificar que essa quantidade é pouca talvez algumas lideranças de Marabá [...] até porque eles eram na época também lideranças políticas [...] colocou muito bem [...] bem lembrado até [...] naquele tempo [...] as câmaras municipais perderam aquele poder [...] mas elas tinham o poder de referendar [...] e foi cem por cento dos vereadores de Marabá que voltaram a favor. .

Tais afirmações são mais bem representadas no quadro a seguir:

Quadro 3 - Autoria dos projetos de lei propondo a criação de municípios

Documento	Proponente- Autor	Data	Município
1-Projeto de lei n 78-89	Deputado Geovani Queiroz	Publicado DOE de 20 de 1991.	Criação do Município de Água Azul do Norte
2-Projeto de Lei n 08-87.	Deputado Carlos Cavalcante	Publicado no DOE 09 de 03 de 1988	Criação do Município de Parauapebas
3-Projeto de Lei n 14-87	Deputado Giovani Queiroz	Publicado no DOE de 09 de 03 de 88.	Criação do Município de Curionópolis
4-Projeto de Lei n 135-91	Deputado Joercio Barbalho	Publicado no DOE de 09 de 03 de 88.	Criação do Município de Canaã dos Carajás
5- Projeto de lei n 13-87	Deputado Geovani Queiroz		Criação do Município de Eldorado dos Carajás

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado do Pará (2005).

Embora seja atribuído ao ex-deputado Haroldo Bezerra a responsabilidade política pela criação dos novos municípios, sobretudo Parauapebas e Curionópolis, ele não foi o proponente dos projetos de lei aprovados na Assembléia Legislativa, instituindo novos municípios. No caso de Parauapebas coube ao então deputado Carlos Cavalcante a autoria do Projeto Lei nº 08-87. De acordo com os argumentos apresentados pelo deputado junto ao poder legislativo, tratava-se de um núcleo urbano com mais de cinquenta mil habitantes e vinte e três mil eleitores, dispondo de

rede viária, esgotos, escolas, tratamento de água, hospitais e uma boa infraestrutura urbana.

Quanto aos municípios de Curionópolis, Eldorado dos Carajás e Água Azul do Norte, o proponente foi o então deputado estadual Geovani Queiroz, segundo argumentos apresentados, a localidade dispunha de uma infra-estrutura mínima, constituídas dos seguintes subsídios:

- 1) Escola de Ensino Fundamental, atendendo aproximadamente 4 mil crianças na zona urbana;
- 2) Os serviços de energia elétrica encontravam-se em fase de instalação, sendo estimado para atender a aproximadamente 5 mil pessoas de imediato;
- 3) Contava-se na cidade a presença de três indústrias madeireiras e outras que ainda estavam por ser instaladas;
- 4) Contava com um hospital da Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA) e três da rede privada;
- 5) Dispunha de uma agricultura com elevado índice de produção de subsistência (feijão, milho, arroz),
- 6) Quanto aos serviços básicos contava com uma agência bancária, postos dos Correios, da Telepará, uma delegacia e uma cadeia pública;
- 7) E uma população de aproximadamente 55 mil habitantes, distribuída da seguinte forma: 20 mil na zona urbana e 30 mil na zona rural.

Já em defesa da criação do município de Eldorado, o ex-deputado apresentou como argumento o fato de o Estado do Pará apresentar uma extensa área territorial, o que, segundo ele, dificultava a administração por parte do Governo do Estado. Ademais, enfatizou que o estado se constitui em pólo de atração migratória.

Além da participação dos vereadores, o interlocutor faz alusão ao prefeito, inclusive destacando o poder político que dispunha como tal. Nesse momento, fica explícito que os opositores, na época, faziam parte do grupo político hegemônico que controlava o poder, logo suas reações contrárias se deram, por exemplo, porque:

[...] aqueles que choravam e que queriam ter todo aquele controle na mão naquelas áreas imensas no sul do Para [...] e alguns pontos [...] e digo mais..na época era preciso ter coragem [...] mas eu fico vendo que a muito tempo que cada vez mais eu acredito que a gente termina acertando muito que a gente tava trabalhando pra Assembléia [...] porque tava os fatos

concretos [...] choro vai sempre ter [...] ter gente reclamando [...] no caso então [...] o negócio em questão [...] eu vejo é como passado [...] e a negociação de área [...] terreno e tudo isso é questão mais geográfica, as divisões da época [...] eles eram feitos com estudos técnicos do IBGE [...] então as divisas [...] as divisões naturais, as questões não eram [...] você não iria dividir uma serra no meio [...] você não ia cortar o rio pela ponta. .

A participação da oligarquia Mutran nesse processo é importante, mas a questão nevrálgica está relacionada ao controle do poder na região e ao reordenamento territorial, com a criação dos novos municípios, uma vez que isso significava, sobretudo, a institucionalização do reordenamento político, estabelecido através do acesso de novas lideranças ao poder. Neste caso, a pulverização do domínio estabelecia uma nova correlação de forças políticas na região, alterando os mecanismos de controle político vigente, que eram pautadas no monopólio da gestão do poder exercido pelos Mutrans e seus aliados. Contudo, não se deve negligenciar o fato de que essa oligarquia estabelecia relações de aliança política com as lideranças situadas em Belém detentoras da gestão do poder estadual, conforme ressalta Haroldo Bezerra:

Então você imagina [...] Parauapebas era uma cidade forte [...] Curionópolis estava crescendo e tinham condições de andar com suas próprias pernas [...] dentro daquela regra que você eclodiu na minha cabeça como incoerência [...] eu sou a favor da criação do estado de Carajás [...] não poderia ser contra a emancipação [...] eu quero emancipar o sul do Pará porque não emancipar Parauapebas [...] Curionópolis? [...] eu já fui a favor de Xinguara [...] de Redenção na época [...] Conceição ainda hoje reclama, nem tanto [...] ora [...] todo esse processo terminou contribuindo para o desenvolvimento daquela região. .

Na verdade tratava-se de uma estratégia de reordenamento que ia além da escala local, pois tinha como perspectiva a criação de um estado. Neste caso, envolvia os interesses locais, mas envolve interesses em escala estadual. O que pensa a população que vive nas outras regiões do estado? O que pensam as outras lideranças políticas? A partir da perspectiva contida nos discursos dos nossos interlocutores parece ser racional a estratégia de pulverizar o poder, buscando assim dificultar o controle político sobre a região. Em particular, dos então grupos oligárquicos por meio do acesso das lideranças locais a condição de autoridades políticas, aumentando assim o capital político da região.

4.2 COMPETIÇÃO POLÍTICA: FAZENDEIROS, CASTANHAIS, MINERAÇÃO E O GARIMPO

A competição política se dá sob novas bases, na medida em que novos atores ingressam no campo político, como representantes dos interesses emergentes resultantes das relações socioeconômicas, sejam as atividades mineradoras (Parauapebas e Canaã dos Carajás) e a garimpeira (Serra Pelada), no município de Curionópolis. Neste caso, a disputa pelo controle das estruturas de poder se dá entre as lideranças políticas que representavam atividades econômicas em declínio como a extração de castanha, atividades madeireiras e a pecuária e as atividades econômicas emergentes, mineração e garimpo. O resultado das eleições para o legislativo estadual e federal (2002), particularmente, nos municípios em questão, demonstra que o exercício do controle político sobre os mesmos é mais difícil.

Um caso emblemático foi a votação em Canaã dos Carajás do deputado federal Zé Geraldo (PT), com 19,3% dos votos. Em Marabá, 7,7%, ficando na frente de Jader Barbalho, que obteve 3,2%.

Há que se destacar que, neste momento, o deputado Jader Barbalho se elegeu como o deputado mais votado do estado Ademais, tendo já atuado como governador e ministro de estado, senador da República. Além disso, quando foi ministro da reforma agrária estabeleceu aliança com os Mutran. Não obstante a sua extensa biografia política no estado, esta não lhe garantiu uma votação expressiva nesses municípios. Observe a tabela abaixo:

Tabela 3 - Candidatos mais votados em Marabá: Deputado Federal, 2002

Candidato	Votos	Partido	%
1-Asdrúbal Bentes	19.357	PMDB	29,1
2-Haroldo Bezerra	10.209	PSDB	15,3
3-André Barbosa	9.612	PTB	14,4
4-Zé Geraldo	5.153	PT	7,7
5-Jader Barbalho	2.109	PMDB	3,2
6-Zequinha Marinho	2.079	PDT	3,1
7-Babá	2.069	PT	3,1
Total	50.588		75,9%

Fonte: TRE-PA (2002)

Os dados contidos na tabela acima possibilitam a seguinte análise:

- 1) Os seis candidatos mais votados no município obtiveram 50.588, votos, tendo comparecido à votação 69.041 e 19.8849 se abstiveram, ou seja, 75,9% dos eleitores distribuíram seus votos em sete candidatos;
- 2) Os sete candidatos representavam cinco partidos diferentes: PMDB (2), PSDB (01), PTB (01), PT (02), PDT (01);
- 3) Dos cinco candidatos mais votados; cinco deles se elegeram: Asdrúbal Bentes, Zé Geraldo, Jader Barbalho, Zequinha Marinho, João Batista Oliveira de Araújo, popularmente conhecido como: “Babá”. Dos cinco eleitos apenas Asdrúbal Bentes tem domicílio eleitoral na cidade de Marabá, mas este fato não dá direito de monopólio político a Asdrúbal Bentes, ao contrário credencia os demais a representarem politicamente o município.

A votação do PT em Marabá foi expressiva, o que demonstrou dificuldade, ou até mesmo, a impossibilidade de se exercer, nos tempos de hoje, o controle político da época das oligarquias. Além de Zé Geraldo, o Deputado “Babá” teve 2.069 (3,15%) e o Beto da Fetagri 1.418 (2,1%). Deve-se ainda somar 1.418 votos creditados na legenda do PT. Independente do fator “Lula presidente”, a votação desses candidatos, e da própria legenda, é uma demonstração de que os eleitores dispõem de mais opções de oferta no mercado político. Essa competitividade inviabiliza o controle oligárquico.

O outro extremo dessa história foi o desempenho da família Mutran que participou do processo por intermédio da candidatura da Sr.^a Cristina Mutran, deputada estadual pelo PMDB, que obteve 7.977 (12,0%) e não se elegeu. Talvez este exemplo seja mais significativo com relação à subtração do controle político, uma vez que a família Mutran, mesmo tendo dois vereadores e exercido o controle político no município durante três décadas, hoje, não tem capital político para eleger uma deputada estadual. E, coincidentemente, ou não, os Mutran estavam juntos com o antigo aliado Jader Barbalho que também teve uma votação pífia no município, apesar de - como destacamos - ter sido o mais votado no Estado.

A eleição de Haroldo Bezerra também é importante de ser analisada uma vez que ele tinha o apoio do prefeito (Dr. Veloso) e do governador do estado, bem como tinha passado um ano no exercício da suplência de deputado federal e mesmo assim não se elegeu.

O cenário ilustrado demonstra que nem os que exerceram o poder “Mutran-Barbalho”, e nem os que estavam no exercício do poder (prefeito e governador) conseguiram impor algum tipo de controle político sobre o eleitor, posto que o resultado eleitoral foi desfavorável para alguns e insignificante e tímido para outros.

Baseado nos dados eleitorais ilustrados acima, e também na tabela abaixo, não existe hoje, em Marabá, alguém que exerça o controle político, pois não há uma liderança que se imponha sobre as demais, nem no plano local nem no plano estadual.

Tabela 4 - Os cinco candidatos a deputados estadual mais votados em Marabá, 2002

Candidato	Votos	Partido	%
Elza Miranda	13.254	PSDB	20,0
Bernadete	8.637	PT	13,0
Ferreirinha	8.404	PTB	12,7
Cristina Mutran	7.977	PMDB	12,0
Maurino	2.567	PSDB	3,9

Fonte: TRE-PA (2002)

O deputado federal mais votado não atingiu nem um terço dos votos e a deputada estadual ficou na casa dos 20%. Este fato soma-se a outro, qual seja: as duas lideranças são de grupos políticos diferentes. O primeiro pertence ao grupo do deputado Jader Barbalho e o segundo ao grupo do governador do estado, Simão Jatene, que por sua vez tem como liderança o Dr. Almir Gabriel.

Mas retornando à questão das emancipações, a posição de Haroldo Bezerra contrasta com as avaliações expressas pelas atuais lideranças e também com as avaliações de lideranças que hoje não estão exercendo cargo público, como é o caso do Dr. Plínio Pinheiro, segundo este os desmembramentos, as emancipações e a criação desses municípios foram prejudiciais para Marabá. Embora não esteja atualmente exercendo cargos públicos, exerceu o cargo de deputado por três legislaturas, como se pode observar no relato que segue:

Eu fui deputado estadual de 1975 a 1986 [...] fui deputado estadual por três legislaturas e nessa época eu estava em atividade política e acompanhei de perto essa emancipação [...] acompanhei mesmo estando certo de que aquilo não era o melhor [...] embora a aquela altura eu não fosse favorável a ela. (Plínio Pinheiro).

Trata-se do posicionamento de uma liderança que, no período das emancipações, estava no exercício das suas atividades políticas. E a sua posição era contrária a emancipação, embora reconheça que:

[...] Marabá era um município de maior extensão territorial e que realmente tinham núcleos importantes [...] com Parauapebas e Curionópolis [...] que ficavam muito distante da sede do município [...] e que ofereciam uma dificuldade muito grande aos administradores da época [...] pra levarem pra população daqueles distritos e povoados os benefícios que elas necessitavam.

A distância, como aponta o interlocutor, é uma das causas recorrentes nos discursos dos que advogavam as emancipações. Assim, ele revela que o governo municipal era ausente nessas localidades. Os núcleos urbanos eram localizados a certa distância da sede e, somado a isso, havia o registro de crescimento populacional acelerado motivado pelo Programa Grande Carajás (PGC) e a Serra Pelada. Sendo assim, as demandas por serviços e infraestrutura aumentaram quantitativamente e qualitativamente, exigindo investimentos por parte da prefeitura, não sendo demandados atendimentos episódicos ou circunstanciais, e sim intervenção governamental no sentido de suprir as necessidades relacionadas à saúde, educação, saneamento e estradas.

No contingente populacional que migrou para essa região havia pessoas com costumes urbanos. Elas passaram a exigir a existência de uma infraestrutura urbana mínima. Eram localidades constituídas a partir de assentamentos, o que é confirmado por Plínio Pinheiro:

Os investimentos do poder público municipal que faziam lá [...] não satisfazia as pessoas [...] as pessoas que se radicaram que se estabeleceram ali em Parauapebas principalmente com a proximidade do projeto da Vale do rio doce [...] eram pessoas que vinha de centros mais adiantados [...] que tinha uma assistência melhor [...] chegaram lá se sentiram carentes.

Diante dessas demandas de natureza pública, articularam-se interesses individuais e de grupos, posto que a equação desses problemas passava pela intervenção e pelos interesses políticos.

Esse tem sido o móvel maior, que tem levado a apresentação desses projetos de emancipação política administrativa e de divisão territorial. A ação política não é um problema, ao contrário faz parte da sociedade. Nela, os indivíduos e grupos se

organizam passando a defender os seus interesses. Quando os interesses são de natureza política e capazes de mobilizar parcela significativa de uma dada sociedade, a materialização do atendimento desses interesses implica em efetivação de políticas públicas, em decisão de governo, pois as pessoas de projeção na sociedade (como é o caso de Marabá) não têm como atingir seus objetivos políticos na sede do município, bem como o eleitorado do município sede, por ser pequeno, não permite que os interesses sejam atendidos com sucesso. Então, para ser viável emancipar aquele povoado para que seus projetos políticos possam se concretizar.

Nesse momento, o Brasil estava saindo de um período de centralização, com leis rigorosas, estabelecendo, inclusive cerceamento ao exercício da liberdade. Ao advogar o rigor da lei estava indo na contramão em direção ao sentimento nacional que aspirava liberdade, de acordo com o que ressaltou Plínio Pinheiro:

Eu achava que Marabá podia atender melhor [...] desde que a estrutura administrativa fosse modificada [...] eu apresentei projetos naquela época [...] minha intenção porque primeiro você cria o distrito e o distrito se transforma em município [...] como distrito a lei já permitia que ele tivesse alguns benefícios um cartório de registro de nascimento de óbitos e outras coisas mais [...] poderia ter uma administração local mesmo nomeada pelo prefeito de Marabá [...] mas teria uma administração ali [...] e os recursos poderiam ser direcionados para lá [...] de maneira mais objetiva [...] Aí seria uma evolução administrativa que permitiria um melhor direcionamento de recursos, a estrutura local seria melhorada também o atendimento a população seria melhorado [...] claro que mais tarde isso evoluiria para a criação dos municípios inevitavelmente pela grande extensão territorial de Marabá e também por esse desejo de ter um atendimento melhor por parte do poder público então o que acontece [...] aquela altura eu achava ainda muito precipitado as coisas deviam ser melhor preparadas.

A questão subjacente ao processo de criação dos municípios em questão não estava relacionada à estrutura administrativa, inclusive Parauapebas passou pela experiência de ter uma “administradora” nomeada pelo prefeito Hamilton Bezerra, conforme relato apresentado nesta tese. Tratava-se, portanto de delegação de poderes, sobretudo poderes para ser exercido pelas lideranças localizadas. Por outro lado, este processo estava inserido em um contexto de rupturas, onde o novo e o antigo estavam em conflito. Nesse sentido, a ideia de uma evolução, contida na noção, segundo a qual se parte do mais simples para o mais complexo, não cabia, eis porque a proposição do nosso interlocutor não teve êxito, ou seja, as oligarquias e as lideranças políticas a ela vinculada perderam o controle do processo.

Os nossos dois últimos interlocutores representam duas gerações de políticos marabaenses. De um lado, o ex-deputado Haroldo Bezerra que começou sua vida política como prefeito (1975), nomeado por influência política do então deputado Plínio Pinheiro, e de outro, o próprio ex-deputado estadual, Plínio Pinheiro. Hoje, eles têm em comum o fato de estarem sem mandato, mas, no que diz respeito ao processo de desmembramento de Marabá, possuem uma divergência significativa. De um lado, o ex-deputado, Plínio Pinheiro, era representante político das oligarquias vinculadas aos castanhais e, de outro, Haroldo Bezerra, podia ser denominado uma liderança situada no outro campo político, emergente no processo de democratização do país. Enquanto o primeiro advoga a manutenção da unidade político-administrativa e territorial de Marabá, o segundo argui a importância do desmembramento. Movidos por interesses diferentes e posicionados em articulações políticas diferentes, têm em comum o fato de não exercerem funções na estrutura de poder no município, nem nos parlamentos municipal, estadual e federal, muito embora o segundo tenha buscado, com duas últimas eleições, assumir o cargo de deputado federal, empreitada que não logrou êxito.

No espectro de lideranças políticas, destacaremos a participação da deputada estadual Elza Miranda, no momento, focalizaremos os pontos de vistas dela sobre esse processo. O fato interessante é que ela ingressa na carreira política, exatamente no ano em que iniciou o processo de criação dos municípios, ou seja, em 1988. Neste ano ela se elegeu ao cargo de vereadora. Contudo, só tomou posse em 1989, posto que, no resultado final e oficial da eleição, ela apareceu como suplente. Assumiu a cadeira de vereadora em decorrência de processo judicial e mediante recontagem de votos, cuja conclusão foi a de ganho de causa a ela.

Assim, passou a desempenhar a função de vereadora por dois mandatos ininterruptos, considerando-se que o primeiro iniciou na legislatura de 1988 e o segundo na legislatura de 1992. Nossa interlocutora esteve na condição de vereadora até 1996, o que acabou coincidindo com o período de início e de término do processo de criação de municípios, posto que os dois primeiros foram criados em 1988, e o último se deu em 1991.

Em 2004, ela exerce o terceiro mandato de deputada estadual. Durante este período concorreu ao cargo de prefeito em 2000, disputa eleitoral que não obteve vitória. Nesta eleição contou com o apoio de Haroldo Bezerra (PSDB)

Deve-se registrar que a deputada estava na época desta eleição, também no PSDB, partido governista, cuja liderança era exercida no estado pelo então governador Almir Gabriel, e no plano nacional por Fernando Henrique Cardoso, que exercia o cargo de presidente da República.

No entanto, a deputada desvinculou-se do PSDB, a motivação política que a levou a tomar essa atitude, sobretudo, foi o fato de que o prefeito, Dr Geraldo Veloso, também era (estava) do PSDB, muito embora tenha sido eleito pelo PTB. Diante dessa realidade, e em decorrência da institucionalização da reeleição (direito que se estendeu aos prefeitos), a deputada Elza Miranda optou, como tática política, trocar de partido, haja vista que, por um lado o governo do estado apoiava a reeleição do prefeito Geraldo Veloso (PSDB).

Não obstante a esses aspectos da política local, estava em jogo, ou melhor, o calendário político eleitoral no plano municipal estava sendo monitorado pelas lideranças estaduais, uma vez que a eleição seguinte seria para governo do estado, sendo operacionalizada uma engenharia política para assegurar a reeleição do governador do Estado, no caso o Dr. Almir Gabriel. Nesse sentido, como parte dessa engenharia, era de fundamental importância assegurar apoio político expressivo no município de Marabá, em outras palavras, a liderança mais expressiva, nesse caso quando se trata da esfera municipal, é o próprio prefeito.

Por outro lado, além da importância política do município de Marabá, tinha outro aspecto, qual seja: o grupo político do então governador, Almir Gabriel, buscava se consolidar na estrutura do poder estadual.

A disputa pela posição foi feita com o grupo liderado pelo então Senador da República, Jader Barbalho²⁹

É mister lembrar que o senador, quando governador, tinha estabelecido aliança política com os Mutran em Marabá. Logo, a política local era do interesse do grupo liderado pelo Dr, Almir Gabriel viabilizar a ascensão de uma nova liderança em Marabá, assumindo definitivamente o espaço que fora ocupado pelos Mutran. Por outro lado, é importante registrar que as emancipações se deram durante o

²⁹ Como símbolo emblemático busca se diferenciar como um novo agrupamento político, usando o slogan do governo Almir Gabriel “por um novo Pará”, passando a ideia de que: 1) tratava-se de um novo grupo político, 2) refutava o antigo como algo que deveria ser preterido, 3) alegava que o velho Pará, representava o atraso, e apropriação da máquina pública para fins de interesses privados. Uma estratégia política para consolidar uma nova liderança. No caso, o Dr. Almir Gabriel, em oposição ao Sr. Jader Barbalho, que representa o passado, o atraso. O interessante é que aqueles que seguem a liderança política de Jader Barbalho o consideram a maior liderança do Pará.

governo do Sr. Jader Barbalho, fato que consolidou o deslocamento político da oligarquia Mutran da gestão do poder local.

Perdiam os Mutran, mas por outro lado se abria a possibilidade de disporem de novas parcerias através das novas lideranças ao pulverizar o poder político em cinco novas estruturas. Dessa forma, a deputada não dispunha dentro do PSDB de apoio político para sua intenção de disputar o cargo de prefeita. No entanto, não declinou de concorrer, decidindo se filiar ao PSD, partido cuja liderança política era exercida pelo então deputado Duciomar Costa.

Mas retornemos ao pleito municipal de 1989, eleição na qual a Sra Elza Miranda se elegeu vereadora. Esta eleição foi disputada fundamentalmente entre dois grupos políticos, cujas lideranças eram de um lado Nagib Mutran e de outro Haroldo Bezerra, que nesta época estava exercendo o cargo de deputado estadual pelo PMDB. O resultado da eleição registrou a vitória de Nagib Mutran e a Sra Elza Miranda compunha a coligação que o elegeu.

Deve-se registrar que até 1985, o poder político era exercido pela oligarquia Mutran, período em que um conjunto de forças políticas, somado aos os movimentos sociais, impõe uma importante derrota ao então grupo hegemônico, elegendo Hamilton Bezerra, prefeito de Marabá. No entanto, quando das eleições de 1988, os representantes dessa oligarquia voltam, através de Nagib Mutran, segundo a deputada isso se deu pelo fato de:

os Mutran em Marabá sempre tiveram seu reduto eleitoral e naquele momento com muito mais força [...] porque existiam os castanhais [...] eles comandavam verdadeiros currais eleitorais [...] e a história política vem mudando com a conscientização política, embora [...] neste momento a gente ainda tenhamos essa consciência de curral eleitoral e a falta de conscientização política em nosso município [...] mas naquele momento ela era muito maior [...] .e a família Mutran mantinha [...] com muito poder [...] este poder de mando em nosso município [...] um verdadeiro poder de mando. (Deputada Elza Miranda).

Transcorridos quinze anos, a deputada Elza Miranda atribui a vitória de Nagib Mutran, principalmente à volta da oligarquia Mutran ao poder local, em decorrência deles disporem de reduto eleitoral e, em seguida, reconhece que havia verdadeiros “currais eleitorais”. Essa expressão carrega em si um juízo de valor negativo simbolizando uma prática oligárquica fundada no mandonismo político; na força do poder econômico; e na intimidação política através de meios coercitivos, sejam privados ou públicos.

Ela relaciona o poder político dos Mutran aos castanhais, mas na sua fala busca se diferenciar da prática política da oligarquia da época, muito embora tenha sido eleita apoiando, politicamente, a volta da oligarquia. Posiciona-se como se atuasse de forma autônoma e não esclarece por que se aliou ao grupo político que viabilizou o retorno dessa oligarquia.

Baseados no que a interlocutora nos informou, percebemos que ela não tinha interesses em participar da vida política partidária, em particular disputar uma eleição e, como consequência dispor de um mandato, posto que, mesmo naquela época, visualizava na atuação política das lideranças existentes, procedimentos vergonhosos:

Não quero dizer que a política seja imoral que não seja necessário a política ela e [...] séria [...] o País gira em torno da política o mundo gira em torno da política [...] falta mudança nessa mesma política.

Embora defenda a necessidade de mudanças na forma de se praticar a política, não faz nenhuma alusão às lideranças, que no plano local, segundo ela “expressam essas práticas condenáveis”. Contudo, esse fato a levou a declinar do convite para participar da eleição. Isto, no primeiro momento, uma vez que, posteriormente, viria a concordar em participar. Ocorre que este convite foi formalizado pelo próprio candidato, no caso Sr. Nagib Mutran.

Ao buscar ilustrar o motivo do convite, a deputada considera que se deu devido sua história de atuação junto às camadas pobres da população, principalmente, na zona rural. Ou seja, o convite, não teria sido em decorrência de sua condição econômica, mas sim em virtude de seus trabalhos voluntários em favor da população. A princípio, segundo suas próprias palavras, ela estava movida por interesses altruístas, haja vista que não visava o poder político:

Mas pela insistência [...] eu tinha um serviço no garimpo no qual eu trabalhava [...] eu entreguei meus documentos e seguir minha viagem para o garimpo quando eu cheguei [...] eu já estava candidata a vereadora [...] aí eu me senti na obrigação de não me decepcionar.

Ela em nenhum momento atribui seu ingresso na vida político-parlamentar a um projeto visando algum tipo de mudança seja de natureza social, política ou econômica. De certa forma, deixa subentendido que passa a atuar politicamente por iniciativa de terceiros, quando se reporta ao fato de precisar travar uma luta político-

judicial para efetivamente assumir o mandato, alega que tal postura se deu para assegurar a vontade daqueles que a elegeram, ou seja, não se coloca como sujeito desejoso, mas sim como um ator passivo.

Quanto ao processo de criação dos municípios, ela se exime de qualquer responsabilidade, pois, muito embora tenha estado na condição de vereadora, argumenta que quando da criação de Parauapebas e Curionópolis, não estava exercendo o cargo de vereadora, fato que só se deu em 1989. Ela assume quando “já estavam criados”, portanto, não teve participação nas decisões favoráveis pelo desmembramento dos municípios de Marabá. Mas segundo ela:

Todo mundo se calou [...] a própria população não teve o direito de se manifestar [...] eu não participei desse processo como vereadora [...] porque estava brigando judicialmente para ter o direito de assumir meu cargo [...] eu assumi a câmara municipal um ano depois [...] em 1989 [...] embora tenha sido eleito em 1989 [...] neste período as emancipações já tinha ocorrido [...] Haroldo Bezerra estava deputado estadual sendo o proponente das emancipações [...] interesse de lideranças políticas com certeza [...] com certeza que não sentaram com sociedade para discutir o que era melhor para a sociedade [...] ou para deixar que pelo menos a sociedade participasse naquele momento.

Embora critique o silêncio coletivo, nossa interlocutora não explicita se tomou alguma posição diante dos fatos ocorridos à época. Mas por outro lado, hoje expressa críticas contundentes ao processo, identificando interesses de lideranças políticas locais, bem como interesses econômicos vinculados à empresa mineradora CVRD, fazendo, inclusive, o prognóstico de que mesmo sem a criação dos municípios, a Vale iria investir da mesma forma, uma vez que a empresa dispunha de informações sobre o potencial mineral existente. Ela, ainda, relativiza aspectos como a distância física das localidades emancipadas em relação à sede Marabá, bem como à ausência do poder público municipal:

Com certeza sabia-se do potencial mineral que existia nessa grande área hoje [...] que vem a ser o município de Parauapebas [...] onde se encontra o Grande Projeto Carajás [...] porém não se pensou em nenhum momento [...] naquilo que restaria para o município de Marabá [...] e bem verdade que o município de Marabá ainda hoje tem uma extensão territorial muito grande [...] muito grande [...] que pode ser criado novos municípios com potencial [...] a zona rural de Marabá e carente ela e abandonada pelo poder público [...] porque os assentamentos criados com essa utopia da reforma agrária ele e totalmente abandonado se pega o colono se joga numa área sem dar a ele condições de sobrevivência.

Deste modo, considera que o momento foi errado, haja vista que não se pensou nas consequências, particularmente, para o município de Marabá. Segundo a interlocutora, levaram toda a riqueza, deixando o município desamparado, sem nenhum tipo de recompensa. Reconhece que ainda hoje uma parcela significativa da população de Marabá vive em condições carentes, em especial a situada na zona rural do município, que conta com a ausência do poder público, o qual não oferece serviços públicos básicos à sociedade local. A deputada assume claramente uma posição por Marabá, pois considera que:

uma riqueza mineral daquelas não existiria distância [...] com uma riqueza daquelas poderia se criar distritos porque quando começou Parauapebas eu conheço desde do início [...] não existia nada [...] nada quando foi criado o município de Parauapebas não existia nada para que fosse criado um município.

Em síntese, de acordo com ela, naquele momento existiam outras alternativas para o problema. Aliás, não se tratava a rigor de um problema, pois a descoberta de uma mina de ferro e a instalação de um projeto do porte do PGC, não se constitui em problema para nenhum município, as problemáticas foram as decisões tomadas. Dentre as opções, ela sugere que:

naquele momento poderia se criar um projeto de desenvolvimento para o município mãe que era o município de Marabá [...] haja vista que nós não temos um projeto habitacional [...] a e minha revolta da criação [...] de municípios no momento errado poderia se criar sim por que era natural que ia se criar [...] mais então vamos criar um projeto. .

Embora reconheça o fato de que mesmo nos dias atuais inexista, nem mesmo uma política habitacional, considera que poderia ser viável naquela época a aplicabilidade de uma política de desenvolvimento.

Particularmente, no que concerne à Parauapebas, ela considera que este município foi criado “em cima” de um potencial (riqueza) significativo. Elza Miranda, ainda, reconhece que como Marabá, naquele momento, tinha uma extensão territorial muito maior, era muito mais fácil criar um município, deixando toda a riqueza para o município novo, esquecendo o município sede e suas necessidades principalmente o trabalhador rural.

Segundo a interlocutora, não havia condições de viabilidades socioeconômicas que justificassem a criação de um município, naquele momento

em Parauapebas, uma vez que em “Parauapebas não existia nada”, o que atualmente seria inviável. Hoje, no seu ponto de vista, o município de “Morada Nova”, por exemplo, não seria criado, porque, provavelmente, Marabá perderia recursos.

A deputada, de forma implícita, posiciona-se a favor da criação de um outro município dentro do território atual de Marabá e, forma clara, busca demonstrar que na comunidade chamada de morada Nova, localizada aproximadamente a uns 14km, apresenta uma estrutura muito maior e muito melhor do que existia em Parauapebas à época da emancipação, pois a criação desse município deu-se de forma equivocada e extemporânea.

No caso de Curionópolis, Elza Miranda considera que este não teria extensão territorial de município, posto que seu território é, majoritariamente, constituído de fazendas. Em ambos os casos, não existiam condições, caso tivesse sido usado como critério, a ocorrência de infraestrutura mínima.

Assim, o crescimento econômico de Parauapebas é atribuído à presença da Vale, ou melhor, devido à instalação dos projetos, houve favorecimento do município, no que diz respeito ao recebimento todas as vantagens. Marabá, por sua vez, ficou com a conta negativa dos empreendimentos.

O Argumento aponta para o fato de a empresa ter grande potencial, o que se tornou um atrativo para os interesses políticos. Segundo ela, o sentimento ou objetivo político seria de uma relação de parceria com a empresa, embora esta não se comporte como parceira:

Pra começar até a sonegação de impostos porque aqui se perde [...] aliás se cobra o ICM do vagões que passam pela estimativa não e vagão a vagão [...] faz uma estimativa daquilo que passa não cobra o imposto [...] é certo isso [...] o poder é muito grande.

Entendemos que aqueles que, por meio dessa concorrência, conquistam a condição de liderança pública, ou melhor, de parlamentar (deputado, vereador), estão investidos do poder de assumir a condição de porta-vozes. Eles se apropriam também da força desse mesmo grupo, seja quando se apresentam como “porta-vozes” dos interesses dos trabalhadores rurais, dos garimpeiros ou como da própria população

Neste caso, pode não ser de toda a população, mas das camadas, cuja carência é resultante da falta de capital econômico e cultural e, por consequência, das unidades de produção das idéias e dos valores. Assim, ficam condicionados a ter apenas a função de consumidores e legitimadores de uma construção social que lhes colocou na condição de ator passivo, o que contribui com o seu distanciamento das unidades produtoras.

A força das ideias que esta parcela da sociedade propõe não está relacionada a critério de verdade, ou não se busca esse juízo de valor, uma vez que está vinculada à força; à sua capacidade para convencer que ele detém. Trata-se de obter a legitimidade, o reconhecimento por parte dos profanos. Nesse sentido, a sustentação de um campo particularmente político reside na crença; e esta, por sua vez, tem como base uma espécie de jogo de linguagem, das coisas materiais e simbólicas.

Sendo assim, quanto mais existirem pessoas que acreditem no discurso de uma liderança, mais legitimidade, atribuirá a essa representação, uma vez que o capital político é uma forma de capital simbólico.

No caso das lideranças eleitas por Marabá, percebemos que apenas uma assumiu que a criação dos municípios de Parauapebas e Curionópolis fazia parte de uma estratégia que visava o poder político e a apropriação deste por lideranças situadas geograficamente em Marabá. Hoje, a maioria das lideranças entrevistadas questiona o comportamento adotado pelo ex-deputado Haroldo Bezerra, não havendo reconhecimento nem pelas lideranças dos municípios emancipados, nem das de Marabá. Ocorre que na condição de deputado, ele estabelecia disputa direta pelo poder na região, inclusive com as lideranças entrevistadas. Hoje o capital político do deputado é diminuto, inclusive refletindo na sua não eleição por duas vezes a deputado estadual, nas duas últimas eleições. Nas eleições de 2004, o ex-deputado esteve ausente, assim como o Sr. Plínio Pinheiro.

Dessa forma, entendemos que o poder simbólico é um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. É uma relação de confiança, mas, neste caso, podemos observar que as diferentes lideranças colocam sobre suspeição a validade do discurso do ex-deputado.

4.3 ATORES ECONÔMICOS, AS LIDERANÇAS POLÍTICAS E O SUDESTE PARAENSE

Nesta seção da tese objetivamos compreender como os fatos se deram e como eles se relacionam entre si. Mas o que dificulta nossa compreensão? Seriam apenas nossas convicções apaixonadas? Ou seriam também as experiências históricas nas quais elas se formam? O que seria mais fácil julgar ou compreender? O difícil segundo Hobsbawm (1995) é compreender.

Entender a participação da CVRD, no processo de criação dos municípios, não se constitui em um momento de julgamento. Ao contrário, para nós, trata-se de um percurso importante no processo de compreensão dos sentidos adotados nas ações pelos atores individuais e coletivos, envolvidos na trama político-social e econômica, denominada de realidade e situada no campo político.

Cada ponto de vista expressa as percepções de atores individuais, situados como guardiões de territorialidades delineadas, mas não estanques, uma vez que segundo Milton Santos (1996), o território pode ser entendido como um apoio para o transporte de regras e normas, parciais ou parcializadas. Assim, as verticalidades, enquanto as horizontalidades hoje enfraquecidas, são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores. Essa é uma situação na qual cada ponto de vista expressa a percepção de alguém que se comporta como guardião de seu território, de um determinado espaço no interior do campo político.

. Longe de se buscar a verdade, visamos perceber os interesses dos diferentes atores, que embora situados no mesmo campo, disputam entre si estabelecendo uma relação que ao término da qual, uns sairão com o direito de assumir a condição de “porta vozes”, sob o silêncio concedido ou imposto aos demais, e o real passará a ser aquilo que for aceito, dentro de um jogo simbólico e material.

A política, segundo Bourdieu (1997), foi frequentemente comparada com a medicina. O político, igualmente ao médico, não pode se contentar com as informações fornecidas, uma vez que o “registro cego de sintomas e confidências de doentes está ao alcance de todo o mundo, se isso bastasse para intervir eficazmente, não haveria necessidade de médicos” (BOURDIEU, 1997, p. 734). Mas como não estamos fazendo medicina, mas sim pesquisa social, cabe ainda outra ponderação: de que a ciência deve ter claros os limites de uma técnica como a

sondagem, que pode ser usada para todos os fins inclusive para a racionalização da demagogia.

Segundo a tradição hipocrática, a verdadeira medicina começa com o conhecimento das doenças invisíveis, isto é, dos fatos que os doentes não contam, dos quais não têm consciência ou que se esquecem de relatar. Bourdieu (1997) sugere que ao buscar compreender o cientista social, deve-se ter claro que as causas de um determinado fato só aparecem por meio de “sinais”, muitas vezes difíceis de serem interpretados, mas aparentemente visíveis “demais”. Sendo assim, longe de ignorarmos a interação existente entre os atores, optamos em tornar visíveis seus pontos de vista, seus interesses, e suas paixões.

Nesta seção, colocaremos as diferentes percepções, buscando estabelecer uma dialogia, na qual todas as lideranças estarão se posicionando. Não as agruparemos tendo como critério a condição de ser liderança de município emancipado versus município sede (Marabá), buscaremos evitar essa polarização apriorística. A distribuição das falas segue uma lógica arbitrariamente construída pelo pesquisador, dentro da liberdade que dispõe para organizar o texto. Assim, a partir, dos pontos de vistas das lideranças, visamos entender os impactos decorrentes das emancipações das realidades sócio, política e econômica do Sudeste Paraense.

Embora, todos os nossos interlocutores sejam considerados, por nós, lideranças políticas e autoridades em exercício, estando todos situados no campo político, deve-se registrar que há diferenças de interesses. Aliás, o fato de serem representantes dos municípios emancipados ou do município sede não deve obtusar a percepção das desigualdades existente entre os municípios em questão e da disputa existente entre eles. Não há uma rede de consórcio entre os municípios no sentido de buscarem soluções para problema de alcance público, procedimento que os levaria a desprenderem menos energias e recursos. Isso decorre mais por força da concorrência existente, uma vez que a demanda é maior que a oferta. Eles se envolvem numa disputa que perpassa por recursos financeiros, investimentos públicos, privados, parcerias com as diferentes esferas de governo e na região, sobretudo com a CVRD.

No caso de Parauapebas, a posição externada pelas suas lideranças, no que diz respeito à relação e à participação com a CVRD é crítica, mas cautelosa. Deve-se considerar que está implantado no município o Projeto Ferro Carajás (PFC) ao

qual é atribuída a origem do município. Neste caso, a CVRD tem uma presença física (ocupação do espaço físico), e econômica fundamental no município. Além disso, é a existência desse projeto que assegura os royalties para o município, e através dos royalties arrecadados é que o município dispõe de uma expressiva receita financeira.

A posição de Canaã dos Carajás, representada na fala do prefeito, é de parceria. Dessa forma, há de se considerar a implantação do projeto Sossego, sendo mais um caso emblemático, no qual a CVRD assume a condição de ator protagonista. Curionópolis e Eldorado se comportam com os candidatos a empreendimentos com a CVRD, não criticam para não afugentar.

Mas vamos nos reportar a um ponto de vista, internalizado por uma liderança de Marabá, a qual não exerce cargo público, e nem representa os interesses econômicos, fato que pode influenciar em nuances quanto ao seu posicionamento. Sendo assim, a opinião de nosso interlocutor sobre essa relação é:

Muito conflituosa [...] a relação com a Vale sempre foi [...] era uma [...] na verdade [...] sempre foi [...] na verdade não é só de agora não [...] sempre foi uma relação difícil porque as pessoas sempre acham [...] julgam que a Vale faz menos que deveria na área social [...] pelas comunidades [...] pelas populações locais e essa seria a grande mágoa da maioria das pessoas [...] mas por outro lado [...] eu particularmente sei que se você tiver tudo as pessoas ainda vão reclamar [...] claro [...] é próprio do ser humano [...] achar que é pouco e querer mais [...] então eu acho que mesmo que eles estivessem fazendo tudo que fosse possível ainda haveria gente descontente [...] mas eu só acho que tem muita gente descontente então é possível então é possível que eles estejam fazendo menos do que deveriam fazer muito embora tenham coisas inegáveis [...] você não pode negar [...] por causa da Vale estar instalada aí muitas coisas aconteceram [...] não falaram dos problemas que foram gerados que também são muitos [...] mas isso a população não tem consciência disso não [...] assim [...] que tão aqui por que foi a Vale que implantou e todo mundo veio por causa da Vale [...] eles não tem consciência disso mas o que eles pode dizer é que aumentou o desemprego [...] a violência [...] a prostituição [...] não sei o que [...] bom [...] isso pode tudo pode ter sido gerado na costa da Vale que até certo ponto é verdade [...] mas a população não sabe [...] não tem essa consciência (Presidente da Casa da Cultura de Marabá)

Como se pode observar na fala acima, o interlocutor não apresenta uma crítica contundente à CVRD, reconhece aspectos positivos, na medida em que a própria existência do município está relacionada ao projeto de ferro. Ao contrário, apresenta uma crítica velada àqueles que recorrem aos discursos diagnósticos apresentando apenas os problemas.

Nesse “jogo de interesse” cada caso é um caso, segundo a Presidente da Câmara de Vereadores de Marabá, a CVRD tem uma relação diferenciada com o município, pois Marabá tem uma história de organização social e política, registrando maior densidade de consciência crítica, enquanto que nos municípios novos este processo político ainda é incipiente.

Tal argumento se presentifica quando o interlocutor ressalta que a conscientização da população e maturidade política do município de Marabá é muito maior uma vez comparada aos municípios novos (Parauapebas e Curionópolis). Deve-se reconhecer que estes têm, no máximo, quinze anos de existência, enquanto o município de Marabá completou em 2003 noventa anos de existência. E ao longo desse período histórico, foram registrados importantes movimentos políticos com destaque para a Guerrilha do Araguaia, de um lado, e por outro a hegemonia política dos Mutran, fatos que consubstanciaram desdobramentos.

É válido lembrar, também, o período em que o município de Marabá foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, na condição de área de segurança nacional. Por outro lado, deve-se também registrar que o enfraquecimento político da oligarquia Mutran se deu por conta do processo envolvendo um conjunto de lideranças e organizações sociais. Talvez seja pautada na história de resistência do município, sobre a qual a Presidente da Câmara municipal afirma:

então era mais fácil para a Vale essa relação que você vê que até hoje [...] a resistência [...] a postura da CVRD com a comunidade sul paraense é muito mais forte [...] é Marabá que encarna isso [...] que representa essa luta [...] essa resistência pela verticalização [...] pela responsabilidade social que a Vale tem que ter com o município. (Presidente da Câmara de Municipal de Marabá).

Por esses motivos, ela não tem dúvidas quanto à participação da CVRD nas emancipações, pois segundo ela:

A Vale induziu [...] ajudou mesmo [...] os atores que são parceiros da Vale até hoje [...] lá no município de Parauapebas [...] o grupo da atual prefeita [...] a época era hoje [...] e o deputado Faissal [...] é que era a liderança que despontava lá [...] no município de Parauapebas.

O argumento volta a apontar para certa imaturidade política dos emancipados, pois, para ela, a participação da CVRD no processo de emancipação foi significativo, uma vez que a empresa tinha facilidade em trabalhar com a população flutuante, cuja maioria era composta por imigrantes de outras regiões do

Brasil. Contudo, essa posição se diferencia do ponto de avaliação do deputado Faissal, para quem:

A Vale não se importou com isso não [...] ela não tinha como interferir nisso [...] então se você fizer uma pesquisa mais detalhada [...] vai constatar que ela não interferiu com o deputado que fez a emancipação [...] nem com a Câmara [...] porque a Vale não se importa [...] na verdade é o seguinte [...] resumidamente [...] a Vale [...] se importa muito pouco com as condições sociais [...] políticas dos outros municípios de outros estados [...] do ponto de vista de organização [...] desde que não mexa com seus interesses. (Deputado Faissal).

O deputado Faissal considera que a CVRD não participou por não ter necessidade política. Segundo o referido deputado, a Vale era soberana e de forte influência na região e, por um grande período, ela foi, quando não era privatizada, a referência de autoridade no município. O deputado, ainda, ressalta que, no caso de Parauapebas, não houve interferência da Vale, no entanto, houve uma postura diferenciada da empresa com relação à Canaã, pois houve maior integração. Na percepção do interlocutor a CVRD é indiferente não apenas no que tange à criação dos municípios, mas ao sudeste como região. Segundo ele não haveria por parte da empresa uma preocupação com o desenvolvimento da região, pois a Vale teria demonstrado preocupação com um plano global para o sudeste nem para município.

O representante da CVRD em Carajás-Parauapebas tem posição diametralmente oposta sobre as posições já expostas, uma vez que a empresa foi obrigada pela circunstância, ou melhor, pela realidade encontrada na região, a construir uma logística que viabilizasse a implantação e execução do projeto no município. De acordo com a exposição de sua fala, percebemos a relação antagônica existente:

Então por isso foi obrigado aqui em 1981 [...] ninguém viria pra construir um empreendimento desse tamanho sabendo que ia morar ta certo num inferninho nas condições propiciadas pelo inferninho [...] ninguém era louco de fazer isso [...] então para garantir qualidade de vida [...] atração [...] e retenção para os profissionais que construíram essa coisa maravilhosa [...] aqui [...] ela foi obrigada a construir esse núcleo urbano [...] e que bom que o Brasil fosse todo assim igual a esse núcleo urbano [...] organizado limpo [...] seguro [...] esse é o Brasil que todo mundo queria espelhar e não espelhar em lugares de conflito [...] de tiroteio tá certo [...] de falta de escola ta certo.

A infraestrutura existente no núcleo urbano de Carajás, aonde os funcionários da CVRD res, espaço onde o direito a habitação só é dado a eles, reflete uma clara

política de segregação social, marcadamente excludente. Dessa forma, caracteriza-se uma realidade de oposições, em que impera o conflito e a desordem.

Durkheim (1897) denominou de anomia³⁰, ambiente no qual predomina a ausência de regras, ou ambiente no qual a eficácia social e a moralidade das normas tendem a zero, ou seja, onde predomina a incerteza, em decorrência da não observação das normas.

Nesse sentido, o deputado considera absolutamente correto, do ponto de vista político, a empresa construir uma cidade na qual as normas e o bem-estar estão assegurados. Simultaneamente, ele ignora o seu entorno, ou seja, quando diz que construíram “coisas maravilhosas”, um núcleo urbano com toda a infraestrutura de escola, de hospital; de abastecimento de água; de energia, de asfalto e de lazer.

No entanto, essa situação caracteriza o início do projeto, porque hoje a situação, ou melhor, a postura que a empresa adota, segundo ele, é baseada no ideário de uma empresa cidade, parceira, co-partícipe do desenvolvimento, fomentadora do desenvolvimento. E, que inclusive, discrimina alguns projetos sociais desenvolvidos pela empresa como ações que denotam na prática sua filosofia. Projetos envolvendo municípios nos quais a Vale não tem empreendimento ou presença física, como no caso de Curionópolis e Eldorado, conforme destaca o interlocutor:

A Vale do Rio Doce tem em Eldorado [...] tem em Curionópolis tem Parauapebas em Canaã em vários municípios programas [...] projeto do Vale Alfabetizar [...] da Escola que Vale [...] enfim varias ações de cunho social [...] voltado pra educação. Quando se fala Fundação Vale do Rio Doce [...] leia-se Vale do Rio Doce [...] porque a patrocinadora, a mantenedora da fundação é a companhia Vale.

No caso de Parauapebas e Marabá, as ações da empresa, segundo seu representante, estão para além de projetos sociais específicos, uma vez que ela disponibilizou à prefeitura um plano diretor de desenvolvimento. No caso de Marabá a Vale do Rio Doce já financiou outros, sendo este o terceiro plano estratégico que patrocina para a cidade. Atualmente, a empresa não pode executar plano diretor nem plano estratégico.

O financiamento do atual plano está sendo de responsabilidade exclusiva da CVRD, porque os outros atores econômicos que seriam parceiros, no caso o setor

³⁰ Importante contribuição de Durkheim foi o desenvolvimento do conceito de anomia o faz na sua obra “O suicídio”, publicada pela primeira vez em 1897. Posteriormente Dahreendorf ampliou o conceito dotando do seguinte sentido- estado de coisas onde a violação de normas não são punidas.

do comércio; os empresários guseiros; e as lideranças da cidade, consideram que isso é obrigação da Vale, com o que ele não concorda.

A responsabilidade pela elaboração do plano foi delegada a uma organização não governamental denominada “Vivercidade”, liderada pelo arquiteto Paulo Conde. Esta empresa foi contratada pela Vale, segundo o deputado, esse seria o terceiro plano que está sendo coordenado e ou até mesmo executado por um ator externo à região, ao estado, talvez seja por isso que os parceiros não se comportam como parceiros, haja vista que quem escolhe a empresa e quem paga é a Vale, os atores locais não se veriam como partícipe e, desta forma, não participam. Conseqüentemente, não assumem responsabilidade quanto à implementação. Depois de três experiências sem êxito, a empresa já deveria ter tomado alguma lição sobre a prática adotada.

Segundo os pontos de vistas das lideranças, percebe-se uma clara divergência, pois, quando nos reportamos mais uma vez à fala da presidente da Câmara de Marabá, registramos uma divergência quanto ao tratamento dispensado pela empresa em relação a Parauapebas. Enquanto o deputado considera a existência de uma indiferença, a vereadora afirma que:

A relação lá com Parauapebas é uma relação de muito paternalismo [...] a Vale faz uma obra social [...] dá um apoio ali [...] recebe uns *royalties* e para eles a situação tá resolvida [...] da prefeitura [...] da [...] população [...] não [...] a população continua enfraquecendo já que o grande ator de emprego [...] hoje é a prefeitura [...] não existe lá no município de Parauapebas [...] nenhum projeto assim [...] na cidade mesmo [...] não estou me referindo a Carajás [...] de nenhuma indústria [...] de nenhum outro [...] não houve fortalecimento do comércio [...] não houve indução da criação de nenhuma indústria [...] nada por parte da CVRD. (Presidente da Câmara Municipal de Marabá).

Segundo a presidente da Associação Comercial e Industrial de Parauapebas, existem várias formas de abordar a questão da relação com a CVRD. A partir dessa perspectiva, ela coloca a seguinte questão:

[...] Eu acho que nós temos empresas pequenas que a Vale não [...] não nos dá crédito pra vender pra eles [...] que essa visão [...] nós já tivemos uma conversa [...] já estamos tentando arrumar isso através do projeto empreender [...] né? [...] que nós vamos fazer [...] vamos oferecer a mão-de-obra pra eles basicamente e [...] nós estamos com um núcleo de movelaria. .

Em síntese, a proposta da Associação Comercial, Industrial e Serviços de Parauapebas (ACIP), segundo sua presidente, é estabelecer uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e através dessa parceria estimular o empresário local, criando, fundamentalmente, um mecanismo para as pequenas empresas, que são vinte, para que elas possam atender à alguma demanda da CVRD.

O município não dispõe de uma base produtiva diversificada, uma vez que não há cadeias produtivas, tampouco arranjos produtivos. Não ocorreu a, ainda, verticalização da produção mineral e por outro lado, o setor empresarial ainda está em formação. Talvez, isso explique o fato da entidade ainda não ter uma proposta de médio e longo alcance envolvendo uma política industrial para o município.

A ausência de uma proposta, possivelmente, explique a postura um tanto passível da representação empresarial. Essa situação ocorre porque os municípios discutem com a CVRD sem um plano de desenvolvimento para a região. E, a ausência de propostas efetivas, concretas, dificulta, ou até mesmo, inviabiliza o diálogo baseado na proposição.

Esse processo de constituição de capital social, de capital institucional, instalado, encontra-se incipiente nesses municípios. Mas por outro lado, há registro de algumas iniciativas, com é o caso da elaboração de projetos políticos de desenvolvimento para Parauapebas e Canaã dos Carajás. Em Canaã, a prefeitura está em parceria com a CVRD elaborando o Plano de Desenvolvimento Sustentável do município. No caso de Parauapebas, a Prefeitura, em parceria com o SEBRAE, está preparando o Plano de Desenvolvimento Social Integrado (DELIS):

[...] É necessário que a direção da Vale compreenda que ela participa de um município [...] aonde desse município ela extrai riquezas não renováveis [...] ela tira..não vai colocar de volta e que ela [...] como empresa tem direito natural ao lucro [...] mas tem que ser analisado com mais clareza [...] são os impactos ambientais [...] sociais que a retirada dessas riquezas provocam porque [...] no final [...] numa análise final você vai perceber que essas riquezas que aí são tiradas.. elas têm o objetivo de melhorar a qualidade de um povo que não são os donos dessa riqueza [...] né [...] como os Estados Unidos [...] o que ela vai fazer? [...] Fazer algo? [...] pra quê? [...] Não é para melhorar a qualidade de vida daquele povo? Então [...] nós não somos contra [...] porque eu [...] particularmente [...] não sou contra [...] porque é uma riqueza [...] tem que ser explorada [...] de nada vale essa riqueza aí embaixo da terra [...] mas o fato de explorar essa riqueza tem que ter uma parte que fique para melhorar a qualidade de vida desse povo [...] que é o verdadeiro dono dessa riqueza. (Presidente da Câmara de Vereadores de Parauapebas).

A fala do interlocutor expressa bem o estágio, no qual se encontram as lideranças desses municípios. Elas conseguem perceber as externalidades negativas decorrentes dos grandes projetos, particularmente o PGC. No entanto, suas habilidades de prognósticos ainda são limitadas, pelo menos no que diz respeito a políticas de desenvolvimento.

É porque não tem um plano municipal de desenvolvimento, que se deveria firmar um, não só com o SEBRAE, mas também com o Governo do Estado. Nesse ponto, reside a nossa grande preocupação, o tamanho do estado do Pará, e a dificuldade de governar esse estado. A realidade do sul e sudeste do estado é diferente da realidade do Pará e da região do Marajó, por exemplo.

É com base nessa percepção, que acreditamos na necessidade da instituição de um plano, pois entendemos que a população está acostumada à política de extrativismo vegetal e animal, estando isso enraizado na sua cultura. Começou com a canela e o caucho nessa região, e a borracha, e:

Depois veio a exploração da castanheira [...] foi a castanheira uma coisa muito triste [...] porque era a remuneração de um grupo pequeno [...] que vendia a castanha por um preço mínimo [...] depois veio a questão da exploração mineral [...] o ouro [...] os garimpos [...] logo depois a pecuária também [...] e agora o ferro [...] então [...] as pessoas estão acostumadas e perguntam qual o novo ciclo que vem [...] o que vem agora? [...] a terra? [...] ah [...] terra não tem aqui mais [...] para a gente comprar [...] mas vamos lá para a região do Quatro Bocas [...] que é a nova frente pioneira. (Deputado Faissal).

Diante desse quadro, eles acabam delegando responsabilidade aos outros “parceiros” institucionais, no caso os governos estadual e federal. É claro que haveria mais diálogo, caso as lideranças governamentais das esferas estadual e federal publicassem suas respectivas políticas para a região.

A capacidade de percepção diagnóstica está presente nesta outra fala. Inclusive, expressando uma posição crítica com relação à história econômica da região vinculada fundamentalmente às atividades extrativistas, inclusive discorre sobre os ciclos econômicos extrativistas, mas por outro lado, utiliza esse diagnóstico e soma este a outra observação (notória) sobre as diferenças culturais, sociais, econômicas e ambientais do estado do Pará. E, por último, faz alusão à dimensão territorial do estado, atrás dessa retórica, um dos idealizadores do estado de Carajás.

Mas como a cada posição no “jogo político” corresponde a uma percepção, a um diagnóstico diferenciado. A postura do prefeito de Eldorado expressa outra situação, ou seja, o município que ele administra não está inserido na economia mineradora, está na rota. Na verdade, está no caminho, mas não faz parte do “clube selete” dos que recebem royalties. Neste caso, a avaliação dele é crítica sobre as consequências advindas do PGC. Mas não se trata de uma crítica radical capaz de inviabilizar o diálogo.

De fato, a presença da CVRD faz a diferença nessa região. Vejamos:

Inclusive [...] eu tenho questionado bastante [...] o Eldorado fica geograficamente num ponto estratégico [...] num cruzamento de duas PA [...] que é entrada obrigatória tanto para o garimpo da Serra Pelada [...] como para os mega projetos da Vale do Rio Doce que tem no final do corredor [...] porque nós somos a cabeça [...] entrada para todos os projetos da Vale do Rio Doce. (Prefeito de Eldorado dos Carajás).

A presença da CVRD em um município significa acesso aos royalties. A ausência representa conviver com a miséria. Mais do que isso, cria-se uma diferenciação entre os municípios que passam a ser classificados como: “municípios ricos e municípios pobres”.

Logo, aqueles que não estão na área de interesse da empresa esperam um dia se tornarem objeto de interesses da mesma. A presença da CVRD em um município não significa que este passe a ser efetivamente “rico”, de certo que o volume de recursos financeiros repassados, através dos royalties, comparados com a receita dos outros municípios se torna valores expressivos. Além dessa diferença, outras passam a constituir o cenário sócio-ambiental e cultural da região:

Então quando a pessoa chega com esse mega projeto como Canaã [...] que também faz parte do meio [...] no exemplo que eu estou dando o saco [...] o pessoal que vem do nordeste [...] ou de tudo quanto é lugar [...] para obrigatoriamente em Eldorado [...] para em Eldorado e de lá [...] eles vêm que não tem pra eles [...] não tem porque eles não têm classificação [...] agora eles vêm com a sua classificação [...] eles vêm sabendo o que querem fazer [...] o que vão fazer [...] eles saem direto [...] agora aqueles [...] a grande maioria [...] infelizmente [...] que não tem uma escolaridade [...] que não tem uma profissão definida [...] que vem aventurar [...] fica em Eldorado no emprego [...] porque lá no emprego já tem formação [...] não vai porque tu não é motorista [...] não é isso..não é aquilo [...] tu não tem diploma disso [...] daquilo [...] eles ficam lá. .

Soma-se à diferenciação espacial dos empreendimentos minerais da CVRD esse outro processo descrito pelo interlocutor acima. Baseados nesta fala é plausível

afirmar que a diferenciação social existente entre os municípios está relacionada aos empreendimentos minerais existentes. Na ausência das atividades mineradoras os municípios seriam lócus de concentração de mão-de-obra não qualificada. Desse modo, a situação ficaria mais perversa, na medida em que ocorresse uma seleção social, na qual os municípios mineradores atrairiam e absorveriam a mão-de-obra qualificada. Como esta é quantitativamente inferior ao contingente populacional não qualificado, a assertiva possível neste caso é de que, quando as fases de obras civis (do tipo: logística física) são concluídas, essa mão-de-obra fica ociosa, migrando para outras frentes de trabalho. Na ausência, os municípios (“vizinhos”), mais próximos sofreriam as consequências.

Para alguns, a CVRD pode representar pelo menos a possibilidade de prosperidade, mas para outros, significa “problemas”. E, a decisão de efetivar parcerias e convênios é tomada pela empresa. No caso de municípios como Curionópolis e Eldorado se agravam devido a essas cidades serem carentes de uma logística institucional e produtiva.

Não [...] infelizmente não [...] parceria nossa é insignificante [...] já corri [...] já bati [...] já mandei carta ao presidente [...] informando o impacto [...] inclusive pedi à diretoria da Vale que fizesse um estudo dos impactos sociais que ela causa [...] mas isso não só a mim [...] eu porque estou ligado a seis mega projetos da Vale [...] nós somos o município que mais sofre impactos sociais [...] nós estamos na entrada de seis mega projetos da Vale do Rio Doce [...] já pedi um estudo desse impacto social [...] inclusive para o discutirmos [...] mas até agora não houve retorno.

Na ausência de políticas, visando mitigar os impactos sociais decorrentes dos projetos mineradores, esses projetos continuarão sendo alvo de críticas. Por outro lado, a ausência de um plano de desenvolvimento, ou ações estruturantes por parte do governo, faz com que os governos municipais centralizem suas expectativas na CVRD. Nessa região a presença do Estado é pouco visualizada, em termos de políticas públicas, almejando a criação de uma cadeia produtiva, e do ponto de vista da estrutura física quem está presente é a CVRD, seja em Curionópolis ou em Canaã dos Carajás. Ainda, por ser um ator econômico com altas taxas de lucro e detentor de uma infraestrutura produtiva e social, provoca um contraste, quando os municípios, sobretudo Curionópolis e Eldorado que efetivamente não dispõem do mínimo necessário.

É neste contexto que as economias mineradoras devem ser abordadas, adicionado ao fato de que se trata de recursos não renováveis. Para o prefeito de

Eldorado “o inchaço social” é decorrente dos projetos desenvolvidos pela Vale, mas ela se comporta com se não tivesse responsabilidade com essa realidade e baseia-se no argumento de que não dispõe de nenhum empreendimento dentro do território do município.

Quando o assunto é CVRD, a deputada Elza Miranda (PSDB) apresenta críticas contundentes à postura que a empresa assume na região, em particular a relação desta com os municípios. No caso de Curionópolis, a empresa está ausente, porque não tem interesse em permitir que os garimpeiros fiquem dentro da Serra Pelada. Segundo a deputada, a participação da CVRD é muito questionada na região e, em particular, em Marabá, pois a empresa: “só atende e ajuda a quem lhe dá oportunidade”.

Como um ato de autorreflexão, a deputada expõe que a sua relação com a CVRD “nunca foi boa”. A razão para esse relacionamento difícil residiria no fato de não aceitar que empresa não gere empregos dentro do estado do Pará. Ao mesmo tempo em que reconhece o poder da CVRD, ela revela que os prefeitos acabam sendo cooptados, uma vez que ninguém se recusaria a fazer parceria com a CVRD, muito menos os prefeitos. Ainda, observa que ter ruas asfaltadas, de fato, é um benefício, mais isso não é desenvolvimento, pois para ela o “verdadeiro” desenvolvimento não passa pelo asfaltamento das ruas, passa pela geração de emprego e do conhecimento, fatores indutores na melhoria da qualidade de vida.

De fato são duas posições diferentes dentro do campo político. O representante da CVRD está no campo econômico, mas a empresa utiliza estratégias visando subordinar ou submeter os seus interesses aos demais atores, tornando-os interesses da própria região. Nesse sentido, o ponto de vista do representante da CVRD, expressa a diferença de interesse existente.

Se para a deputada a CVRD pouco contribuiu para o desenvolvimento da região, para o representante da CVRD a história é diferente, pois, segundo ele, a Vale não tem parceria no campo político, uma vez que o papel da empresa é reconhecer as autoridades constituídas, incluído os governos municipais, estadual, legislativo estadual e federal. Além dessa posição, a empresa assume o papel de indutora do desenvolvimento. Assim sendo, os governos terão a empresa ao seu lado fomentando o desenvolvimento, para a “melhoria da sociedade”.

Um exemplo das apologias às iniciativas da empresa, em Marabá, tem-se a parceria do município com a Universidade Federal do Pará (UFPA) que resultou na

construção do Centro Tecnológico, visando à formação de mão-de-obra, com destaque para o curso de Engenheiro de Minas.

Em Parauapebas, a empresa adotou a mesma política, tendo como resultado a construção do Centro Universitário. Embora seja presente o discurso acerca do compromisso da empresa e com o desenvolvimento da sociedade e da região, existem comportamentos diferenciados por parte da própria CVRD, uma vez que em se tratando dos municípios de Eldorado e Curionópolis, têm-se duas realidades diferentes de Parauapebas, pois são cidades que estão teoricamente desestruturadas:

Em Eldorado eu não sei te informar [...] tá certo [...] mas em Curionópolis eu posso te afirmar que nós temos feito um trabalho especificamente na Serra Pelada [...] temos um programa de desenvolvimento social e econômico que pretende [...] que está objetivando e valorizando a cultura e o modo de viver daquela população de cinco mil.

Se neste momento o nosso interlocutor demonstra um certo desconhecimento sobre a atuação da empresa em Eldorado e Curionópolis, logo em seguida, ele retoma os discursos sobre o papel da Vale como empresa empreendedora, compromisso responsabilidade social e sua contribuição para o desenvolvimento local e do estado do Pará.

Discrimina algumas ações da empresa em Eldorado, Curionópolis, Parauapebas, e Canaã, nos quais desenvolve programas, e projetos voltados para área social como os programas Vale Alfabetizar, Vale Escola, atividades financiadas pela Fundação Vale do Rio Doce. O Representante da Vale busca justificar a utilização da empresa em todos os programas com o argumento de que:

É importante e que a marca Vale do Rio Doce é uma marca importante [...] forte [...] quer queira quer não, ela exerce um fascínio [...] e aonde você cria associação que leva a parceria da Vale qualquer cliente se sente confortável [...] tá certo? [...] por que é uma coisa certa [...] uma coisa positiva.

Ele considera que o papel da CVRD na região não é compreendido, pois segundo ele, esses programas não são de responsabilidade da Vale e as ações não estariam inclusas no que ele considera a “missão da empresa”, que essencialmente é produzir lucro para os seus acionistas. Sendo assim, ela adota essas iniciativas para induzir, ou atrair outros parceiros e esperando que esses parceiros, assumam

essas ações. Mas o que se percebe em suas palavras é que há um comportamento inverso:

Então todo mundo fica esperando que a Vale faça tudo na realidade e assim que quando fala que a Vale tá dentro [...] que sabe que a coisa vai andar vai caminhar [...] fica todo mundo esperando acontecer [...] se a Eletronorte, os guseiros que são os grandes empresários daquela cidade [...] tá certo com certeza absoluta ela teria muito mais.

Podemos observar que nosso interlocutor coloca a CVRD fora do campo político. Nesse sentido, ela não está inserida em nenhum tipo de disputa, não possui diferenças, ao contrário, sua postura é de “colaboradora” com o desenvolvimento, atribuindo as ações efetivas a outros parceiros, que no seu ponto de vista não se comportam como parceiros. Nesse caso, os seus interesses (enquanto uma empresa transnacional) não entram em conflito com os interesses da sociedade local. Como está fora do campo político, coloca-se fora do campo econômico, pelo menos a nível local, ao considerar que os verdadeiros empresários da cidade são os guzeiros. Com esse discurso a empresa estaria acima de qualquer conflito e à margem de qual estrutura de poder. Acontece que a política adotada pela empresa visa dotá-la de poder simbólico, uma vez que população reconhece a presença da Vale na maioria das obras, dos prédios, dos programas. E, como o poder simbólico é um tipo de capital político, podemos dizer que a empresa tem claro nas suas estratégias a constituição de capital político.

Em nossas pesquisas de campo, observamos que a empresa está presente em todos os lugares da cidade, e em todas as cidades. Por outro lado, ela atua firmemente, influenciando o ordenamento, mesmo indiretamente, uma vez que as migrações registradas se dão em decorrência dos empreendimentos por ela executados (também)³¹, sendo influenciados, diretamente, pelos planos de desenvolvimento:

A empresa está presente em todos [...] a Vale tá tentando fazer por Marabá através do plano estratégico de Marabá exatamente isso apontar juntamente com a sociedade de Marabá o rumo da Marabá do futuro o que aquela comunidade quer e espera tá certo.

³¹ O processo migratório na Amazônia teve um momento que foi induzido pelo Governo Federal através de propaganda e política governamental de colonização.

Dessa maneira, percebe-se que a empresa introduz o seu modelo de cidade, de desenvolvimento, de urbanismo, de moderno que nas palavras do seu representante corresponde a viver numa cidade mais limpa, com saneamento, com segurança, com trânsito, com escola para todo mundo. Para ele, isso é fomentar desenvolvimento.

Política semelhante é adotada em Canaã, onde os espaços são ocupados, influenciando políticas de desenvolvimento por meio de planos de desenvolvimento sustentável. Ocorre que esses planos são desenvolvidos por consultores externos e financiados pela CVRD. Os prefeitos, por sua vez, passam a se comprometer com a execução dos planos. Uns se envolvem mais, outros menos. Em Canaã dos Carajás, o projeto é desenvolvido pela empresa “Viver-Cidade”. Assim, segundo ele:

[...] ne [...] a gente [...] tá. Olha tanto o Anuar lá em Canaã [...] ele vão perseguir a meta do plano estratégico são simpáticos ao plano estratégico [...] né [...] a gente enxerga essas pessoas como pessoas sérias [...] com certeza [...] esse é o limite que a Vale tem. Ela está fazendo o papel dela [...] ela tá querendo o bem pra sociedade [...] ela tá pensando na Marabá do futuro [...] ela está discutindo com a sociedade [...] quando eu falo [...] ela [...] ela está fomentando a universidade a fazer pela cidade a pensar a Marabá do futuro [...] isso [...] no meu entendimento [...] é responsabilidade social.

Assim a violência simbólica assume o papel do não perceptível, uma vez que é exercida através dos sistemas simbólicos, sendo que os instrumentos de comunicação e de conhecimento cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação.

A criação dos municípios de Parauapebas, Curionópolis e posteriormente Eldorado dos Carajás, Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte possibilitou que determinados atores que estavam no campo político na condição de atores passivos, passassem à condição de atores ativos, alargando o espaço de poder.

Trata-se de um poder simbólico obtido pela distinção adquirida em decorrência da representação delegada e, especialmente, por meio da cumplicidade entre aqueles que não querem saber que estão sujeitos a uma dada dominação através de sistemas simbólicos, só podendo exercer um poder estruturante porque são estruturados. Nesses casos, novas estruturas de poder são instituídas organizando uma nova dinâmica na disputa de poder estruturado no campo político. São títulos, honrarias, símbolos, valores, hinos, bandeiras, crenças, identidade

fabricadas, tradições inventadas, toda uma produção simbólica utilizada como instrumentos de legitimação da dominação exercida.

A divisão do poder, por meio da criação de novas estruturas dominantes, possibilitou a inclusão - na condição de atores ativos - de novas lideranças. Mas este fato em nenhum momento poderia representar a violação das regras do jogo dentro do campo político, já que a adesão ao jogo é uma das exigências matriciais. Participar dele reflete força política, o que passa a ser um privilégio de alguns que participam, pois nesse jogo muitos saem ganhando. Sendo assim, não podem colocar em risco o jogo, tampouco, a sua participação:

Se trate do simples prazer de jogar [...] quer se trate de todas as vantagens materiais e ou simbólicas [...] associadas à posse de um capital simbólico [...] aceitam o contrato tácito que esta implicado no fato de participar no jogo [...] de o conhecer deste modo como valendo a pena ser jogado [...] e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de conluio originário bem mais poderosos do que todos os acordos abertos ou secretos.

O político avisado é o que tem e demonstra possuir um “sentido prático” quanto às tomadas de posição possíveis. Suas decisões devem evitar as tomadas de posição “comprometedoras” que fariam com que se encontrasse com os ocupantes de posições opostas no espaço do campo político. Por isso, devem “escolher” as tomadas de posição convenientes e convencionadas.

Pode-se dizer que exista certa solidariedade entre os iniciados, ligados ente si pela mesma adesão fundamental aos jogos e às coisas que estão em jogo, pelo mesmo respeito do próprio jogo e das leis não escritas que o definem. Eles não irão colocar em risco o campo no qual eles detêm o monopólio e que precisam se perpetuar para assegurarem a rentabilidade dos seus investimentos. Comportamento este que fica claro quando o jogo chega a ser ameaçado.

Sendo assim, os pontos de vista das lideranças expressam posições diferenciadas, mas não há questionamento da validade das decisões tomadas, ou seja, uma vez que tenha sido proclamado o resultado do jogo, é aceito, pois o jogo deve ser jogado de acordo com as regras estabelecidas. As disputas não podem por em questão os empreendimentos políticos obtidos ao longo dos anos. Sempre haverá aqueles que acumularam um importante capital político objetivado, em forma de postos no seio do próprio partido, em todas as organizações mais ou menos subordinadas ao partido, bem como nos organismos do poder local ou central e em

toda rede de empresas industriais ou comerciais que vivem em simbiose com esses organismos.

Ao longo de quinze anos, sendo a referência a criação de Parauapebas (1988), pode-se contabilizar um acúmulo de capital político objetivo, constituindo-se em importante patrimônio, uma vez antes, segundo o presidente da Câmara de Parauapebas, o Sudeste Paraense era conhecido através dos municípios de São João do Araguaia, Marabá e Conceição do Araguaia. Ao passo que hoje, no sul e sudeste do Pará, existem, segundo ele, mais de trinta municípios, o que trouxe impactos positivos, no que diz respeito ao desenvolvimento. Atualmente, a região é constituída de importantes municípios, dentre os quais destacam Conceição do Araguaia, São João do Araguaia, Sapucaia, Eldorado dos Carajás, Curionópolis, Parauapebas, Xinguara, Rio Maria, Tucumã, São Félix do Xingu, Água Azul, Ourilândia.

Tudo isso justifica o quanto foram os benéficos para a região. Os desmembramentos, as organizações, a criação e a consolidação desses municípios, instalando-se nessa região novos organismos do poder local e uma rede de empresas industriais ou comerciais que vivem em simbiose, gerando capital político objetivado, em forma de postos, cargos, estruturas, a instalação do próprio partido político. Nesse sentido, do ponto de vista do custo e benefício político, o representante da Câmara de Parauapebas contabiliza a obtenção de capital simbólico e de capital político:

Porque [...] antigamente essa região era Marabá [...] São João do Araguaia e Conceição do Araguaia [...] hoje você vê quantas cidades nasceram nesse em torno [...] quantas pessoas se organizaram em sociedade [...] quantas pessoas cresceram [...] enfim [...] a produtividade dessa região [...] essa região desponta como uma das regiões de mais futuro do estado do Pará [...] ta aqui. (Presidente da câmara de Parauapebas).

A objetivação do capital político pressupõe instituições permanentes. Dessa forma, ocorreu um processo de objetivação do poder simbólico: o capital político, no momento em que a criação dos municípios permitiu a proliferação de instituições.

Assim, o poder simbólico assume a sua materialização através de máquinas políticas, sejam partidos políticos, sindicatos, bem como cargos, que são utilizados como instrumentos de mobilização e reprodução contínua, por mecanismos e estratégias.

Quanto mais avançado é o processo de institucionalização do capital político, tanto mais tende à conquista dos postos e tanto mais os militantes, ligados apenas pela sua dedicação, recuam em proveito dos “prebendados”. Com efeito, quanto mais o capital político institucionalizado em forma de postos, maiores são as vantagens.

Do ponto de vista do representante da CVRD em Canaã, a criação do município se deve pelo desinteresse do município sede e pelo interesse daqueles que estavam querendo se emancipar. Esse pleito visava, segundo ele, à obtenção de uma vida melhor. Ademais, aquelas populações já dispunham de certa experiência, visto que na prática vivenciavam a autonomia. Eram independentes, por não usufruírem de vantagens decorrentes da situação de pertencerem ao município de Marabá.

Nesse sentido, do ponto de vista dos interesses e, sobretudo, dos benefícios, era negócio as lideranças se posicionarem a favor, haja vista que o discurso pela emancipação assume a conotação de ser um discurso da sociedade, ou seja, esta ideia (produto) foi vendida como sendo de interesse público.

A veracidade da promessa, ou do prognóstico, depende da autoridade daquele que a apresenta ou a pronuncia. Quer dizer, a capacidade de fazer os outros crerem na veracidade do seu discurso está ancorada ao do capital simbólico embutido na sua autoridade, uma vez que este o confere legitimidade.

Considerando que o acesso ao direito do discurso político é seletivo, ou melhor, sofre censura, cabia, então aos atores ativos, do ponto de vista político, assumem a condição de quem profere o discurso, pois se trata de um jogo de profissionais em que a população participa como consumidora dos produtos produzidos pelos detentores dos meios de produção do discurso político. Neste caso, o discurso ou ato público constitui por si um ato de instituição e representa por isso uma forma de oficialização e de legitimação.

Nos discursos proferidos, os papéis se invertem, já que a população ou a sociedade local é apresentada como protagonista, o que é entendido como condução do processo e faz parte do discurso, enquanto instrumento de manipulação. A autoridade política de uma liderança está associada à confiança que a população deposita nela.

As falas, ao atribuírem a condução do processo às lideranças locais, indicam que alguns podem, de alguma forma, ter capitalizado, inclusive vislumbrando os

benefícios políticos, decorrentes dessa ação, até se tornar um político com expressivo capital político no município. Mas, para isso, algumas necessidades básicas, como o acesso a uma logística, teriam de ser efetivamente atendidas, posto que em política, o fundamental é fazer crer que o que se diz pode ser concretizado.

Desta forma, ao se estabelecer uma nova realidade social decorrente da divisão do mundo social, os grupos demandantes teriam de ver atendida sua reivindicação mesmo que parcialmente, fato que estabeleceria uma relação de confiança entre a população e as lideranças e legitimaria ainda mais.

Só aqueles que dispõem de uma competência específica podem entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político, ou seja, não se trata de um espaço no qual todos são situados, mas de um espaço onde alguns têm direito de acesso.

Nesse sentido, a viabilização da criação desses municípios se daria por via de uma rede de interesses comuns dentro do campo. Mas, para que essa proposta fosse viabilizada teria que atender às normas e regras estabelecidas no jogo político. Assim, alguém no interior do campo, mais precisamente um ator que estivesse situado num espaço no qual dispusesse de poderes, de legitimidade, uma vez que para a proposta ser recebida tinha de obedecer a um rito. O reconhecimento da proposta passava pelo reconhecimento que o proponente desfruta dentro do campo político.

Deste modo, observa-se, na fala do Prefeito de Eldorado, uma tentativa de relacionar o local e o estadual, quando ele diz que o processo se deu por iniciativa local, mas contou com o apoio “dos de cima”, no caso do governo do estado. Ele dá destaque a esse apoio ao considerar que isso é evidente, mas logo em seguida, transfere a condução do processo aos atores locais, como que se quisesse omitir algo que para ele é evidente, mas para a população deve ser apresentado de forma sub-reptícia ou omitida:

Mas foram os atores [...] foram os atores locais [...] na época Eldorado tinha vereador eleito [...] de mandato em Curionópolis [...] para a sede [...] então houve os atores locais que tomaram conta dos acontecimentos. (Prefeito de Eldorado dos Carajás)

Eldorado dos Carajás, na época, como destaca o interlocutor, dispunha de um representante no parlamento municipal. Alguém que estava investido de representação política, pois detinha capital político para participar dessa “arena” ou

desse “mercado”. A sua oferta teria que, do ponto de vista do custo/benefício, atender aos interesses dos que detinham o monopólio do poder, uma vez que estes não poderiam identificar nessa proposta a possibilidade de perda, especialmente, de capital político.

A resolução desses problemas levaria a população a crer que de fato se fez a melhor opção. A ausência de divergência, de resistência por parte dos mandatários do poder em Parauapebas, os tornava aos olhos da população de “Eldorado colaboradores”. Tratava-se de um bom negócio para ambos os lados, posto que aqueles que controlavam o poder em Parauapebas poderiam ampliá-los sobre o novo município, uma vez que neste mercado o importante é a obtenção de crédito e os poderes são assentados na confiança. Ou melhor, os poderes legitimamente constituídos, por meio de novos mecanismos de controle ampliando sua dominação. Para as lideranças políticas de Eldorado era a oportunidade para acumular capital político próprio e assumirem as estruturas de poder, postos e cargos, passando a dispor de uma certa reserva de capital.

Além da obtenção e ampliação de poder político, Parauapebas se “livrava” de alguns problemas sociais, haja vista que em Eldorado não existem projetos da CVRD. Mesmo com a ausência da empresa no município, neste se registra a concentração de uma população que foi atraída pelos projetos mineradores e pelo garimpo. As áreas dos projetos não se encontram habilitadas e o garimpo teve suas atividades suspensas, resultando em uma população carente de infra-estrutura e de acessos a serviços e os atendimentos dessas questões se constituiriam em gastos para Parauapebas.

A fala da prefeita descreve um cenário no qual dá destaque às situações que nos remete a um ambiente de consenso, harmonia. Uma situação na qual a questão do poder não seria um aspecto central. Mas o que estava se dividindo era muito mais do que territórios. Era uma área na qual está situada uma mina de cobre, onde a CVRD desenvolve o projeto Salobo. Nesse caso, a participação do deputado Faissal foi significativa, na medida em que, segundo a interlocutora, ele participou da definição dos limites. E, ao confeccionar o mapa, estava desenhado o mapa político, daquela micro região.

Por meio do discurso, os personagens públicos constroem uma realidade social, correspondendo dentro dos limites, aos seus interesses. Neste sentido, a dissimulação faz parte em virtude da preocupação constante de nada dizer ou fazer

que possa ser lembrado pelos adversários. Sendo assim, as palavras são racionalmente selecionadas visando não revelar nada que pudesse contradizer as profissões de fé presentes ou passadas, já que “pior do que não obter mais crédito, é vir a perdê-lo”.

O campo político estabelece alguns critérios de acesso como, por exemplo, que os atores possuam um *corpus* de saberes específicos como o domínio de certa linguagem e de uma retórica política, indispensável nas relações com os profanos, uma aprendizagem necessária produzida e acumulada pelo trabalho político dos profissionais: uma espécie de iniciação.

Considerando esses critérios, o perfil do prefeito de Canaã seria uma exceção, posto que ele não era profissional liberal, ao contrário, ele administrava uma fazenda, fato que o leva a se auto-denominar como pecuarista. Nesta condição, administrou uma fazenda com 35.000 bois, no município da Xinguara, depois se transferiu para o Luiz Pires, onde administrou 400 homens e seis tratores de esteira. Essa teria sido segundo ele, sua principal experiência administrativa.

Por outro lado, a entrada do prefeito no campo político e na condição de ator ativo para exercer a prefeitura, deu-se em situação excepcional, posto que disputou a primeira eleição do município e perdeu. No entanto, a primeira legislatura foi exercida por três prefeitos, haja vista os titulares serem afastados por improbidade administrativa.

Talvez a falta de uma iniciação política tenha reflexo no seu discurso. Contudo, se por um lado ele não registra na sua fala um momento, no qual tenha recebido algum tipo de iniciação política, por outro revela que a questão relativa à prefeitura de Canaã dos Carajás foi uma ação planejada, inclusive com a participação da CVRD, a quem ele atribui uma parceria iniciada antes de ele assumir o cargo. A própria decisão para concorrer deu em concordância com a empresa, através do diretor de operação do projeto Sossego:

Por incrível que pareça [...] a gente vem trocando idéia e batendo papo desde 99 [...] eu com os diretores da mineração [...] a gente já tinha aquela expectativa [...] em 96 eu disputei a eleição e perdi [...] .Perdi aqui dentro do município [...] principalmente na região [...] praticamente ninguém me conhecia [...] eu tinha 2%, 3% do pessoal que me conhecia na região [...] .mas eu entrei [...] tanto que nesse ano deu sorte [...] mas a gente já vinha conversando com diretores de operação do projeto que é o Bloazi [...] diretor operacional [...] e trocando ideia [...] e ele passando pra gente ó [...] você sendo prefeito aí vai ter essas vantagens [...] tem isso [...] a gente tem que construir obra em forma quase de um débito da gente com o município, mas a gente aplica aqui dentro da área social. (Prefeito de Canaã dos Carajás).

A parceria entre prefeitura e empresa é algo plenamente comum, no entanto a revelação que ele faz, particularmente, no que diz respeito à participação de um diretor da empresa (CVRD) no processo político, influenciando-o diretamente, é contraditória às falas dos diretores (entrevistados). Os representantes da CVRD negaram, peremptoriamente, a participação da empresa em processos políticos, seja no que diz respeito às emancipações ocorridas, seja em processos eleitorais de qualquer natureza.

Dessa forma, a CVRD influenciaria na condução de um ator passivo, desprovido de capital político, dando-lhe a condição de ator ativo no campo político. É uma revelação de suma importância por se tratar do primeiro caso em que um ator político reconhece a participação da CVRD nos processos políticos e, nesse caso, trata-se de uma intervenção na estrutura do poder político local.

A CVRD utilizaria capital simbólico que dispõe, no sentido de influenciar na definição do ator que assumira o controle político, em um município estratégico para ela, uma vez que ela possui um importante empreendimento mineral (projeto Salobo). É um caso, sobre o qual o campo econômico interage com o político visando, principalmente, submetê-lo aos seus interesses.

Agindo de uma forma dissimulada, seus movimentos são invisíveis, pois disponibiliza dos créditos que dispõe a um ator que não o possui. Por outro lado, trata-se de alguém que não tem o *habitus* político, entendido como uma preparação especial que o dotaria de um *corpus* de saberes específicos. Ademais o mercado de troca é desfavorável ao prefeito, pois o submete ao constrangimento, na medida em que no ato de ingressar ele não disponibilizará de *habitus* político, que buscara obter no interior do campo, e por outro lado passa ter uma dívida, no mínimo de fidelidade ao credor político, àquele que lhe disponibilizou o crédito necessário para ingressar no campo político. Esses constrangimentos se dão quanto mais desprovidos os atores estão de competência social e de instrumentos próprios de produção de discurso ou atos políticos. O mercado da política é um dos menos livres pelo menos nos primeiros momentos.

Segundo o presidente da Associação Comercial e Industrial de Parauapebas, os interesses são muito imbricados, porque o êxito econômico da CVRD tem rebatimento na estrutura econômica da cidade. Além de ser um gesto louvável para que a economia tenha um bom desempenho. É difícil imaginar que a CVRD, enquanto uma empresa que tem empreendimentos importantes na região, em

particular nesses municípios, ficaria omissa diante das decisões de natureza política. Sendo assim, as emancipações deram-se sob articulação política vinda de fora do município. É certo que tinham setores de Parauapebas, principalmente aqueles que tinham muito a ganhar com a separação. A própria Vale do Rio Doce e alguns setores do próprio empresariado ligado ao setor mineral, e aqueles que prestavam serviços para a Vale, eram exemplos.

A consolidação do desenvolvimento econômico do município passa pela não dependência no diz respeito à CVRD. É importante a busca, também, por outros caminhos de desenvolvimento, através da agropecuária, da agricultura. A consolidação de conglomerados na área do leite, da carne, frigorífico, laticínio, o fortalecimento da estrutura, da família, através da terra, que é a vocação natural.

A cidade de Parauapebas possui, aproximadamente, mais de dez mil pequenas propriedades agrícolas, com o movimento dos sem-terra e outros movimentos. Por conta dessa realidade a terra foi fragmentada, sendo dividida. Então, surgiu a oportunidade de o município investir na fixação do homem no campo, na sua propriedade e ajudar ela a transformar essa propriedade em algo produtivo que dê o sustento da sua família e que gere o emprego, o que é o grande desafio dos gestores públicos de Parauapebas: ofertar à população a oportunidade de trabalho.

5 MECANISMOS DE CONTROLE E O CAMPO POLÍTICO

Nesta seção abordaremos os mecanismos que controlam o acesso ao campo político, quer dizer às leis que regem a entrada neste campo específico. Sendo assim, apresentaremos as regras, particularmente as relativas ao processo de criação de municípios. Regras essas que segundo nosso ponto de vista se constituem em mecanismos usados para controle de acesso ao campo político.

A vontade, o desejo, as aspirações políticas de uma localidade de se transformar em um município para se efetivar ou se tornar realidade tem que percorrer um longo percurso. Mas chamamos atenção para o fato de que não é suficiente a existência de um consenso majoritário em torno da emancipação, uma vez que esta decisão deve ser tomada no âmbito do campo político, o qual está sob o monopólio de profissionais, prevalecendo a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo, em detrimento do desapossamento econômico e cultural da maioria, a população.

Ao discriminar as regras estabelecidas como condição de viabilização das emancipações, visamos demonstrar que as mesmas, além de serem mecanismos de controle e censura de acesso ao campo político, também ocultam interesses individuais e coletivos. Desse modo, buscamos dar visibilidade ao funcionamento do campo político, situando os atores envolvidos, suas funções, as estruturas e os poderes decorrentes dos papéis a eles instituídos.

Buscaremos, ainda, demonstrar que a delegação de representação política parlamentar representa uma modalidade da divisão social do trabalho, com a agravante de que, por meio desta delegação, estar-se-á institucionalizando o monopólio das decisões a um grupo seletivo, no caso vereadores, prefeitos, deputados estaduais e governador do estado.

A classe dominante dispõe do poder decorrente do capital econômico acumulado, mas ela necessita de estruturas e mecanismos que a possibilitem impor a legitimidade da sua dominação. Ou, de outra forma, legitimar a sua dominação, o que perpassa pela produção simbólica. E, sendo assim, paralelamente, passa pelo domínio dos meios de produção material, tendo que dispor de estruturas que possibilitem a produção dos capitais simbólicos e legitimação e reprodução da sua dominação.

5.1 REGRAS, MECANISMOS DE CONTROLE E OS PROCEDIMENTOS POLÍTICO- LEGAIS³².

Para efetuar a emancipação de uma localidade, registrar-se um rito político constituído de regras que servem fundamentalmente para ocultar e legitimar interesses. Observa-se, como as regras estabelecidas e aceitas como legítimas transferem para um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número, o monopólio do acesso ao campo político, processo que passa doravante a ser controlado pelos mesmos profissionais. Ninguém questiona a “necessidade” do processo para o âmbito de um espaço específico do campo, no qual os interessados, no caso a população demandante e a localidade sede, perdem direito de voz e voto, ou seja, perdem o poder de decisão, a legitimidade da decisão que está relacionada à observação e acatamento das regras.

O primeiro procedimento é a representação dos eleitores da localidade demandante, por meio de abaixo assinado, solicitando a emancipação e a criação do município, dirigida à Assembléia Legislativa, por meio de um deputado estadual. O deputado que assume a representação da demanda, apresenta e a encaminha ao presidente da Assembléia Legislativa, na forma de projeto de lei, a proposição de emancipação da localidade demandante. Uma vez tendo sido tomado esse primeiro passo, deve-se, então seguir os demais, dentre os quais:

- a) O deputado que doravante assume a representação da demanda apresenta na forma de requerimento, dirigido à presidência da Assembléia Legislativa, solicitação de parecer da Comissão de Constituição e Justiça, baseado no regimento interno (inciso I do art. 200 do regimento interno) e em concordância com a lei 4.827 de 15 de fevereiro de 1972 (Lei orgânica dos municípios);
- b) O presidente da Comissão de Constituição e Justiça encaminha na forma de diligencia solicitação de dados referentes à comprovação da população e da renda da localidade demandante, constante na lei Complementar Federal n 1 de 09 de novembro de 1967, solicitação baseada nos termos & 3 do art. 15 e 16 da lei estadual n. 4827-79;

³² As exigências discriminadas estão contidas nos artigos 1 e 2 da lei complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967.

- c) O Pedido de comprovante de residência dos eleitores que subscreveram o abaixo assinado demandando a emancipação e a criação do município;
- d) Em concordância com os termos da diligência, o Presidente da Assembléia Legislativa encaminha ao Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, solicitação de informações referentes a: a) Qual o eleitorado da localidade de Parauapebas e Curionópolis e se esse eleitorado é superior a 10%, b) e ainda se com o desmembramento da referida localidade o município de Marabá, permanecera com eleitorado superior a 10%;
- e) Elaboração e aprovação de decreto legislativo que dispõe sobre a realização de plebiscito;
- f) Realização do plebiscito nas localidades demandantes (Parauapebas e Curionópolis);
- g) Homologação do resultado do plebiscito por parte do Desembargador presidente do Tribunal Regional Eleitoral;
- h) Resolução do município (Marabá-Parauapebas) autorizando a elevação da localidade à condição de município;
- i) O presidente da Assembléia Legislativa encaminha ao executivo estadual o projeto de lei aprovado por este para ser apreciado e sancionado pelo Governador do Estado;
- j) O Executivo estadual sanciona na forma de lei a decisão de ser criado o município.

De acordo como estabelecia o decreto legislativo foi realizado o plebiscito consultando as populações residentes nas duas localidades, e no dia 25 de abril de 1988 ocorreu a apuração do plebiscito realizado nos distritos de Parauapebas e Curionópolis, conforme demonstrado na tabela abaixo:

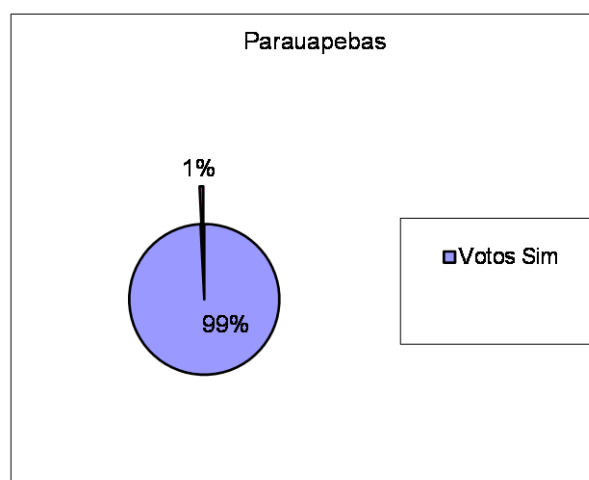
Tabela 5 - Resultado da apuração do plebiscito - Parauapebas e Curionópolis

Municípios	Votos a favor	Votos contra	Votos nulos	Votos em branco
1- Parauapebas	16.034	45	40	45
2-Curionópolis	8.451	32	30	23
Total	24.485	77	70	65

Fonte: TRE-PA (1991)

5.2 PLEBISCITO, LEGITIMIDADE E AS REGRAS DO JOGO

O plebiscito em Parauapebas contou com a participação de 16.164 eleitores, dos quais 99% votaram favorável à emancipação, correspondendo a 16.034 votos. O restante está incluso no conjunto dos votos: contra, brancos e nulo (Gráfico 1). Em Curionópolis a proposta de emancipação foi aprovada por 8.451 eleitores, correspondendo a 91% dos votos, e as duas consultas plebiscitárias contabilizaram 24.485 votos favoráveis, registrando 427 votos. No entanto desses apenas 154, de fato, votaram contra, os demais ou anularam ou se abstiveram. O elevado índice de aprovação deve ser inserido no seguinte contexto: a) A lei que regulamentava o processo exigia o comparecimento de 50% dos eleitores aptos a votar, e aprovação pela maioria; b) Nesta época o voto era manual; c) o prefeito era do PMDB; d) o governador era do PMDB.

Gráfico 1 - Resultado em % do plebiscito em Parauapebas

Fonte: TRE/PA (1991)

No que diz respeito ao pedido de emancipação de Parauapebas, foram 116 pessoas residentes no então distrito de Parauapebas que o subscreveram, encaminhado-o em 09 de março de 1987 à Assembléia Legislativa. 16.034 eleitores se posicionaram pelo sim, ou seja pela emancipação. O município foi criado, através da lei 5.443 de 10 de maio de 1988, sancionada no governo Hélio Gueiros.

No caso da criação do município de Parauapebas, a Câmara Municipal de Marabá (CMM) no primeiro momento do processo, posicionou-se, solicitando à presidência da Assembléia Legislativa uma cópia do projeto para ser apreciado por parte do plenário da CMM, e posterior deliberação, destacando-se, dentre as informações requeridas, as seguintes: a delimitação da área geográfica e os limites do núcleo urbano demandante da emancipação. Por sua vez, a Assembléia Legislativa, através da presidência da casa, manifesta-se diante da solicitação feita, expressando que nos autos do processo estava contido um mapa do núcleo urbano de Parauapebas, mas que estavam impossibilitados de enviá-lo devido à dimensão física do referido mapa. Todavia, remeteriam uma cópia da representação dos eleitores das localidades de Parauapebas e Curionópolis.

Em 09 de novembro de 1987, depois de seis meses, a CMM aprova e autoriza³³ a elevação da localidade de Parauapebas à condição de município. O projeto foi de autoria do vereador Onias Ferreira Dias. No ato da realização desta sessão, estavam presentes os deputados estaduais Haroldo Bezerra e Carlos Cavalcante, sendo estes respectivos deputados considerados os “verdadeiros” autores do pleito que, por exigência da lei, tinha de ser apresentado à CMM. Este foi encaminhado pelo vereador supracitado. O deputado Haroldo Bezerra assumiu a coordenação política do processo.

Em entrevista concedida ao jornal Correio do Tocantins³⁴ Haroldo Bezerra diz que a votação representava “uma vitória para aquela comunidade que, emancipada, teria em seu território o Projeto de Ferro Carajás, Cederez 1, 2 e 3 e o povoado de Água Azul do Norte”. Destaca ainda que, neste mesmo período estavam acontecendo movimentos emancipatórios em varias localidades do Sudeste Paraense, a começar por: Parauapebas, Curionópolis, Bom Jesus do Tocantins,

³³ Em 09 de novembro de 1987, através da resolução n 249, manifesta-se favorável a criação do município de Parauapebas. A época a CMM tinha como presidente o vereador Antônio Coelho Ferreira, João Chermonet Neto, primeiro- secretário, e Ademir Martins dos Reis, como segundo secretário.

³⁴ Jornal Correio do Tocantins.1987.

Brejo Grande, São João do Araguaia, Tucumã, Ourilândia e Santa Maria das Barreiras, em Santana do Araguaia.

Esses processos encontravam-se nessa época, em fase de aprovação da etapa de autorização da Assembléia Legislativa para realização dos plebiscitos pelo tribunal Regional eleitoral, para em seguida ser aprovado o projeto de lei final. No caso específico de Parauapebas, Curionópolis, Ourilândia e Tucumã, segundo o então deputado, havia um problema com relação ao número de habitantes dessas localidades, uma vez que a população dessas localidades não atendia às exigências da lei, como seria o caso de Curionópolis. Sobre isso o deputado pondera, que Curionópolis à época do Censo, nem existia.

A participação do ex-deputado Haroldo Bezerra não foi ocasional ou fortuita, ao contrário, tratava-se de uma ação planejada cujo objetivo fim era a viabilização do estado de Carajás. Nesse sentido, a existência de unidades político-administrativas autônomas se constitui um meio necessário.

É importante frisar que os eleitores agem de forma racional na busca atingir metas claramente especificadas. Os políticos, por sua vez, também buscam ser eleitos da mesma maneira. Embora o comportamento dos eleitores, por vezes, aparente “falta de bom senso” ou “ignorância”, isso não é equivalente a ser irracional (KELLER JÚNIOR, 1965).

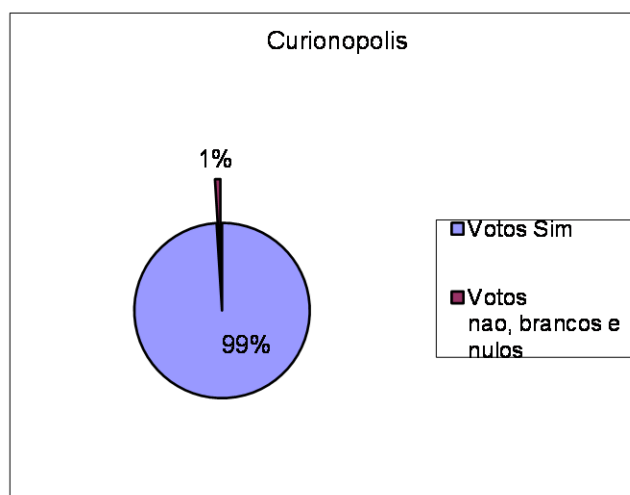
A posição pró-emancipação do deputado Haroldo Bezerra, ainda hoje, rende-lhe críticas por parte das autoridades, mas essas críticas não são recentes, pois quando disputou a prefeitura de Marabá com Nagib Mutran, comentou que A atuação de Haroldo Bezerra foi desastrosa para Marabá, já que ele foi considerado como o principal articulador do desmembramento de Curionópolis e Parauapebas (JORNAL CORREIO DO TOCANTINS, 1987).

O intrigante é que o vice na chapa de Nagib Mutran foi o Onias Ferreira Dias, autor ou pelo menos a quem coube a “missão” de apresentar a proposta na Câmara Municipal de Marabá. Na época, o prefeito era Hamilton Bezerra, eleito pelo PMDB, eleição que contou com a efetiva participação do deputado Haroldo Bezerra e do então governador Jader Barbalho (PMDB - 1982/1986). O prefeito antes da emancipação esteve nas duas localidades, através do governo itinerante, que consistia no deslocamento do poder executivo para essas localidades, pelo prefeito e por secretários. Em nenhuma das oportunidades se posicionou contra a emancipação.

O deputado Haroldo Bezerra (Marabá) era o primeiro secretário, segundo secretário o deputado Wandenkolk Gonçalves (Itupiranga) da mesa diretora da Assembléia Legislativa. Esses deputados não estão exercendo mandatos políticos. O ex-deputado Haroldo Bezerra exerce (2004) a presidência da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), e o Sr. Wandenkolk exerce a função de secretário de estado. O então presidente da casa, deputado Mariuadir Santos atualmente não está desempenhando nenhuma função pública, o que significa que está fora do campo político.

No caso da criação do município de Curionópolis (conhecido também pela designação de Km 30), o processo obedeceu o mesmo trâmite, sendo o pedido encaminhado, através de um abaixo assinado subscrito por 120 eleitores domiciliados no referido distrito, o qual foi encaminhado em 24 de março de 1987 à Assembléia Legislativa. Segundo certidão expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, registra-se naquela época no distrito de Curionópolis 13.765 eleitores, correspondendo a 23ª Zona Eleitoral de Marabá. No entanto, foi feita uma revisão nos livros do cartório, durante a qual se constatou que o número de eleitores era de 12.160.

Gráfico 2 - Resultado em % do plebiscito em Curionópolis



Fonte: TRE/PA (1991)

No que diz respeito ao posicionamento da Câmara Municipal de Marabá, esta casa se posicionou favorável à elevação do distrito de Curionópolis à condição município, através da resolução de n 248-87, datada de 29 de outubro de 1987.

O proponente do projeto de lei foi o ex-deputado Giovani Queiroz e o relator desta matéria na Comissão de Divisão Administrativa foi o ex-deputado Haroldo Bezerra. A relatoria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) fora do então deputado Mario Chermont, que uma vez de posse do resultado do plebiscito realizado, favorável à emancipação da referida localidade, manifesta-se favorável e pede a provação no âmbito da Comissão. O relator do projeto, num primeiro momento, foi o deputado Paulo Fonteles, sendo substituído pelo então deputado Paulo Lisboa.

Deve-se resgatar que a consulta plebiscitária envolvia apenas a população da área a ser transformada em município, mais precisamente o eleitorado domiciliado no referido distrito. A Assembléia aprovou o decreto legislativo em 3 de março de 1988, determinando a realização do plebiscito, que foi realizado em 24 de abril do referido ano, resultando na aprovação. Ou seja, a população local, manifestou-se favorável à emancipação e à criação do município de Curionópolis.

Este processo político se deu no governo Hélio Gueiros, tendo sido sancionado, através da lei 5.444 de 10 de maio de 1988. O município foi efetivamente instalado em 1 de janeiro de 1989, no momento no qual fora dado posse ao prefeito e ao vice-prefeito, na Câmara Municipal do referido município.

Na época das referidas emancipações e da criação dos respectivos municípios, a Comissão de Divisão Administrativa estabelecia os seguintes requisitos como condição para reconhecer os processos políticos.

1. Representação por parte dos eleitores da localidade demandante com mínimo de 100 (cem) assinaturas;
2. População estimada superior a 10.000 habitantes;
3. Eleitorada não inferior a 10% da população, no caso de Curionópolis, foi registrado a existência de 13.766 eleitores domiciliados na localidade,
4. A existência de número superior a 200 casas foi registrada em Curionópolis a existência de 5.000 casas;
5. A arrecadação da receita estadual correspondente ao último exercício devia ser equivalente a 0,005 (5 milésimos);
6. Resolução aprovando a emancipação e a criação do município pela Câmara Municipal do município sede, no mínimo pela maioria absoluta;

7. Decreto Legislativo Estadual determinando a realização do plebiscito na área demandante;
8. A realização do plebiscito pelo Tribunal Regional Eleitoral;
9. Exigia-se o comparecimento de 50% dos eleitores aptos a votar, e aprovação pela maioria.

Consideramos importante registrar, que a exemplo do poder legislativo municipal, o poder executivo do município de Marabá foi convocado a se manifestar no processo, cabendo a este poder apresentar as informações relativas à (ao):

1. Número de residências encontradas na área, atestada através de ofício emitido pela prefeitura;
2. A renda na área pretendida no ano de 1985;
3. Mapa e memorial descritivo da área do futuro distrito fornecido pelo Grupo Executivo de Terras Araguaia Tocantins (GETAT).

Neste período o prefeito era Hamilton Bezerra, eleito em 1985, o qual representava a primeira derrota imposta aos Mutran. Em tese, ele dispunha de capital político, construído a partir de uma frente de partidos e movimentos sociais, ou seja, a população lhe deu um crédito, aliás, a própria ascensão dele à condição de prefeito representou a confiança da população na possibilidade de se mudar a estrutura de poder baseada no mandonismo oligárquico. Ademais, o município contava com dois deputados: Haroldo Bezerra, eleito como expressão desse movimento de mudança; e Plínio Pinheiro, eleito com o que ainda tinha de capital político das oligarquias dos castanhais e dos pecuaristas.

A não manifestação da prefeitura no que se refere às informações demandadas pelo legislativo estadual seria suficiente para criar um estorvo político aos processos de emancipação. No entanto, o prefeito responde informando que na localidade de Curionópolis, existia um núcleo urbano constituído de mais cinco mil casas residenciais e comerciais. E, dando prosseguimento ao atendimento da solicitação encaminhada, continua informando que a renda anual do povoado de Curionópolis no exercício de 1985, correspondeu a seis milhões de reais.

Essa microrregião passaria por outro processo de emancipação, resultando na criação de dois novos municípios. Desta vez, seriam os jovens municípios de Parauapebas e Curionópolis que passariam por um processo de divisão territorial. A proposta de criação do município de Canaã dos Carajás foi apresentada na forma de projeto de lei pelo então deputado Joercio Barbalho, após receber representação

subscrita por 123 moradores do distrito, reivindicando a emancipação da localidade com relação à Parauapebas e a criação do novo município.

Neste período, Joercio Barbalho, exercia a primeira vice-presidência e o ex-deputado Ronaldo Passarinho a presidência da casa. Nos argumentos apresentados no projeto de lei, consta que o manifesto tinha por finalidade atender a contundentes apelos dos “diversos segmentos do povo”. Assim se exime de possuir qualquer interesse individual, colocando-se apenas como instrumento da vontade coletiva, particularmente, a população daquela localidade. Segundo ele, tal medida iria atender os interesses da população residente, que comportaria 15.000 habitantes, dos quais 2.500 seriam pequenos proprietários rurais. Contabiliza-se a existência de 3.437 eleitores³⁵.

A prefeitura de Parauapebas, através da Secretaria Municipal de Educação comunicou a existência de trinta e três escolas, caracterizada como de zona rural atendendo de 1ª a 4ª série, em regime seriado e multisseriado, foi acusada, ainda, a existência de outra escola de 1ª a 4ª série em funcionamento desde 1985, bem como uma escola estadual atendendo da 1ª a 8ª série.

Joercio Barbalho exercia a presidência da Comissão de Divisão Administrativa, sendo relator do processo o deputado Raimundo Santos. O Poder Legislativo, por meio do decreto legislativo³⁶, em concordância com os termos do artigo 7 da lei complementar estadual de n 001-90 de 18 de janeiro de 1990, autoriza a realização do plebiscito. Sendo este realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral, uma vez tendo realizado o resultado final favorável à emancipação da localidade.

O processo eleitoral, envolvendo a consulta plebiscitária em Canaã, registrou a participação de 2.634 eleitores. Dentre as consultas realizadas, essa foi a que apresentou o maior número de abstenção (850 votos) e a maioria aprovou a emancipação com 2.574 voto. Porém, 910 eleitores (abstenção, não, branco e nulo) decidiram por não se posicionar favorável à emancipação.

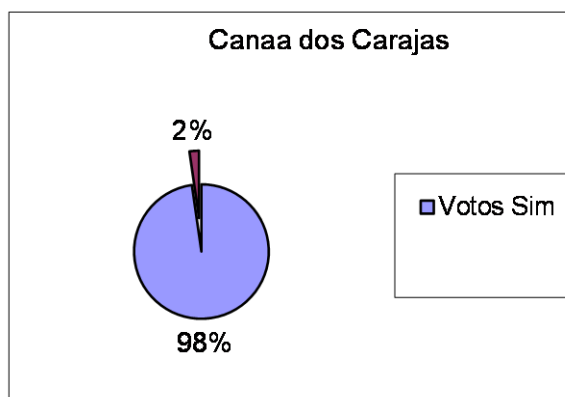
Baseado no resultado do plebiscito, o presidente da Assembléia Legislativa encaminhou o projeto de lei número 135-91, que apresentava a criação do município

³⁵ Segundo certidão negativa emitida pelo cartório eleitoral da 58 zona eleitoral da cidade de Marabá, registrava-se a existência, no distrito de Canaã dos Carajás_(Cederes II), município de Parauapebas 3.437 eleitores.

³⁶ Decreto legislativo número 56-93 de 01 de dezembro de 1993, dispõe sobre a realização de plebiscito em Canaã dos Carajás.

de Canaã dos Carajás ao governador do Estado Carlos José Oliveira Santos³⁷, que por sua vez sancionou na forma de lei.

Gráfico 3 – Resultado em % do plebiscito em Canaã dos Carajás



Fonte: TRE/PA (1991)

Novamente o deputado Giovani Queiroz (PDT) apresenta um projeto de lei desta vez defendendo a emancipação de Eldorado dos Carajás. O presidente da Comissão de Divisão Administrativa era o deputado Niciais Ribeiro. A localidade, em questão estava circunscrita a jurisdição de Curionópolis. Segundo ele (deputado Giovani Queiroz), a extensão territorial do estado dificultava a eficiência administrativa, motivo pelo qual estabeleceu como um dos objetivos do seu mandato: “trabalhar com responsabilidade para a emancipação de vários povoados e ou distritos”. Dessa maneira, ele acredita que se estará contribuindo para o desenvolvimento do estado. Sendo assim, encaminhou abaixo assinado subscrito por 150 eleitores domiciliados na localidade de Eldorado dos Carajás. E, ainda, tem-se registro³⁸, de que na localidade em questão existiam, na época, 1.230 eleitores.

Com as informações obtidas, o Poder Legislativo aprova decreto legislativo³⁹, através do qual é autorizada a realização do plebiscito junto à população de Eldorado dos Carajás, sob a responsabilidade do TER. Em consonância com as determinações estabelecidas, a consulta plebiscitária foi realizada no dia 28 de abril de 1991.

Após a realização do plebiscito que teve como resultado a aprovação da emancipação do município de Eldorado dos Carajás, o procedimento seguinte seria

³⁷ O Sr. Carlos Santos assumiu o governo do estado em decorrência dele ser o vice na chapa que elegeu o Sr Jader Barbalho.

³⁸ Segundo dados expedidos pelo TER-PA, através da juíza da 23ª Zona Eleitoral, Marabá-Pa.

³⁹ Projeto de Lei na forma de decreto legislativo n 55-90, de 29 de agosto de 1990.

a manifestação da Câmara Municipal, o que procedeu, porém, diferentemente das experiências anteriores, pois a Câmara Municipal de Curionópolis posicionou-se contrária à emancipação, solicitando que fosse revisto o resultado da consulta plebiscitária que indicou a aprovação.

Para tal posicionamento, recorreu-se à lei orgânica do município, particularmente o artigo 10⁴⁰. O fato importante é o posicionamento contrário, por parte do parlamento municipal, representado pela sua mesa diretora, à emancipação e à criação de um novo município, a partir da divisão territorial do município de Curionópolis. Além disso, eles alegaram que a efetivação desse processo resultaria em perdas significativas, tais como:

1. O novo município englobaria aproximadamente 65% do território do já “pobre” município sede,
2. Cerca de 90% das terras agriculturáveis, bem como 60% da pecuária, e ainda, o agravante de que 60% do município de Curionópolis se originaria daquele distrito.

Em resposta à manifestação contrária, bem como à revisão do processo, quem se posicionou não foi o presidente da Comissão e Justiça, nem o seu relator, tampouco o presidente da Comissão de Divisão Administrativa e o seu relator. A posição veio por meio de um técnico da casa, uma vez que o ofício foi assinado pelo presidente da CMC⁴¹, na condição de secretário legislativo, mas que não dispunha da investidura de parlamentar. Este, por sua vez, expressa seu parecer de que se deveria anexar o ofício da CMC aos autos do processo do projeto de lei, para apreciação dos Colegiados.

Outra posição é tornada pública, tratava-se do posicionamento de um vereador⁴² e três empresários locais, dentre os quais estavam os representantes das seguintes atividades econômicas: rede de postos de gasolina; indústria madeireira; e comércio de Eldorado de Carajás. Estes questionavam a posição contrária à emancipação adotada pelo prefeito, vice-prefeito e quatro vereadores.

⁴⁰ A incorporação, a fusão e o desmembramento do município, só serão possíveis se for preservada a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, fazendo-se por lei estadual, respeitar os demais requisitos em lei complementar estadual e dependerão de consulta previa, mediante plebiscito, a toda população do município.

⁴¹ Vereador Otacílio Nonato da Silva, presidente da Câmara Municipal de Curionópolis.

⁴² Vereador João José da Silva, do município de Curionópolis.

Esses signatários se posicionam favoráveis à emancipação e criação do novo município de Eldorado dos Carajás.

Em resposta, o presidente da Assembléia Legislativa informa que seria submetida à apreciação do plenário da casa a questão apresentada pelo vereador. Trata do primeiro caso de divergência entre os políticos ativos, expressando publicamente a disputa existente no interior do campo, no âmbito da esfera local.

Em que pese a ocorrência dessas divergências, o relator do processo na Comissão de Divisão Administrativa, deputado Bira Barbosa, posiciona-se da seguinte forma:

Estando atendidas as exigências legais e constitucionais [...] entendemos que esta comissão técnica [...] em cumprimento ao disposto no artigo 8 da Lei Complementar Estadual n 001-90 [...] propõe a casa o seguinte projeto de lei..este e o nosso parecer. (Deputado Bira Barbosa)

Baseado na posição exposta, o relator manifesta-se favorável. O projeto de lei estabelece, dentre outras questões, a realização das eleições municipais para escolha do prefeito, vice-prefeito e vereadores, a ser realizada em 03 de outubro de 1992 e a instalação do município se deu no dia 1 de janeiro de 1993 com a posse dos eleitos.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), através de seu relator, o deputado Gervasio Bandeira, comprovou que a grande maioria dos eleitores domiciliados na área territorial do pretense município de Eldorado dos Carajás é favorável à sua emancipação político-administrativa⁴³.

Em consonância com os pareceres das referidas comissões temáticas, e posterior aprovação pelo plenário da Assembléia legislativa, o presidente desta casa encaminha o projeto de lei n 13-87 ao governador do estado, Jader Fonteneles Barbalho, para sua apreciação e sanção. O governador do estado, de posse do projeto de lei, sanciona-o em forma de lei com o número 5.687, de dezembro de 1991 e estabelece a criação do município de Eldorado dos Carajás.

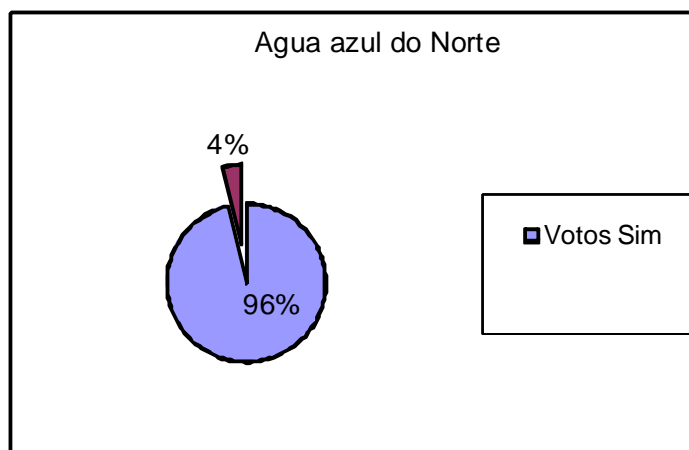
A emancipação e a criação do município de Água Azul do Norte, povoado pertencente à Parauapebas, foi uma iniciativa tomada pela Assembléia Legislativa do deputado Giovanni Queiroz. Esta localidade, segundo o deputado, já dispunha de reais condições de se elevar à condição de município. Sendo assim, ele

⁴³ Parecer do relator da Comissão de Constituição e Justiça ao projeto de lei 13-87.

encaminhou a apresentação dos moradores da localidade formulando o pleito. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral, no distrito de Água Azul existiam 2.878 eleitores aptos a votar, em 1990.

O presidente da Comissão de Divisão Administrativa era o deputado Niciais Ribeiro, enquanto que o relator desta comissão era o deputado Joercio Barbalho. O relator da Comissão de CCJ foi o deputado Gervasio Bandeira. Enquanto que o deputado Haroldo Bezerra era o relator da Comissão de Divisão Administrativa, o qual concedeu parecer favorável à realização da consulta plebiscitária.

Gráfico 4 – Resultado em % do plebiscito em Água Azul do Norte



Fonte: TRE/PA (1991)

O governador do estado na época, Jader Fontenelle Barbalho, sancionou o projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa, que passa a se constituir na lei 5.694. Observa-se na Tabela 5 que o município dispunha 2.110 eleitores aptos a votar, dos quais compareceram 1.484, sendo a aprovação concluída com 1.427 votos.

A área denominada Água Azul, pertencente ao município de Marabá, começou a ser ocupada a partir de 1978. A distância da sede de Parauapebas, que ficava a 308 quilômetros da vila, provocou a sua emancipação política. O plebiscito foi realizado em 1991 e 96% dos moradores aprovaram a transformação da vila em município. Era uma vila de moradores com 7.626 km², que em 2000 registrou 12.153 habitantes.

Tabela 6 - Votação referente à região

Municípios	Total de eleitores	Votos sim	%	Votos não	%	Votos nulos	%	Votos brancos	%
Parauapebas	16164	16034	53,79	45	0,151	40	0,134	45	0,151
Curionópolis	8536	8451	28,35	32	0,107	30	0,101	23	0,077
Canaã dos Carajás	2634	2574	8,635	36	0,121	4	0,013	20	0,067
Eldorado dos Carajás	1415	1323	4,438	30	0,101	4	0,013	58	0,195
Água Azul do Norte	1484	1427	4,787	18	0,06	13	0,044	26	0,087
Total Geral	30233	29809	99,000	161	0,54	91	0,305	172	0,577

Fonte: TRE/PA (2001)

O total de eleitores que compareceram aos plebiscitos dos municípios de Curionópolis, Parauapebas, Eldorado, Canaã e Água do Norte totalizam 30.233. Aqueles que se posicionaram favoráveis às emancipações correspondem a 99%, o que corresponde a 29.809 votos favoráveis. No caso de Parauapebas, compareceram 16.164 eleitores, dos quais os votos favoráveis correspondem a 16.034, ou 99,2%. Quanto a Curionópolis, percebe-se que compareceram 8.536, desses, 8.451 se posicionam favoráveis à criação do município, ou seja, 99%. Canaã totalizou a presença de 2.634, correspondente a 97,7% de votos favoráveis. Em Eldorado foram registrados 1.415 eleitores, dos quais 93,5% disseram sim. Em Água Azul do Norte, totalizou-se 1.454 eleitores presentes, e destes, 1.427 foram favoráveis, o que significa que a aprovação se deu com 96,16%.

6 A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, AS NOVAS ESTRUTURAS DE PODER E AS LIDERANÇAS LOCAIS

6.1 ALIANÇAS, COMPETIÇÃO POLÍTICA E A DISPUTA ELEITORAL PELO O EXECUTIVO MUNICIPAL

Qual a possibilidade de um cidadão (qualquer um) se eleger a prefeito ou a vereador? Essa possibilidade é remota, pois o discurso sobre representação política nas sociedades democráticas indica, ao se afirmar que qualquer cidadão possa se fazer eleger, estar-se-á dizendo que qualquer cidadão pode ter acesso ao campo político e ocupar espaço e/ou estruturas de poder.

Embora seja uma realidade do discurso sobre representação na democracia não é o que acontece de fato. Mas, se não acontece assim, o que leva o processo a se dar de modo contrário motivo? A resposta estaria na existência de certa divisão do trabalho político. Em outros termos, essa divisão cria os mecanismos sociais que tendem a produzir e reproduzir estruturas sociais na qual existem os "agentes politicamente ativos" e "agentes políticos passivos", e por outro lado ocultam a dominação. Esta divisão asseguraria competitividade aos profissionais da política. Ademais não são todos cidadãos que têm tempo livre e capital cultural suficiente para participar da vida política. Nesse sentido, a luta política trás em seu fundamento os determinantes econômicos e sociais dessa divisão do trabalho político.

Consideramos que na representação política está contida a representação de interesses, que se viabiliza por meio da competição entre os grupos e as lideranças políticas. Neste caso, pensamos que seja uma luta essencialmente simbólica, uma vez que se trata de uma luta por posições no campo político, em especial por conquista de poderes nas estruturas de poder existentes na sociedade democrática.

A competição política a que nos referimos se dá sob o auspício da democracia, na qual estaria assegurado aqueles que decidirão o direito da escolha entre opções diferentes. Por democracia emprestaremos de Bobbio (1989) o entendimento de que o aspecto matricial é a questão da "visibilidade ou a transparência do poder".

O referido autor pondera sobre a diferença existente entre um sistema político, no qual diversas elites, grupos que concorrem entre si, e, uma outra situação, na qual existe apenas um grupo controlando o poder. Grupo este que utiliza a cooptação como instrumento de renovação, e ou permanência no poder.

Sendo assim, a concorrência entre diversos grupos pelo acesso e controle do poder, por meio de eleições livres, é a forma mais democrática, uma vez que a ausência de transparência, somada a não concorrência entre os diferentes grupos, possibilita a existência de um “poder invisível” que por sua vez, “corrompe a democracia”. (BOBBIO, 1989, p. 11).

Ademais, por regime democrático, entende-se um conjunto de regras e procedimentos para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação dos mais interessados. Sendo assim, podemos dizer que uma sociedade está sob o auspício de um regime democrático quando nesta se pode identificar a existência de regras que definem quem possui autoridade para tomar decisões coletivas e, também que estabelece os procedimentos para a tomada de tais decisões (BOBBIO, 1989). Quanto à importância dessas preliminares, deve-se considerar que o homem persegue interesses, seja no mercado econômico, bem como no campo político.

Entendemos que a democracia representativa, baseada na representação política, está cada vez mais se tornando uma “representação de interesses”. Isto ocorre em função de no capitalismo os grupos organizados se tornarem os protagonistas nas tomadas de decisões, fazendo com que as escolhas resultem de acordos entre as partes envolvidas.

O político geralmente tem projetos sociais, sonhos, mas entra na disputa pelo voto e sempre quer mais votos. Este é um fato importante para entender o cálculo político dos candidatos. Uma democracia não se constitui apenas de um governo eleito. Um sistema democrático de governo é um arranjo institucional regido por regras que se baseiam na igualdade política entre os cidadãos e entre os governantes (BOBBIO, 1989).

As regras servem para ocultar e legitimar a dominação, já que existe nas nossas sociedades uma divisão do trabalho político que se opera em detrimento dos profanos (despojados) e em prol dos profissionais da política.

A representação política é colocada sob o ângulo da alternativa que se apresenta aos cidadãos da demissão na abstenção ou do despojamento pela delegação. Nesse caso, as eleições servem para legitimar essa divisão do trabalho político, fazendo com que os eleitores fiquem cada vez mais despojados do poder de decisão ao delegar a outrem essa competência.

Consideramos importante situarmos o nosso objetivo neste capítulo da tese, qual seja, abordagem da disputa política entre as lideranças locais pela ocupação e o controle das novas estruturas de poder (Executivo e Legislativo) decorrentes da criação dos municípios. Neste primeiro momento destacaremos o processo eleitoral em Marabá, particularmente a disputa pelo Executivo Municipal.

Após dezenove anos⁴⁴ na condição de área de segurança nacional, período no qual a estabilidade institucional estava comprometida, haja vista que os direitos políticos do município foram suspensos pela Lei de Segurança Nacional (LSN), as condições institucionais de Marabá – para que os eleitores buscassem maximizar os possíveis ganhos com ações governamentais, bem como para que os políticos entrassem em competição eleitoral, visando maximizar os votos – estavam comprometidas. O município de Marabá recupera o direito de eleger o prefeito, e assim a sua normalidade institucional, somente em 1985.

Marabá teve, a partir de 1985, cinco prefeitos eleitos: Hamilton Bezerra (PMDB), Nagib Mutran (PDC), Haroldo Bezerra (PMDB), Geraldo Veloso (PFL/PSDB), Sebastião Miranda (PTB/PSDB/PTB), através de seis pleitos eleitorais realizados, respectivamente, em 1985, 1988, 1992, 1996, 2000, 2004. Sendo assim, destacamos o fato de que as disputas eleitorais citadas resultaram na vitória dos partidos políticos que se revezaram no período 1985-2004: PMDB, PDC, PSDB, PFL, PSDB, PTB.

⁴⁴ O último prefeito eleito pelo sufrágio democrático fora Leonel Mendonça Vergulino, que governou no período de 1966 a 1970 (a eleição teve três candidatos). À época, o município tinha quatro mil e quinhentos eleitores. O prefeito Leonel Mendonça Vergulino e o seu vice se desincompatibilizaram dos seus respectivos cargos como parte de uma estratégia política visando concorrer novamente ao executivo municipal, no entanto a eleição foi suspensa. Assume o então presidente da CMM o vereador Antônio Nunes Coelho, interinamente a prefeitura. Contudo, ele teve seu mandato cassado. Alberto Moussalem passa a ser o novo presidente da CMM cargo que possibilitou assumir a prefeitura. Cinco anos se passam e em 1971, assume na condição de prefeito nomeado o então capitão do exército Elmano de Moura Melo.

Quadro 4 - Prefeitos eleitos e respectivos partidos, município de Marabá

Prefeito	Período	Partido
1- Hamilton Bezerra	1986- 1988	PMDB
2- Nagib Mutran	1989-1994	PDC
3- Haroldo Bezerra	1992-1995	PSDB
4- Geraldo Veloso	1995- 1999	PFL
5- Geraldo Veloso	2000-2003	PSDB
6- Sebastião Miranda	2000-2004	PTB

Fonte: Jornal Correio do Tocantins. Elaborado pelo pesquisador (2005)

Observa-se que não há hegemonia partidária neste período em estudo. Nesta tese os partidos são entendidos como organizações permanentes que visam, fundamentalmente, a conquista do poder, configurando-se como instrumentos de reprodução dos interesses políticos. A existência de uma “organização permanente, relativamente independente dos interesses corporativos, é a condição para representação permanente e propriamente política da classe. A delegação global e total, atribuídas aos partidos pelos menos “favorecidos” representa uma espécie de “crédito ilimitado”. Esta postura abre caminho para que os mecanismos de poder retirem-lhes a posse sobre qualquer espécie de controle sobre o aparelho político. Sendo assim, os que dominam os partidos, de fato têm o monopólio sobre um instrumento fundamental para a reprodução política.

Em 1985, as capitais e os municípios, caracterizados como as áreas de segurança nacionais, readquiriram o direito de eleger os seus prefeitos. Em Marabá (enquadrado pela LSN como área de segurança nacional), foram realizadas as eleições municipais, com a polarização entre dois candidatos: Oswaldo Mutran (PDS) e Hamilton Bezerra (PMDB).

Quadro 5 - Candidatos à prefeitura de Marabá, 1985

Candidato	Votos	Partido
1- Hamilton Bezerra	10.861	PMDB
2- Osvaldo Mutran	3.850	PDS
3- Pedro Silva de Oliveira	2.841	PFL

Fonte: Correio do Tocantins. Elaborado pelo pesquisador (2005).

Nas eleições de 1985, Hamilton Bezerra (PMDB) ganha o pleito municipal com 10.861 votos. Uma diferença de 7.011 votos em relação ao segundo colocado, Nagib Mutran; e 8.020 votos de diferença para o terceiro concorrente. Esse resultado representou a primeira derrota política dos Mutran (no período de redemocratização). Nesta eleição duas lideranças participaram de forma destacada, influenciando no resultado para o PMDB. A primeira foi Jader Barbalho (PMDB), que utilizou o capital político que dispunha na condição de governador para dar crédito político ao candidato peemedebista local. Ele estava buscando se consolidar na condição de principal liderança política no estado, uma vez que havia derrotado aquele que dispunha do título de ser a liderança política do estado, na época, Jarbas Passarinho (PDS).

A segunda participação foi do deputado estadual Haroldo Bezerra (PMDB). Há de se registrar o fato de este ter sido eleito com o discurso de representante de Marabá, ou seja, era uma liderança local que adentrou no campo político, através de uma competição político eleitoral (eleição), passando a se posicionar no interior de uma das instâncias do aparelho do Estado: o legislativo estadual; constituindo-se em um profissional da política.

Considerando-se que o campo político é um lugar por excelência de competição, no qual são gerados e produzidos os produtos (programas políticos, candidatos) que deverão ser ofertados aos consumidores (eleitores), compreendemos que a política é regida pela lógica da oferta em bases monopolistas e da procura. Pode-se, então, deduzir que essas duas lideranças dispunham de capital simbólico decorrente dos mandatos conquistados (Governador, deputado estadual) e objetivavam conquistar as estruturas de poder local.

Embora o candidato a prefeito do PMDB (Hamilton Bezerra) não dispusesse de capital político, teve a seu favor o capital necessário emprestado pelos seus apoiadores. De outro lado estava o Sr. Osvaldo Mutran, representante de um setor econômico em crise (empresários da castanha), que buscava na competição

eleitoral permanecer no campo político como um ator ativo e exercer o controle sobre a estrutura de poder local. Ainda, os apoios que ele dispunha, por um lado, o deputado federal Sebastião Curió (PDS), representava o regime militar; e, de outro, a mudança, o PMDB partido que liderou a redemocratização.

O governador Jader Barbalho não poupou na hora de ofertar produtos que atendessem aos interesses da população local, como: asfaltamento de estradas; escolas; postos de saúde; apoio do governo estadual ao novo prefeito, desde que fosse Hamilton Bezerra. Aos cidadãos reduzidos ao estatuto de “consumidores” cabia o dever de “escolher” entre os que tinham o monopólio da oferta dos produtos que eles queriam e tinham interesse e alguém (Oswaldo Mutran) que não dispunha nem dos meios, e por consequência, nem os produtos. O resultado foi a vitória de Hamilton Bezerra, o que nos leva a acreditar que os eleitores associaram a vitória de Hamilton Bezerra à otimização do atendimento de seus interesses.

Desse modo, entendemos que havia uma ambiência de mudanças, ou seja, a democracia substituindo a ditadura militar. Observamos, ainda, que os arranjos políticos em escala local, constituídos na perspectiva dos grupos que controlavam o aparelho de poder no período militar, são desestruturados dando lugar às novas estruturas que passam a ser ocupadas pelas novas lideranças. O fato de o Governo do Estado ser ocupado por uma liderança, que emerge do processo de democratização, terá repercussões na escala local.

No entanto, a derrota foi momentânea, uma vez que a disputa interna no PMDB local (Marabá) inviabilizou o projeto político idealizado para 1988, pelo então Ministro da Reforma Agrária, Sr. Jader Barbalho. Este, nessa altura dos acontecimentos, tinha se consolidado, enquanto liderança do PMDB no estado, e teve eleito o seu sucessor, fato que o possibilitou o deslocamento para esfera nacional ocupando espaço no aparelho do estado em nível federal (Ministério da República). Esta posição lhe permitiu dispor de produtos a serem trocados na disputa política, como: cargos, verbas, acesso ao poder federal, espaço na estrutura do partido governista (PMDB).

Para sucessão de Hamilton Bezerra, Jader Barbalho chancelou uma composição entre dois grupos internos ao PMDB, de um lado o grupo liderado pelo prefeito e do outro lado estavam a vice-prefeita e o deputado estadual Haroldo Bezerra. Esta composição resultaria numa chapa constituída por Haroldo Bezerra como prefeito e Plínio Pinheiro como vice.

A composição representava duas gerações e dois grupos de interesse. Plínio Pinheiro fora deputado da Arena e o deputado Haroldo representava a “nova geração de políticos” do município”. Esse arranjo passou a ser entendido como uma composição que emergiu no processo de democratização do país e não tinha vínculos com as estruturas políticas dos governos militares, muito embora Haroldo Bezerra tenha exercido o cargo de prefeito da cidade em 1975 por influência política do deputado Plínio Pinheiro. Contudo, Haroldo representava, sobretudo na década de 1980, interesses que se opunham aos da oligarquia Mutran. A chapa Haroldo e Plínio representava uma aliança que reintroduzia na estrutura de poder local o grupo perdedor nas eleições de 1985.

Na arena política da época, o governador Hélio Gueiros, que foi eleito senador (PMDB) e depois governador (PMDB), tomou posicionamentos que acabaram por distanciá-lo do ministro Jader Barbalho, inclusive foi ele que afiançou a candidatura de Said Xerfan a governador do estado contra a candidatura de Jader Barbalho. Jader buscava assegurar o controle político das estruturas de poder no estado retornando à condição de governador.

Mormente o apoio do então ministro e líder estadual do PMDB, e do próprio prefeito que participou da convenção municipal, três grupos disputaram o controle do partido no município: Hamilton Bezerra (prefeito); Asdrúbal Bentes (deputado federal); Adelina Braglia, disputando a direção do diretório do PMDB-Marabá, enquanto liderança local do partido; e do governador Hélio Gueiros (PMDB). Esta chapa foi derrotada na convenção municipal do PMDB.

A vitória foi do grupo liderado pela vice-prefeita (Adelina), que conquista na convenção a maioria na direção do partido, bem como articula uma nova chapa, na qual permanece Haroldo Bezerra como candidato a prefeito. O vice deixa, porém de ser Plínio Pinheiro, passando a ser ocupado por indicação da vice-prefeita. Este resultado representou a derrota das duas lideranças (Hamilton, prefeito e Jader Barbalho, ministro de estado). Nessas circunstâncias a chapa peemedebista é deixada a sua própria sorte, visto que diante da situação outra estratégia foi implementada. Desta vez, passaria pelo apoio a candidatura de Nagib Mutran.

Embora o discurso das lideranças peemedebistas, no caso o ministro, o prefeito e o governador, hipotecassem apoio à chapa do PMDB, a estratégia passou a ser derrotar eleitoralmente os desafetos internos. Sendo assim, de fato, coube ao então deputado federal (PMDB) Asdrúbal Bentes (pecuarista) introduzir a cisão

política, dado que este lidera o apoio a Nagib Mutran sob o discurso de que o PMDB fora apropriado por “forças estranhas”.

Os movimentos do deputado de apoio à candidatura Nagib Mutran têm o aval político do ministro, no sentido de viabilizar a vitória do candidato do PDC. Mas o discurso público por parte das lideranças do PMDB: do ministro Jader Barbalho (PMDB) ministro, do prefeito (PMDB), e do então governador Hélio Gueiros (PMDB) era de apoio a Haroldo Bezerra, muito embora eles conspirassem contra.

O resultado foi a vitória de Nagib Mutran (1986-1990) pelo PDC. Inclusive o PMDB neste pleito (1988) fez a maioria dos prefeitos do Sudeste Paraense, mas perdeu em Marabá. A derrota do grupo liderado pelo deputado Haroldo Bezerra, sobretudo, deu-se em função de o núcleo de lideranças, articulado para derrotar Oswaldo Mutran, ter-se desconstituído, o que significa dizer que a dissidência registrada resultou na conformação de novas alianças.

Assim, novos grupos se constituíram, passando então a existir três grupos, cujas lideranças eram:

1. Os Mutran, sendo a liderança do grupo exercida por Nagib Mutran;
2. Hamilton Bezerra e Asdrúbal Bentes (Jader Barbalho);
3. Haroldo Bezerra e Adelina que passam a se distanciar de Jader Barbalho e se aproximar de Almir Gabriel, na época senador da República.

Durante governo de Nagib Mutran (1988-1992), particularmente em 1990, Oswaldo Mutran é eleito deputado estadual pelo PDS. Um prefeito, um vereador, e um deputado estadual, tudo indicava que se tratava de um retorno exitoso da oligarquia Mutran ao poder. Mas, quais os fatores que possibilitaram esse retorno e, sobretudo ao capital político eleitoral obtido pelos Mutran? Sumariamente podemos dizer que era um resultado positivo da aliança com Jader Barbalho.

A gestão de Nagib Mutran correspondeu ao período em que o governador do estado era Hélio Gueiros (1987-1990). O aspecto interessante deste período foi que os Mutran apoiaram Jader Barbalho para governador, eleição na qual ele disputou com Saihd Xerfan que contou com o apoio de Hélio Gueiros.

Uma vez vitorioso, Jader Barbalho retorna ao Governo do Estado passando a controlar novamente a máquina de poder estadual. No entanto, Jader retoma o poder, mas os seus aliados perdem o capital político acumulado. O deputado Oswaldo Mutran teve seu mandato cassado no dia 29 de junho de 1992, o prefeito teve seu mandato cassado em dezembro de 1996 e o candidato, apoiado pela

família Mutran, Plínio Pinheiro, perdeu a eleição para Haroldo Bezerra. A cassação do deputado Oswaldo Mutran - acusado de assassinato - em pleno período eleitoral se constituiu em um fato político que possibilitou a formação de uma “frente anti-Mutran”.

Consideramos esta eleição como marco de referência que representa o afastamento da família Mutran da gestão do poder local. Desde então, eles não conseguiram lograr êxitos nas disputas eleitorais.

Quadro 6 - Governadores do Pará, 1983-2004

Governador	Partido	1983-1986	1987-1990	1991-1994	1995-1998	1999-2002	2003-2004
Jader Barbalho	(PMDB)						
Hélio Gueiros	(PMDB)						
Jader Barbalho	(PMDB)						
Almir Gabriel	(PSDB)						
Almir Gabriel	(PSDB)						
Simão Jatene	(PSDB)						

Fonte TRE-PA (1983-2004).

Na eleição realizada em 7 de outubro de 1992, Haroldo Bezerra disputou novamente. Desta vez, seus concorrentes foram Plínio Pinheiro e Miguelito Pinho. A candidatura de Plínio Pinheiro recebeu o apoio do prefeito Nagib Mutran (1988-1992) e do governador Jader Barbalho. Haroldo Bezerra vence com 17.804 votos, quase o dobro de votos de Plínio Pinheiro 9.274, conforme dados do quadro abaixo:

Quadro 7 - Candidatos a prefeito de Marabá

Candidatos	Votos	Partidos
1- Haroldo Bezerra	17.804	PSDB
2- Plínio Pinheiro	9.274	PMDB
3- Miguel Pinho	4.556	

Fonte: Jornal Correio do Tocantins (1992).

O quadro político tinha sofrido importantes mudanças, uma vez que outras lideranças ocuparam espaço no campo político. Dentre os quais discriminamos as

lideranças de Almir Gabriel (PSDB), Ademir Andrade (PSB), Geovani Queiroz (PDT), Socorro Gomes (PCdoB), e Valdir Ganzer (PT). Do ponto de vista local, foi registrado defecções nas hostes peemedebistas lideradas por Ademir Martins.

Essas novas estruturas partidárias surgem motivadas por perspectivas diferenciadas de disputa pelo poder. O surgimento dessas novas estruturas partidárias subtrai, de certa forma, o capital político do PMDB, posto que em 1982, essas lideranças estavam no interior do PMDB, (salvo o caso de Valdir Ganzer).

No plano local, chamamos atenção para a emergência de novas lideranças que ingressam no campo político como atores políticos ativos, uma vez que estas passam a disponibilizar de capital político e assumem a liderança na condução de estratégias visando a ocupação do poder local. Como os interesses visam a ocupação do mesmo espaço no campo político, essas lideranças passam a disputar a ocupação das estruturas de poder, fato que corrobora com a proliferação de novos partidos.

Durante a gestão de Haroldo Bezerra (1992-1996) tramitava na Assembléia Legislativa projeto de lei propondo uma nova divisão no território de Marabá, particularmente, do distrito de Brejo do Meio e do bairro Morada Nova. A postura do prefeito foi liderar um movimento contra essas emancipações. A estratégia passou pela articulação de deputados, no sentido de suspender o processo que estava aguardando para ser submetido à apreciação da Assembléia Legislativa. O projeto era de autoria dos deputados Joercio Barbalho e Wandick Gonçalves.

Ocorre que estes deputados não se reelegeram, mas mesmo assim o projeto foi retomado por iniciativa da deputada Elza Miranda. Nesta época o vereador Maurino Magalhães liderava em nível local o movimento pelas emancipações. A iniciativa liderada pelo prefeito consegue sustar o processo. Essa proposta, ainda hoje, espera por votação na Assembléia Legislativa. Haroldo Bezerra, quando da disputa eleitoral com Nagib Mutran, foi criticado por conta da sua participação nas emancipações de Parauapebas e Curionópolis.

A vitória de Haroldo Bezerra representou uma derrota dos Mutran e também do Sr. Jader Barbalho, na medida em que se tratava de seus aliados prioritários. Inclusive, só nas eleições de 2004, Jader Barbalho substitui os Mutran como aliados prioritários. A substituição foi pelo PT refletindo uma estratégia nacional. Esse arco de aliança tem suas especificidades estaduais e locais.

O cenário político em nível nacional sofreu mudanças porque a agenda política viabilizou a disputa eleitoral em situação de normalidade institucional, possibilitando que os diferentes grupos de interesses concorressem na arena política. Três partidos políticos passam a ocupar o epicentro da disputa: PMDB; PSDB; PT; e, secundariamente, PFL; PPB à direita; e PDT à esquerda, os quais se constituíam em auxiliares, ou seja, partidos que não tinham competitividade eleitoral para conquistar a presidência da República mais regional. Nordeste, no caso do PFL estadual; Rio de Janeiro, no caso do PDT; Pernambuco, Miguel Arraes; São Paulo, Maluf, ocupam as estruturas de poder.

A disputa pelo executivo municipal, em 1996, envolveu o Dr. Geraldo Veloso e a deputada Cristina Mutran (esposa de Nagib Mutran) pelo PMDB e o vereador Luis Carlos que disputou pelo PT.

Quadro 8 - Candidatos a prefeito de Marabá, 1996

Candidatos	Votação	Partido
1- Geraldo Veloso	23.408	PFL
2- Cristina Mutran	13.299	PMDB
3-Luis Carlos	9.146	PT

Fonte: Jornal Correio do Tocantins (1987).

Geraldo Veloso foi eleito prefeito com 50,45% dos votos, tendo como vice-prefeito eleito Sebastião Miranda (PSDB). Esta chapa contou com o apoio do prefeito Haroldo Bezerra (PSDB) e do governador Almir Gabriel (PSDB). Na convenção municipal do PSDB-Marabá a vereadora Julia Rosa se apresentou como candidata a vice-prefeita. No entanto, a liderança local representada pelo prefeito e a estadual na pessoa do governador do estado Dr. Almir Gabriel, já tinha estabelecido o acordo de que o vice na chapa governista seria Sebastião Miranda que ocupava o cargo de secretário de Obra na gestão de Haroldo Bezerra. Sendo assim, as chances da vereadora eram mínimas, como de fato se constatou, quando a convenção após votação definiu Sebastião Miranda, representando o PSDB na chapa.

Em 2000 a disputa envolveu a candidatura de Geraldo Veloso que disputou desta vez pelo PSDB. Esta chapa mantinha o núcleo de lideranças que estavam na estrutura do poder local, mas registrou uma discordância, haja vista que lideranças

que estavam situadas em instâncias do poder em nível estadual, como a deputada Elza Miranda, imprimem uma dissidência ao sair do PSDB, e filiou ao PSD, visando viabilizar sua candidatura; com o apoio do Secretário Executivo Estadual de Obras Haroldo Bezerra (PSDB). A terceira candidatura foi a de Bernadeth Ten pelo PT.

Quadro 9 - Candidatos a prefeito de Marabá.

Candidatos	Votação	Partido
1- Geraldo Veloso	27.253	PSDB
2- Elza Miranda	20.475	PSD
3- Bernadeth	10.948	PT

Fonte: Cartório Eleitoral de Marabá (2000)

Em fevereiro de 2002, o vice-prefeito Sebastião Miranda tomou posse na condição de prefeito, após da vacância do cargo titular, motivado pela morte do prefeito Dr. Veloso. O novo prefeito empossado, embora tenha sido eleito pelo PSDB, assumiu o cargo na condição de filiado do PTB, uma vez que ele havia feito a mudança de partido.

Quadro 10 - Candidatos a prefeito de Marabá.

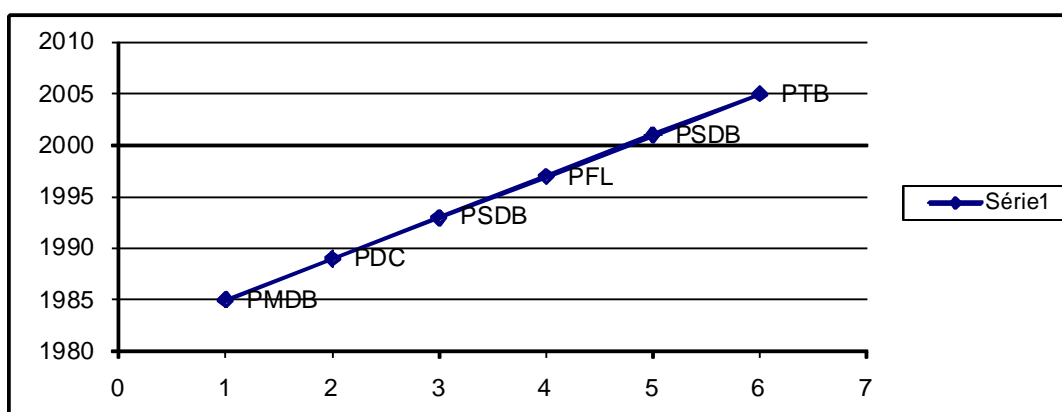
Candidatos	Votação	%	Partido
1- Sebastião Miranda	37.625	49,0%	PTB
2- Asdrúbal Bentes	26.056	33,93	PMDB
3- Elza Miranda	12.888	16,78	PSDB

Fonte: Cartório Eleitoral de Marabá (2004).

As eleições de 2004, do executivo municipal, foram concorridas. Os principais grupos políticos se apresentaram para a disputa eleitoral. Diante disso, Sebastião Miranda, que fora Secretário de Obras no governo Haroldo Bezerra, vice nas duas chapas lideradas por Geraldo Veloso, e ainda Secretário de Obras nas duas últimas gestões liderou um grupo que fez aliança com setores do empresariado local. Inclusive, o vice na sua chapa representa o setor econômico. O segundo grupo foi liderado por Asdrubal Bentes pecuarista, ex-presidente do GETAT. Ela concorreu ao cargo de prefeito de Parauapebas, deputado federal constituinte, atualmente está exercendo o cargo de deputado federal eleito pelo PMDB e segue a liderança política de Jader Barbalho.

Nesta eleição estrearam uma nova parceria desta vez foi com o PT. Elza Miranda Deputada estadual (PSDB) iniciou sua vida política como vereadora em 1988, concorrendo na chapa encabeçada por Nagib Mutran. Depois de ter participado da cassação do Prefeito, em 1992, elege-se deputada estadual e engaja-se no grupo político liderado pelo ex-governador Almir Gabriel. A vice foi Cristina Mutran, ex-deputada estadual, candidata não eleita em 2000.

Gráfico 5 - Disputa eleitoral em Marabá, por partido político.



Fonte: Elaborado pelo autor (2005).

As alianças feitas expressam claramente o objetivo fim dos respectivos grupos e lideranças. Trata-se do objetivo matricial de conquistar o poder. Nesse sentido, o cálculo político levou a essas composições partidárias e alianças entre lideranças. No entanto, alguns cálculos políticos, considerando que o deputado Asdrubal Bentes foi o deputado federal mais votado em Marabá com 19.357 votos – somando com o capital político eleitoral do PT que na última eleição para prefeito obteve 10.948 – poderia resultar na vitória da chapa atual.

No caso da deputada Elza Miranda, seu desempenho eleitoral foi inferior ao da última eleição quando teve 20.475 votos, considerando-se que na eleição 2004 obteve apenas 12.888. Esse número de votas é inferior em relação ao número alcançado quando disputou eleição para deputada estadual, quando conseguiu 13.254 votos. Considerando os dados que expressam o resultado final, comparando-os com os desempenhos individuais anteriores, perceberemos que os desempenhos ficam aquém das expectativas.

A racionalidade do cálculo político, baseado na maximização dos interesses, não foi acompanhada pelo eleitor que aparentemente teria pautado sua decisão, fundamentando-se na lógica custo/benefício. O prefeito, ao concorrer à reeleição, teve relativa vantagem em relação aos demais candidatos, pois ele dispunha de obras para prestar conta e, assim, obter crédito junto ao eleitor para se manter no cargo, mediante a oferta de novos produtos ao seu eleitorado.

7 O SUDESTE PARAENSE, DIVISÃO TERRITORIAL E A CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NA DÉCADA DE 1980

Abordaremos, neste capítulo, as mudanças registradas na estrutura de poder local, decorridas da criação de cinco municípios a partir da divisão territorial registrada no município de Marabá. Este fato teve importante impacto sobre a estrutura de poder institucionalizada existente no Sudeste Paraense, onde só tinha um prefeito e um poder legislativo municipal, passando a contabilizar seis prefeitos, seis vice-prefeitos, seis câmaras municipais, totalizando cinquenta e oito vereadores.

As lideranças políticas convertem-se em autoridades públicas, quando passam a gerenciar estruturas de poder institucionalizadas. O executivo e o Legislativo municipal e outras exercem cargos de secretários nos seus respectivos municípios, ocorrendo a locação das lideranças políticas e dos membros dos seus respectivos grupos.

Assim, assistiu-se, a partir de 1988, o reordenamento do espaço político, através de arranjos políticos institucionais (criação de novos municípios), possibilitando desta forma a ocupação dessas novas estruturas de poder pelas lideranças emergentes. Este é um fator (matricial) desencadeador do reordenamento territorial⁴⁵.

Deve-se registrar que essas mudanças no cenário social e na estrutura de poder são decorrentes, sobretudo, das ações governamentais, operacionalizadas, através de políticas públicas implementadas na Amazônia pelo Governo Federal – haja vista que estas imprimiram uma desordem no espaço ocupado. “A compreensão do espaço geográfico de Carajás, como um sistema complexo não linear, passa pelo entendimento de que as inter-relações e as contradições sociais contidas nesse espaço intensificam-se na década de 80” (COELHO, 1997, p. 51).

A realidade social extrativista, baseada na figura do dono da terra e do trabalhador que coleta a castanha, ganha nova complexidade, registrando-se o surgimento de novos atores sócio-políticos, dentre os quais os atingidos de barragens, remanejados, reassentados, assentados, castanheiros, comunidade negro rural (ALMEIDA, 1994). A conjunção desses fatores conforma uma nova realidade sócio-política, na qual se registra diferentes ritmos de vida, alguns

⁴⁵ Segundo Santos (1996), a ideia que temos de território foi herdada da modernidade. Ele chama atenção para o fato de que é o uso do território que faz dele objeto de análise social, sendo assim está em permanente mudança, demandando permanentes revisões.

baseados em histórias de vida, às vezes contrastantes, que passam a coexistir como os índios, com os atingidos por barragens, com garimpeiros, com seringueiros, com castanheiros, com posseiros e com trabalhadores rurais. Há, também, com os atores representantes da industrialização, tais como: gerentes de produção; os operários metalúrgicos; e engenheiros.

Chamaram-nos atenção as mudanças registradas por Almeida (1994), no âmbito dos movimentos sociais rurais na Amazônia. Novas formas de organização e de mobilização social, novas por não estarem nos marcos da organização social clássica. Os sindicatos de trabalhadores rurais, em regra vinculados aos partidos de esquerda de inspiração marxistas, e tampouco as estruturas urdidas pelo Estado. Essas relações, fundadas na diversidade de interesses, expressam um novo ordenamento de poder político, poder este que consubstancia os interesses de lideranças individuais e de seus respectivos grupos fora do controle clientelístico do Estado e do mando oligárquico. Esses atores se encontram para além das estruturas sob o domínio desses dois atores (estado e oligarquias), fato que corrobora para a emergência das estruturas de poder local.

Registra-se no Sudeste Paraense um processo de divisão/fragmentação, desconstituição/constituição de novas territorialidades que ao emergirem polarizam com os “guardiões dos territórios anteriores”, uma vez esta se traduz pela desordem e pelo crescimento não controlado do espaço das cidades (BOURDIN, 2001). A constituição dos novos municípios é a externalidade perceptível de um processo que perpassa pela modernização da base produtiva, gerando conflitos de interesses entre os atores detentores do poder com os novos atores que representam as novas relações socioeconômicas.

Deve-se resgatar que as atividades econômicas assentadas no extrativismo da castanha estabelecem uma formação social e cultural própria. Sendo assim, há um processo de fragmentação político-sócio-cultural, na medida em que as estruturas de poder eram apropriadas por famílias, e estas se apropriavam das estruturas de poder institucionalizadas, no caso o Executivo e o Legislativo municipal, contudo quando essas novas lideranças ingressam no cenário político tem de disputar o espaço com aqueles que deitem o poder.

A nova economia, no caso a mineradora, transpõe as fronteiras, interligando o “local” com o global, no qual prevalece a lógica do mercado, e não dos interesses familiares, o processo se torna impessoal, não se trata mais do poder dos Mutrans,

dos Pinheiros, mas de um ente impessoal que atende pela denominação de mercado, e isso se dá através de uma rede de empresas capitaneadas pela CVRD⁴⁶. As novas estruturas são funcionalmente interligadas, assumindo visibilidade através dos “núcleos organizadores da empresa capitalista e do aparelho burocrático do Estado. Tem-se, dessa forma, a institucionalização de uma ação econômica e administrativa racional.

A CVRD e suas congêneres têm por finalidade o lucro. Assim sendo, é preciso adequar seus procedimentos e meios para obtenção do objetivo matricial. Sua eficiência está relacionada, aos meios que adota para obter seus fins. Sendo assim, o cotidiano é tomado por uma racionalização cultural e social, fato que leva à dissolução de antigas estruturas tradicionais⁴⁷.

Como afirma Giddens (2003), nenhuma sociedade tradicional o é de completo nem as tradições e costumes foram inventados. Além disso, as tradições sempre incorporaram o poder. Frente a tais observações, não se deve considerar que a invenção consciente da tradição está presente apenas na modernidade. As tradições são inventadas e reinventadas, pois elas evoluem ao longo do tempo, uma vez que não existe tradição impermeável à mudança.

As tradições, podemos assim dizer, não mudam: elas se constituem em um mito. Sendo assim, quando se fala de estruturas tradicionais de poder, fala-se de uma invenção para atender aos interesses dos detentores do poder, e até mesmo passando a ideia de que tais estruturas remontam a tempos imemoriais. Por conseguinte, cria-se assim uma blindagem de defesa às mudanças. Ancorado nessa ideia, subjaz a noção de imutabilidade das estruturas vigentes.

Neste capítulo, optamos em analisar o processo de criação de novos municípios tendo como referência matricial as percepções (para efeito analítico) ou “os pontos de vista”, construídos a partir das falas das lideranças de Marabá, numa abordagem qualitativa.

⁴⁶ O Projeto de Ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é um sistema integrado - mina, ferrovia, e porto - voltado para a mineração e exportação de ferro da província mineral de Carajás, sendo considerado um dos maiores depósitos de ferro do mundo com 18 bilhões de toneladas de ferro de alta qualidade (COELHO, 1997).

⁴⁷ Anthony Giddens em *Mundo em descontrolado* (2003) apresenta a origem da palavra tradição, segundo ele - as raízes lingüísticas da palavra tradição são antigas. A palavra inglesa *tradition* tem origem no termo latino *tradere*, que significa transmitir, ou confiar algo à guarda de alguém. *Tradere* foi originalmente usado no contexto do direito romano. Segundo o autor, não é verdade, pois o termo tradição tal como conhecemos, é na verdade um produto dos últimos duzentos anos.

André (1995)⁴⁸ faz uma reflexão sobre a fenomenologia como uma das principais tendências da abordagem qualitativa. Segundo o referido autor, as raízes históricas e os fundamentos da abordagem qualitativa remontam do final do século XIX, quando os cientistas sociais começaram a indagar se o método de investigação das ciências físicas e naturais, era fundamentado numa perspectiva positivista de conhecimento, devendo continuar servindo como modelo para os estudos dos fenômenos humanos⁴⁹.

As falas, que serão apresentadas nesta seção, foram conseguidas por meio de entrevistas, que uma vez transcritas, fazem o discurso oral, das lideranças entrevistadas. Temos ciência de que a ordem, segundo a qual estão distribuídos os casos analisados, visa aproximar, durante a leitura, pessoas cujos pontos de vista são inteiramente diferentes e, por vezes, confrontados.

É com esse entendimento e nesse contexto, que agruparemos as falas de lideranças políticas que assumem papéis diferenciados na estrutura de poder institucionalizado. Em outros casos, falas de lideranças que ocupam papéis sócio-políticos e econômicos diferentes nas relações do poder local.

Para compreender as percepções construídas por lideranças que estão atualmente situadas em estruturas de poder diferentes, vamos sobrepor-las e, em alguns casos, quando considerarmos conveniente, confrontá-las, mesmo sabendo que essas lideranças têm algo em comum: a condição de quem está no exercício do poder. Logo, por deste preâmbulo, informamos aos leitores que fizemos consciente a opção em dialogar com lideranças que possuem interesses diferentes, mas que têm em comum a condição de autoridades e lideranças públicas no exercício de seus mandatos.

A partir dessa perspectiva, buscamos fazer compreender o motivo da criação dos municípios em estudo, recorrendo a um modelo teórico que centraliza de forma

⁴⁸ O autor pondera sobre o risco de se continuar empregando de forma genérica o termo pesquisa qualitativa. Concluindo pela necessidade de reservar os termos quantitativos e qualitativos para designar os tipos de dado coletado, e sugere o emprego de termos mais precisos quando se quiser identificar diferentes modalidades de pesquisa.

⁴⁹ Segundo ela, Dilthey que era historiador foi o primeiro a fazer esse tipo de indagação e a buscar uma metodologia diferente - argumentando que os fenômenos sociais e humanos são muito complexos e dinâmicos, o que torna quase impossível o estabelecimento de leis gerais como na física e na biologia. Segundo ele, quando se estuda história, o interesse maior é pelo entendimento de um fato particular e não as causalidades, ou seja, sua explicação causal. Sendo assim, ele sugere que os problemas das investigações utilizem como abordagem metodológica a hermenêutica, que se preocupa com a interpretação dos significados contidos num texto, levando em conta cada mensagem desse texto e suas inter-relações.

abstrata e lógica a sua análise no comportamento racional dos agentes, seja quando estes atuam individualmente ou em ações coletivas. Assim, o estudo que desenvolvemos aborda a relação entre racionalidade individual e racionalidade coletiva, como uma questão central.

A tese que ora apresentamos se constitui na seguinte assertiva: a de que as lideranças locais recorreram à criação de municípios como meio de obterem estruturas de poder político, através das quais maximizariam seus interesses individuais e coletivos, assegurando a si próprias vantagens econômicas políticas e distinção social.

Segundo essa proposição, há um predomínio de comportamentos orientados pelo cálculo guiado por interesse, uma vez que nessa análise a racionalidade não será aplicada aos fins de um agente, mas somente aos seus meios. Isso resulta da definição de racional como eficiente, isto é, maximizar as vantagens que pode obter considerando os seus interesses (DOWNS, 1999).

É válido ressaltar que temos claros os obstáculos teóricos e metodológicos, no sentido de apreender a objetivação contida na ação individual e coletiva dos sujeitos na relação que estabelecem entre si, suas ações e a natureza da ordem ou estrutura social em que se inserem essas ações.

Trabalharemos com a noção de que existe uma ordem social que fornece regras e normas para as ações dos sujeitos, embora ela esteja constantemente em processo de construção (ou desconstrução), através da negociação dos significados, de sanções, de hierarquias, e das próprias normas. A ordem social e antes de tudo, negociação de poder, de conflitos, de interesses e normas diversas (e quase sempre divergentes) pelos atores individuais e grupais.

Este capítulo apresentará as falas das lideranças entrevistadas, perpassando pelas seguintes abordagens: 1) emancipação dos municípios; 2) os novos municípios e o desenvolvimento do Sudeste Paraense; e 3) a representação político parlamentar.

Nesta primeira seção estamos apresentando as falas das lideranças dos municípios emancipados. São os prefeitos dos municípios de Eldorado dos Carajás, Parauapebas e Canaã dos Carajás, presidentes de Associação Comercial e Industrial (Parauapebas), e os representantes da CVRD nos municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás.

7.1 OLHARES E PERCEPÇÕES⁵⁰ DAS LIDERANÇAS SOBRE O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS A PARTIR DAS LIDERANÇAS DOS MUNICÍPIOS EMANCIPADOS

Existe no campo político uma censura ao limitar o universo do discurso político, sobretudo, pela censura. Deste modo, as falas e as percepções que ora apresentamos são expressões de atores que se encontram no campo político. Suas posições devem ser inseridas no universo daquilo que é pensável politicamente, dos discursos susceptíveis de serem produzidos, ou reproduzidos nos limites da problemática política do espaço das tomadas de posição, sendo estas efetivamente realizadas no campo, em consonância com as leis que regem a entrada do político e a sua permanência neste campo. Não estamos procurando a verdade

Há quinze anos (1988), a configuração geopolítica do Sudeste Paraense ganhava novos contornos. Eis que o município de Marabá passaria por um processo de desmembramento, dando origem a cinco novos municípios. No primeiro momento, mais especificamente em 1988, foram criados os municípios de Parauapebas e Curionópolis, e no segundo momento, Parauapebas deu origem à Água Azul do Norte, e Canaã dos Carajás. Por sua vez, Curionópolis também foi desmembrado, surgindo: Eldorado dos Carajás, ambos os casos se deram em 1991.

É razoável de se conjecturar que todo processo de divisão implica em perdas e ganhos, posto que alguns abdicaram de direitos, como ter uma determinada extensão territorial, atividades econômicas, receita financeira. Mas ao término desse processo, a contabilidade política não deve registrar perdas para os participantes, uma vez que na condição de governantes, as lideranças políticas serão avaliadas pelos seus eleitores

E, sendo assim, considerando que o objetivo precípua de um governo é sua reeleição e/ou a manutenção do seu grupo político no poder, suas ações políticas não podem conspirar contra seu objetivo matricial. Neste sentido, as concessões devem ser até o limite da aceitação dos eleitores.

É nesse contexto de entendimento que a nossa tese busca entender porque foram criados os municípios em questão neste estudo? Adotamos essa questão como nosso objetivo basilar. Portanto, recorreremos como procedimento metodológico

⁵⁰ Entendido como leituras do real feitas por pessoas que de alguma forma interagem com o objeto de estudo.

à apreensão das falas das lideranças locais na perspectiva de visualizarmos os diferentes pontos de vista.

Neste capítulo agruparemos as falas das lideranças locais por temas. Imbuídos desse propósito, faremos uma distinção entre as lideranças que tiveram seus municípios criados e as que representam Marabá, na condição de município sede. Essa postura parte do pressuposto de que são interesses diferentes, pois:

O sociólogo não pode ignorar que é próprio de seu ponto de vista ser um ponto de vista sobre um ponto de vista. Ele não pode re-produzir o ponto de vista de seu objeto, e constituí-lo como tal, re-situando-o no espaço social, senão a partir de um ponto de vista muito singular (em um sentido, muito privilegiado) onde deve se colocar para estar pronto a assumir (em pensamento) todos os pontos de vistas possíveis (BOURDIEU, 2004, p. 143)

Neste momento, ilustraremos os pontos de vistas das lideranças, observando as vozes dessas pessoas com as vozes do pesquisador, num exercício contínuo, e eventualmente conflitante. Porém, buscaremos não incorrer na substituição de um pelo outro. Consideraremos a observação de Haguette (1990), quando analisa que as falas dos informantes representam meramente sua percepção, filtrada e modificada, o que se expressa pela sua capacidade de verbalizar as informações. Ou seja, temos que reconhecer que estamos recebendo meramente o retrato que o informante tem de seu mundo, cabendo a nós pesquisadores, avaliar o grau de correspondência de suas afirmações com a realidade objetiva. Outro aspecto importante se traduz no fato de que o interlocutor transmite sentimentos relacionados com o passado, não com o presentes.

A partir dessa postura, buscaremos, nas falas individuais das diferentes lideranças dos municípios emancipados sobre os processos de emancipação e das lideranças de Marabá, entender como estas percebem os acontecimentos.

7.2 AS EMANCIPAÇÕES: O OLHAR DAS LIDERANÇAS LOCAIS⁵¹

As emancipações devem ser entendidas como resultantes de uma disputa política travada no campo político. Assim, toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político. Desta forma, naturalizará os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os “agentes politicamente ativos” e os “agentes politicamente passivos”, constituindo em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital.

Neste caso, porque alguns assumem a condição de agentes ativos e outros passivos? Nessa situação encontramos alguns exercendo a condição de lideranças políticas e autoridades constituídas, como decorrência do acúmulo de capital econômico e cultural apropriado por eles e os grupos de interesses aos quais estão vinculados, haja vista que a distribuição desse capital se dá de forma desigual. Nesse sentido, as emancipações devem ser entendidas no contexto de um campo de forças, cujas lutas têm em vista transformar a relação de energia que confere a este campo. A sua estrutura, em dado momento, faz-se perceptível por intermédio, sobretudo, da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantém com os seus mandatários.

Isso nos faculta o direito de pensarmos as relações sociais, econômicas, políticas e culturais inseridas na lógica de um mercado, por um lado, sob a perspectiva da lógica da oferta. Por outro, o registro de que há uma distribuição desigual dos instrumentos de produção de representação do mundo social explicitamente formulada.

O lugar em que se geram, o campo político, é marcado pela concorrência entre os agentes que nele estão envolvidos, entre os quais os cidadãos comuns são reduzidos ao *status* de “consumidores”, cabendo a estes apenas o direito de escolher ente os produtos produzidos e ofertados, a partir dos interesses de outros.

⁵¹ Para este momento serão apresentadas as percepções das lideranças dos municípios desmembrados de Marabá (Parauapebas, Curionópolis, Eldorado do Carajás e Canaã do Carajás), a partir de relatos coletados por meio de entrevistas realizadas nessas localidades, no período de 2004 a 2005.

Sendo assim, as falas apresentadas a seguir são de lideranças políticas detentoras dos instrumentos de representação social. Desta forma, o que eles elegeram como dizível através de suas falas, visa uma determinada construção social, cujos instrumentos de produção dessa representação estão sob monopólio deles.

A partir dessa perspectiva, o ponto de vista da liderança de Eldorado é o seguinte:

Bom [...] Eldorado é neto de Marabá [...] é filho de Curionópolis [...] da cidade de Curionópolis [...] onde houve a explosão [...] na época [...] da Serra Pelada [...] do garimpo da Serra Pelada [...] então [...] Eldorado veio a nascer em função do garimpo da Serra Pelada [...] que naquela época não se podia entrar mulher e bebida no garimpo [...] então os garimpeiros saíam do garimpo da Serra Pelada [...] e iam para a periferia de lá do garimpo [...] e Eldorado [...] naquela época [...] era periferia do garimpo da Serra Pelada [...] daí nasceu o povoado da Serra Pelada. (Prefeito de Eldorado).

Como se observa, a explicação das causas da criação de Eldorado de Carajás se baseia numa lógica, segundo a qual, seria algo natural, ao ponto de fazer analogia à rede familiar, em que estão inseridos o pai, os filhos e os netos. Nada mais natural, já que um é procedente da existência do outro. Em suma, Eldorado existe porque dispõe de garimpo e de restrições de acesso registradas, principalmente, com relação à entrada de mulheres:

Foi um consenso [...] porque Eldorado está localizado geograficamente num ponto estratégico [...] num cruzamento de duas PA [...] que naquela época era zona rural de Curionópolis [...] só que a zona rural estava num local privilegiado e a sede do município ficava [...] então [...] no meio [...] e a zona rural que seria Eldorado [...] estava geograficamente bem localizada [...] então [...] quando se vai para o garimpo [...] para a Serra Pelada [...] é passagem [...] parada obrigatória [...] pelo trevo que é hoje Eldorado [...] então [...] entrava-se pelos fundos do município para ir para Serra Pelada [...] Eldorado é entrada e saída [...] então ninguém ia para lá para o meio [...] ia saindo da Serra Pelada para Eldorado [...] e Serra Pelada [...] esse era o movimento [...] porque Eldorado era a entrada..apesar de ser a zona rural do município [...] mas era entrada [...] passagem obrigatória [...] o processo do fluxo se dava do fundo para o meio [...] nunca se ia para a sede. .

Assim, a criação do município de Eldorado é concebida pelo nosso interlocutor como algo consensual, o que significa dizer, segundo ele que não houve rupturas entendidas aqui como conflitos de interesses entre as lideranças existentes que resultasse em derrotas políticas. Sendo assim, tratar-se-ia de um processo natural marcado pelo consenso de posições em torno da emancipação. Além disso,

ele faz referência à posição geográfica que favoreceria a constituição de um núcleo urbano.

A região hoje pertencente ao município de Eldorado foi habitada, primeiramente, pelos índios Taká-y-una (no século XVIII), Araapy (século XIX) e Kaiapó, até 1958. A área começou a ser ocupada com a instalação das fazendas "Barreira Branca" e "Macaxeira". As famílias pioneiras chegaram ao local em 2 de maio de 1980. Em pouco tempo, o PFC e o garimpo de Serra Pelada atraíram milhares de pessoas para a região, que fazia parte do município de Curionópolis. A maioria da população de Eldorado foi assentada pelo Governo Federal. E, conforme o INCRA), o município, na realidade, é uma grande área de assentamento.

A agricultura e o extrativismo mineral são os principais setores da economia de Eldorado do Carajás. Aproveitando a boa fertilidade do solo, a Prefeitura e o INCRA vêm desenvolvendo projetos de incentivo à produção agrícola, principalmente de arroz e milho. A fruticultura tem alcançado uma boa produção de banana e cupuaçu. O agricultor, porém, enfrenta dificuldades para escoar a produção, devido à precariedade das estradas e à falta de meios de transporte, situação que só beneficia os atravessadores. Também vem sendo incentivada a participação da comunidade, através de associações, no planejamento do setor agrícola. A EMATER participa desse processo de integração, dando orientações sobre alimentação e medicina alternativas, cuidados básicos com a saúde e apoio à educação.

Eldorado do Carajás tem uma boa produção de níquel, ouro, cobre, ferro e manganês. Mas, o fechamento do garimpo de Serra Pelada, com a consequente proibição da lavra manual pelos garimpeiros, acabou provocando uma queda acentuada no comércio local:

E o prefeito [...] concordou [...] houve um acordo [...] inclusive uma necessidade [...] que um município muito grande [...] que era Curionópolis [...] para você ter uma ideia [...] Eldorado com aproximadamente 3.900 km² [...] era uma zona rural [...] então [...] o que aconteceu foi o desmembramento da zona do município de Curionópolis [...] que em decorrência desse grande fluxo do projeto de extração de ouro da Serra Pelada [...] houve aquele inchaço do município [...] e na época Eldorado foi emancipado com seis mil e poucos habitantes e Curionópolis tinha sessenta mil habitantes no total [...] contando com os garimpeiros [...] que pertencem a Curionópolis [...] hoje inverteu [...] Eldorado está com aproximadamente 40.000 habitantes e Curionópolis com 17.000 habitantes .

A região estava vivendo um momento de novos arranjos territoriais, por força da presença de novos atores, em especial, dos garimpeiros que conformavam um contingente expressivo de pessoas. Sendo assim, os interesses estavam voltados para mina de ouro, no caso da fala acima se podem extrair algumas ponderações do tipo:

- 1) Eldorado de Carajás se desmembra de um município rico em produção de ouro (Curionópolis), na época, Eldorado era o lado pobre, onde não havia ouro;
- 2) Eldorado era uma localidade dormitório, ou melhor, onde os homens do garimpo, mais de sessenta mil, encontravam mulheres e bebidas, onde as instituições eram quase inexistentes. Sendo assim não se tratava de um ambiente marcado pelo registro do capital social ou de identidade regional, do tipo sentimento de pertencimento;
- 3) Curionópolis, com uma expressiva população e uma significativa receita financeira decorrente da produção de ouro, considerou mais oportuno “se ver livre” daquele que seria um ambiente profícuo à proliferação de problemas sociais. Neste caso, Curionópolis não estaria perdendo sua área rural, mas se livrando de um problema social.
- 4) Eldorado surge sem uma rede institucional mínima, nem tampouco com uma base produtiva definida, embora seja caracterizada como a zona rural. Trata-se de uma localidade marcada por migrantes excluídos do processo produtivo de Carajás. De certo, eram mão-de-obra sem qualificação para ser absorvida pela indústria em Parauapebas. E por outro lado, tratava-se de uma localidade à margem da mina de ouro. Isto significa dizer que teve de se fazer município, em situações adversas, posto que a própria população que serviria de base para formação do novo município era tão nova na região quanto à própria ideia de fazer aquela localidade um município.

O discurso, nesse caso, bem como a passagem do implícito ao explícito e a impressão subjetiva, assumem a expressão objetiva, constituindo num ato público e representando uma forma de oficialização de legitimação. E a instituição entendida como o que já está instituído, já explicitado, exerce ao mesmo tempo um feito de assistência e de licitação e um efeito de arrematação e de mudança de posse.

Fora dos períodos de crise, a produção das formas de percepção e de expressão politicamente atuantes e legítimas é monopólio dos profissionais. A limitação inerente ao funcionamento do campo político se vê na lógica censitária, que rege de fato o acesso às escolhas entre os produtos políticos oferecidos. O monopólio da produção – entregue a um corpo de profissionais, quer dizer, o constrangimento – pesa nas opções dos consumidores, que estão tanto mais condenados à fidelidade (delegação incondicional aos seus representantes) quanto mais desprovidos estão de competência social para a política e de instrumentos próprios de produção de discurso ou atos políticos.

O mercado da política é um dos menos livres que existem. Os constrangimentos do mercado pesam, em primeiro lugar, sobre os membros das classes dominadas que não têm outra escolha a não ser a demissão ou a entrega de si ao partido.

As ciências sociais têm como hipótese a complexidade das sociedades. Isso ocorreria na medida em que, grupos de pequenas dimensões e de pouca complicação, aos quais pertencemos por nascimento, se desfaçam diante dos grupos numerosos, diferenciados, de grandes dimensões nos quais as pessoas entram e dos quais saem à vontade, enquanto a coação passa pelas leis, pelos regulamentos e contatos.

No entanto, nas últimas décadas se questiona a hipótese, afirmando que tal forma de complexidade social representa um fracasso e que o futuro das sociedades humanas está na volta aos grupos primários. Isso pode redundar num discurso que valoriza a família, a comunidade religiosa, cultural ou étnica e a vizinhança. Em suma, a sociologia se pergunta se ainda existe uma sociedade, ao que alguns respondem que ela foi substituída pela individuação ou pela mobilidade, outras que ela dá lugar à proximidade.

Decorre daí o valor extremo atribuído à localidade. A uma análise mais profunda da fala do nosso interlocutor, pode-se perceber a ideia de complexidade social e implícita, pois seria natural um pequeno agrupamento humano evoluir à

condição de núcleo urbano, formando uma cidade para essa chegar à condição de um município.

No caso de Canaã dos Carajás, sua origem está relacionada aos projetos de colonização operacionalizados durante os governos militares, no caso dessa microrregião eram os Cederes 1, 2, 3. Atualmente, em decorrência do registro de minério, foi implantado o projeto Sossego, fundamentalmente decorrido da existência da mina de cobre, como podemos observar na fala a seguir:

[...] mas aí com a chegada da exploração do projeto Sossego [...] o município de Canaã ficou falado [...] nem só estadualmente [...] como nacionalmente [...] lá no exterior pra fora e tudo [...] Canaã está falada em todo lugar do mundo [...] vamos dizer assim [...] pelo projeto Sossego [...] mas a verdade é isso aí [...] hoje o pessoal [...] o povo hoje tá atrás de melhoria [...] atrás de emprego [...] então daí pra cá de um ano pra cá Canaã dos Carajás a população hoje [...] se for fazer um novo censo já dobrou a população. (Presidente da Câmara de Canaã dos Carajás).

O cenário apresentado difere do anterior, uma vez que não se tratava de uma população de excluídos, como: prostitutas e mão-de-obra sem qualificação; localizados à margem da mina de ouro. Pelo menos em um aspecto, tratava-se de uma situação diferente, posto que estava sobre uma grande mina de cobre, e não à margem de um garimpo ou sobre uma mina de cobre. Certamente, as motivações nesse caso são diferentes. Essa localidade que adquiriu a condição de município, através da lei 55.860, de 5 de outubro de 1994, registrou na sua história recente várias mudanças, sejam elas de infraestrutura física, demográfica ou cultural, em função de sua composição demográfica ser de migrantes. Mas se os migrantes de ontem eram produtores rurais em busca de terra, os de hoje são “aventureiros” em busca de oportunidades, além de profissionais liberais atraídos pelo projeto minerador.

O discurso dos interlocutores é de que se urbanizou o rural, levantou-se uma cidade, onde só existia um “vilarejo”. Hoje, as atividades econômicas decorrentes do projeto Sossego alteram a estrutura social existente. Um agrupamento humano constituído de pequenos produtores rurais, que produziam para sua subsistência, transformando-o em uma cidade dotada de uma estrutura institucional⁵² dinâmica,

⁵² Canaã dos Carajás é administrado pelo prefeito Anuar Alves da Silva e o Vice Altamiro Mendes dos Santos. Vereadores: Zito Augusto Correia, Mario Alves da Silva, Dermivaldo Pereira da Costa, Amintas Ferreira de Oliveira, Tatiane Oliveira Silva Gaspar, Walter Diniz Marques, Gilson Oliveira Campos, Otaviano de Fátima do Nascimento.

cujas atividades econômicas estão conectadas com a economia mineradora de escala internacional.

Então porque Parauapebas aceita perder uma área do seu território, na qual estava uma mina de cobre? Ao passo que se atribui à existência do projeto Sossego a condição de fator atrativo das populações migrantes, soma-se a este aspecto outro argumento usado para explicar a emancipação propriamente dita.

Olha [...] foi à Igreja Assembléia de Deus [...] Pastor Miguel foi um dos heróis daqui pela emancipação [...] Olha porque nós tem a distância de Parauapebas para a sede do município de aproximadamente 70 km [...] a dificuldade era grande [...] aqui era uma colônia [...] era um assentamento [...] era o CEDERES 1,2,3 [...] Aí o povo achava [...] reuniram todo mundo [...] né e acharam melhor ter de emancipar o município por que ficaria melhor. .

Além da distância aludida, percebe-se o consentimento, ou apoio por parte das lideranças locais de Parauapebas sobre o movimento emancipacionista existente em Canaã. Não se percebe nesta fala alusões a atos políticos em vias públicas, como: passeatas, partidos políticos, envolvimento de sindicatos, lideranças políticas.

Aliás, substituindo os líderes, observa-se a figura de um herói solitário, mas que representa uma importante instituição religiosa. Sendo assim, ele destaca a participação dessa liderança religiosa. Ou seja, na ausência de lideranças partidárias, sindicais – atores representantes das estruturas clássicas, entendidas aqui como partidos e sindicatos – quem assume é a igreja.

[...] e graças ao ex- prefeito de Parauapebas Chico das Cortinas que foi quem deu o aval para a emancipação daqui [...] a Assembléia Legislativa do Pará deu carta verde [...] e daí pra cá [...] em 96 [...] foi isso mesmo [...] 5 de outubro de 95..em 96 já surgiram os primeiros candidatos a prefeito e a vereador desse município ainda com uma população pequena [...] na época [...] em vista de hoje. .

Atribuí-se, especialmente, aos atores exógenos, a efetivação da emancipação, imputando aos dois prefeitos de Parauapebas, uma posição de destaque, haja vista que não se opuseram às emancipações como se pode observar na fala a seguir:

[...] o Faissal era a favor [...] deu na época que não tinha energia elétrica direto da barragem [...] era a motor [...] quando o faissal foi prefeito aqui teve energia elétrica de graça para a população [...] na época ele ficou

contra..mas quando entraram em debates [...] que ele viu que não dava conta de vencer [...] ai se entregou e apoiou [...] ele se tornou a favor por força do movimento.

Soma-se, agora à distância a ausência do poder público executivo na localidade candidata à emancipação. Neste caso, além dos 70 quilômetros que separam Parauapebas de Canaã, o nosso interlocutor expressa uma crítica ao estado de abandono em que se encontrava a população:

[...] E o prefeito que foi eleito o segundo que era o Chico das Cortinas [...] foi a única coisa que ele fez para Canaã foi dar o sinal verde para a emancipação [...] não fez nenhuma obra aqui dentro dos quatro anos [...] não trabalhou em nada dentro do município [...] se nós quiséssemos arrumar a estrada [...] nós juntamos a sociedade [...] A única herança que o Chico das Cortinas deixou..o prefeito..né? [...] foi convencer eles que era melhor que desmembrassem pra criar um novo município aqui. .

O fato de Canaã dos Carajás ter sido, um assentamento, antes de se constituir em município, faz com que a formação social deste novo município se diferencie de Eldorado dos Carajás, posto que se para este se dirigiram, sobretudo garimpeiro e, para os outros, trabalhadores e produtores rurais:

Canaã foi uma iniciativa de assentamentos por isso que surgiu Cederes II [...] num era Canaã..era Cederes II..Cederes I..II..III [...] sso fazia parte do loteamento pra fazer um loteamento [...] e desse loteamento surgiu Canaã dos Carajás [...] quando foi em 94 surgiu a briga pra criar o município.. o Cederes II.. transforma ele em município desmembrando de Parauapebas. (Prefeito de Canaã dos Carajás).

Mas os pontos de vista são diferentes quando se trata do comportamento das lideranças de Parauapebas, pois, para uns, o prefeito de Parauapebas avalizou o processo, ou seja, teria apoiado a emancipação. Para outros, o prefeito de Parauapebas foi vencido pelas circunstâncias existentes na localidade, uma vez que ele não “queria” ver aquela área emancipada, em decorrência da suposta existência de uma mina de cobre. Mas, além disso, faz-se nessa fala alusão ao processo político através do qual se obteve a emancipação.

Devemos considerar na análise dos discursos dos nossos interlocutores o fato de que embora esteja no exercício de cargos públicos, a posição que eles ocupam no campo político é diferente, e inclusive elegeram-se por partidos diferentes:

Foi feito um plebiscito [...] várias reuniões mesmo e o Faissal era o prefeito na época..ele não queria dividir [...] ele não aceitava essa divisão [...] porque

ela achava que já viria a de uma possível descoberta de minério aqui em Canaã e ai ele não queria que a divisão acontecesse. .

Percebe-se na fala desta liderança um destaque para o processo político envolvendo reuniões, líderes religiosos e a participação de deputados. Isto nos possibilitou realizar um trabalho com a hipótese de uma rede política que proporcionou a viabilização dessa emancipação, uma vez que, do ponto de vista político-legal, exigia-se alguns procedimentos. Dentre eles, podemos destacar o plebiscito, a aprovação na Assembléia Legislativa e sanção por parte do governador do estado, sendo lícito supor que algumas lideranças são envolvidas nesse processo, tais como o prefeito e a câmara de vereadores do município, no qual será realizado o desmembramento.

Os deputados estaduais participaram, mas deve-se destacar em particular o deputado com votação na região e o próprio Governo do Estado. Sendo assim, é válido conjecturar que uma operação como esta envolve uma rede de atores e interesses, devendo-se considerar, também, a presença da CVRD, uma vez que essa empresa dispõe de empreendimentos na região, em particular nos municípios aludidos.

Em matéria de política como em matéria de arte, o desapossamento dos que são em maior número e correlativo, ou mesmo consecutivo, sobre a concentração dos meios de produção propriamente político, nas mãos de profissionais, que só com a condição de possuírem uma competência específica, podem entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político.

Isso significa que, para compreender completamente os discursos políticos que são oferecidos ao mercado, em dado momento, cujo conjunto define o universo do que pode ser dito e pensado politicamente, envolvendo a sua própria cumplicidade, em particular quando recém eleitos, têm acesso a uma instância política para onde poderiam levar. O “falar franco” sobre essa liberdade poderia se tornar em uma maneira atentatória às regras do jogo.

No caso da CVRD o discurso apresentado pelo seu representante em Canaã dos Carajás, deve ser situado no contexto de um ator que dispõe de autonomia, dado o papel que a empresa desempenha. Nesse sentido, pode-se observar que quando fala em emancipação ele destaca: “

Você tem Marabá [...] mas a extensão territorial é tão grande..tão grande..que muitas vezes o poder executivo tinha muita dificuldade de poder administrar o todo [...] decorrente desse fenômeno [...] pra você sair de Marabá e chegar a Parauapebas são duas horas de carro hoje [...] naquela época que não tinha o asfalto vai quatro [...] seis horas.

O mesmo argumento é apresentado em relação ao município de Canaã dos Carajás:

De Parauapebas para Canaã na minha opinião o mesmo fenômeno aconteceu, você saía de Parauapebas hoje [...] você faz em uma hora [...] 45 minutos..mas no ano passado antes de nós começarmos a fazer a estrada esse trajeto nesse período de chuva de seis, oito horas.

Percebemos que o argumento é frágil, sendo perceptível, quando o próprio autor reconhece que se tratava, sobretudo, de ausência de infraestrutura, particularmente de estradas pavimentadas. Neste caso, não era tanto a distância, mas a ausência de uma logística.

Logo em seguida, reconhece uma complexidade maior no fato em análise ao agregar outras variáveis, como o crescimento econômico da localidade demandante:

Que dizer uma economia que estava crescendo e aí eu acho que também esse movimento acabou acontecendo [...] na época provavelmente o município não se apercebeu que aqui tinha esse potencial..num município sede e abriu [...] em determinadas regiões aonde o desenvolvimento acontecia de maneira mais forte normalmente [...] vinha os conflitos [...] vinha o interesse muitas das vezes [...] uma coisa aliada a outra [...] e esses movimentos levavam aos desmembramentos.

Ora, aludir à ignorância das autoridades de Marabá, não dá conta da racionalidade contida no processo, sendo assim pondera que, no caso de Parauapebas e Canaã dos Carajás, estava colocada a instalação dos projetos minerais de ferros e cobre respectivamente.

O interlocutor fala como um personagem distante ou ausente dessa realidade, como se a CVRD não tivesse nenhum interesse. Mesmo quando alude à ocorrência de conflitos esses não envolveriam os interesses da empresa mineradora (MSS/CVRD/ Canaã dos Carajás).

Dando continuidade ao seu raciocínio faz a seguinte ponderação sobre as emancipações:

Que dizer uma economia que estava crescendo [...] e aí eu acho que também esse movimento acabou acontecendo [...] na época provavelmente

o município não se apercebeu que aqui tinha esse potencial [...] num município sede e abriu [...] Eu acredito que se fosse nos dias de hoje provavelmente a sede do município não abriria dessa forma tão facilmente [...] até porque hoje é mais difícil você fazer desmembramentos de município [...] Se fosse nos dias de hoje até pela própria legislação você teria que [...] . (Representante da CVRD Canaã dos Carajás).

Existe uma simetria nas assertivas apresentadas. Vejamos:

Naquela época que não tinha o asfalto vai quatro [...] seis horas [...] De Parauapebas para Canaã na minha opinião o mesmo fenômeno aconteceu [...] Você saía de Parauapebas hoje [...] você faz em uma hora [...] 45 minutos [...] mas no ano passado antes de nós começarmos a fazer a estrada esse trajeto nesse período de chuva de seis [...] oito horas.

O interessante é que a distância tão aludida com o fator importante nas emancipações foi superada. Aliás, a CVRD teve papel importante, pois com relação especificamente à distancia entre Parauapebas e Canaã, foi a empresa de mineração que executou as obras de asfaltamento.

A extensão territorial é apontada em certo momento e, em outro, tem-se alusão à distância. Mas, a fala do interlocutor em questão se dirige em direção de um aspecto que não é momentâneo, ou seja, o exercício e administração do poder público. Por outro lado, o interlocutor pondera o fato de os estados de São Paulo e Minas Gerais se destacarem, tanto ao aspecto do desenvolvimento quanto por terem uma malha municipal expressiva. Nesse sentido, sinaliza para a possibilidade do crescimento do número de municípios acompanharem, de certa forma, a complexidade produtiva:

[...] eu acho que tem um haver com outra coisa, se você observar bem o nosso país mesmo ele teve São Paulo [...] Paraná, Santa Catarina, como você acabou de citar aí [...] Quando você vir o *boom* do desenvolvimento do nosso país [...] . na década de 60 e 70 [...] industrialização pesada [...] E ele aconteceu exatamente lá [...] o Norte eu acho que ele ficou dentro desse grande macro-planejamento como uma segunda situação [...] .e eu acho que essa segunda etapa do Norte é que a medida que ele vai começando a se desenvolver [...] ele vai também passando pelo mesmo fenômeno [...] eu [...] por exemplo [...] nasci [...] aliás [...] eu fui criado lá na barraca do Paraná [...] lá perto do pontal do Paranapanema [...] e aí eu me recordo do seguinte [...] muitos dos movimentos que a gente ver por aqui hoje [...] eles existiam lá naquela época [...].

Uma empresa do porte da CVRD se articula internacionalmente. Porém, faz isso de forma nova, não necessariamente através de filiais das multinacionais. A nova forma empresarial é a rede de empresas, nas quais se conectam departamentos de grandes organizações com uma grande autonomia de decisão;

localizações dessas empresas, em diferentes países; redes de empresas colaboradoras; e alianças estratégicas, específicas; segundo produto e função, tempo e espaço, entre grandes empresas e suas redes respectivas. (CASTTELS, 1999).

Parece provável que neste fim de século as redes globais de empresas, articuladas e coordenadas em torno das multinacionais constituam o núcleo da economia mundial, o núcleo essencial da acumulação de capital, orientação da produção, controle de mercados, absorção de informação e geração de inovação. Por essas razões, é razoável conjecturar que a CVRD de fato não tenha no seu planejamento uma ação destinada a criar municípios, mas deverá influenciar no sentido de superar obstáculos a seu funcionamento.

No entanto, num determinado momento, o interlocutor expressa uma ponderação que podemos denominar de “síntese de seu pensamento sobre o processo em questão”:

Mas [...] eu acho que o fato principal disso aí pra mim foi o desinteresse do município sede e o interesse daqueles que estavam querendo se emancipar naquela região pra ter uma vida melhor [...] .vida melhor que eu digo no sentido seguinte [...] eles [...] estavam [...] lá [...] já [...] estavam [...] praticamente [...] autônomos [...] independentes [...] já batalhavam e não tinham as benesses [...] Que dizer [...] os recursos muitas das vezes iam pra lá e não era colocado. (Representante da CVRD em Canaã dos Carajás).

Portanto, ainda que o Estado continue sendo um agente importante na indução do desenvolvimento, seu papel essencial consiste em receber e processar os sinais do sistema global interconectado e adequá-lo às possibilidades do país, deixando que as empresas privadas assumam o risco, bem como invistam e criem riqueza ou miséria, conforme suas capacidades e competências. (CASTELLS, 2000).

Confrontando com fluxos globais de capital, de produção, de comércio, de gestão, de informação e de crimes, o Estado-Nação foi perdendo, na última década, boa parte de seu poder. As funções e as atividades mais importantes são globais em seu núcleo. Mas o trabalho, os trabalhadores e a vida cotidiana continuam sendo locais, regionais e nacionais.

A crescente falta de operacionalidade do Estado-Nação para resolver os problemas econômicos, de meio ambiente e da insegurança cidadã produz uma crise de confiança e de legitimidade em boa parte da população em quase todos os países.

Golpeados pelas tormentas de transição histórica para uma nova economia e um novo paradigma tecnológico - abandonados por um Estado que concentra suas energias em navegar no encapelado oceano da globalização, desconfiados de políticos ineficazes e, frequentemente cínicos e corruptos - numerosos setores sociais se refugiam nas trincheiras de identidades construídas com base em sua experiência e seus valores tradicionais: sua religião, sua localidade, sua região, sua memória, sua nação e sua cultura étnica.

Ao questionamento do Estado-Nação pelos fluxos globais de capital, comércio e informação se acrescenta o solapamento de sua legitimidade por identidades singulares que não se reconhecem na cidadania abstrata de uma democracia cada vez mais retórica e de uma minoria globalizada.

É verdade que novos mecanismos de controle foram criados, no que diz respeito ao processo de criação de municípios, sendo esta matéria remetida para o Congresso Nacional. Essa medida foi tomada com o objetivo de subtrair o volume de emancipações registradas no país, uma vez que a Constituição Federal de 1988 delegou aos estados a prerrogativa de decidir sobre a divisão e a fusão de áreas territoriais municipais. No entanto, essa legislação foi considerada muito flexível. No caso do Pará, foram criados 37 municípios, a partir da nova legislação. Até 1988, o Pará era formado por 106 municípios. Hoje, tem 143.

A Emenda Constitucional nº 15, de 1996, modificou a lei, atribuindo à União a competência de legislar sobre limites territoriais e processos de emancipação. Não obstante às mudanças decorrentes da emenda supracitada, o que queremos registrar é o fato de que a criação desses municípios se deu baseada em regras. E no caso do objeto do nosso estudo, não estamos tratando da criação de um município, mas de cinco, representando cinco novas estruturas de poder que foram autorizadas, passando por plebiscitos, aprovação na Assembléia Legislativa e sanção governamental. Não se tratou de um assunto deliberado “às escondidas”, ao contrário, era de conhecimento público, que os eleitores se posicionavam, sem aludirmos à câmara de vereadores de Marabá e o prefeito.

Quando as lideranças políticas se expressam através do discurso consideramos que buscam uma verbalização que tanto contorne as rivalidades internas ao ambiente político, quanto considere também a gestão de seus próprios interesses, além de ir ao encontro das expectativas dos eleitores e fazê-los acreditar que são eles (os políticos) os melhores representantes de seus interesses. Sendo assim, recorreremos à proposição fundada na ideia de que as palavras podem trazer consigo duas facetas, uma vez que sempre será procedente de alguém para outrem.

A percepção de que o emissor de um discurso traz embutido nele sua memória social, cultural e econômica deve estar intrinsecamente relacionada com a ideia de que as lideranças possuem seus interesses individuais e coletivos. Dessa forma, a liderança política adotará o discurso que for mais conveniente aos seus interesses.

A votação faz o plebiscito e aí não depende do prefeito [...] .Os deputados Haroldo Bezerra [...] Paulo Dutra [...] teve vários deputados da região que entrou junto com a força e isso aí era a força da população e vamos dizer assim dos pastores de Igreja [...] católicos [...] assembleianos [...] aqui já tinha mais ou menos três mil eleitores [...] dois mil e tantos eleitores..eu não sei bem assim [...] mas parece que tinha que atingir mil e quinhentos votos pra poder. (Prefeito de Canaã dos Carajás).

Fazer com que as pessoas façam o que lhes é pedido significa convencer a maioria da população a se posicionar favorável à emancipação, através de um plebiscito. Os mecanismos de controle são o próprio plebiscito, a aprovação na assembleia e a sanção do governador, em última instância, diante da iminência de um conflito de interesses entre as lideranças locais e as lideranças do município do qual se pretende desmembrar. Nesta situação, o governador recorre ao mecanismo de controle que dispõe para dissipar esse eventual conflito: o veto.

O interessante é que mesmo tendo sido na administração dele que Parauapebas perdeu do seu território correspondente a 10.767.56 km. No entanto, ele conseguiu eleger a Prefeita Bel Mesquita e, em seguida, foi eleito deputado estadual, constituindo-se em liderança no município:

Parauapebas, ela é conseqüência [...] o crescimento populacional de Parauapebas é conseqüência de três fatos importantes que pactou [...] o que os fatos impactaram de forma significativa [...] significativo na emancipação do município [...] quais foram os fatos?.. Os primeiros deles é a própria instalação do projeto da Cia Vale do Rio Doce que foi a instalação e a construção da base para a exploração de recursos minerais [...] né isso?

[...] então haverá necessidade de construir uma estrutura nesse sentido [...] e isso fez com que essa região tivesse que importar uma quantidade muito grande de pessoas oriundas principalmente do estado do Maranhão que representa mais de 80% ou quase 80% da população local de Parauapebas [...] segundo dados de pesquisa realizada pelo próprio município de Parauapebas [...] Outro fato importante foi a reforma agrária feita na época pelo GETAT (Grupo Executivo de Terras Araguaia Tocantins) que visava naquele momento dois objetivos [...] primeiro diminuir a tensão social [...] na região ali do Bico do Papagaio [...] sendo Bico e outras cidades ali em volta [...] aonde que na década de 70 ocorreu o movimento de contestação de guerrilha (não é isso?) e também visava [...] é [...] fornecer ou criar aqui um cinturão de produção de alimentos da CVRD e também para a região toda (não é isso) e também prevenir já a questão de qualquer conflito interno que poderá originar área de forno da CVRD [...] ou seja [...] o GETAT [...] projeto do governo de ocupação dessa área [...] de criar uma estrutura de tranquilidade da CVRD [...] então exerce esse papel através do GETAT [...] se faz reforma agrária [...] não busca paraense [...] aqui não vem paraense [...] tá certo [...] não veio paraense e a terra é distribuída para goianos e o pessoal do Tocantins. (Deputado estadual representante de Parauapebas).

O ponto de vista do deputado de Parauapebas representa a síntese de três fatos, dentre os quais a atuação do GETAT, que expressava a presença do Governo Federal intervindo de forma direta na região. Ademais essa região é marcada por uma diversidade de atores, dos quais destacamos a Guerrilha do Araguaia, o Exército, GETAT, o SNI, a CPT, UDR, sindicato de trabalhadores rurais.

Recentemente, assume destaque a CVRD, que além de implantar uma logística produtiva para exploração do ferro, atividade econômica indispensável para o município, está presente também em Canaã dos Carajás, assumindo uma localização estratégica na geografia da região. De certa forma, hoje Parauapebas está para a CVRD como Curionópolis está para a Serra Pelada. A CVRD passa a ter o status de ator econômico e político de estatura expressiva na região.

[...] e também um outro fator que emplacou bastante (não é isso) foi a exploração mineral de Serra Pelada [...] o qual foi tirado aproximadamente 40 mil kg de ouro (não é isso) e essa exploração é feita também por pessoas oriundas de outros municípios [...] qual era a importância do Pará [...] uma cidade que estava bem à margem do projeto Carajás (não é isso) [...] ficava bem na beira do rio [...] a partir do rio [...] na sua margem direita já está o projeto e também o objetivo de instalação desse projeto agrícola do GETAT [...] foi que tivesse uma alternativa de distribuição de terra e que deixasse esse grande cinturão de reserva florestal para CVRD [...] Parauapebas também serviu logo no seu início como uma cidade de referência para diversão [...] Serra Pelada tinha um grande contingente de homens [...] é [...] Carajás basicamente homens [...] a ponto de a Companhia Vale do Rio Doce [...] ela tinha algumas leis bem rígidas na questão da convivência de ambos os sexos [...] você não poderia lá se instalar com a mulher e com a sua esposa ou dormir no hotel com a sua esposa [...] tinha uma certa dificuldade porque era um grande contingente de mulheres e de homens que tinha lá.

A migração, seja ela decorrente da instalação física da CVRD, da colonização do GETAT, e da Serra Pelada, constituiu-se em elemento fundamental na história recente desses municípios. Efetivamente, foram três fatos de fortes impactos na região: 1) o aumento populacional, do ponto de vista quantitativo; 2) os impactos ou mudanças no perfil da população local, de natureza qualitativa e que passa a ser expressivamente de migrantes; 3) mudanças nas atividades econômicas, onde a mineração passa a ser a atividade central

[...] então [...] aqui também começou como um ponto de referência pra mercadoria.. compras (na é isso?) [...] a vale do rio doce instalou uma delegacia de polícia [...] a Fundação Nacional de saúde [...] na época, não é isso? [...] . a delegacia [...] .a sua prefeitura e fez [...] começou a fazer uma distribuição de lotes que é de 9x30m e trocou o nome do rio [...] o rio se chamava Rio Branco [...] aí os engenheiros da Vale do Rio Doce [...] oriundos do [...] em Minas Gerais [...] eles tiveram como referência uma cidade de Parauapebas em Minas Gerais e colocaram aqui o nome de Rio Parauapebas que também não é idioma [...] não é nenhum idioma da população indígena local [...] ta certo? [...] era do ramo tupi que quer dizer Rio das águas rasas .

A história desses municípios em estudo, em particular de Parauapebas está intimamente relacionada à presença da CVRD, empresa esta que construiu uma cidade para alojar seus funcionários no alto da serra e, embaixo, formou-se um aglomerado de pessoas. Pessoas que passaram a ter necessidades de infraestrutura mínima.

Segundo o deputado, esse conjunto de fatores favoreceu um grande processo de imigração, basicamente dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará; e algumas pessoas de São Paulo. Fato interessante destacado por ele é que a presença de paraense era diminuta. Além disso, dá ênfase ao projeto de mineração capitaneado pela CVRD.

Numa análise relacional, o deputado estabelece a seguinte diferenciação entre Parauapebas e Curionópolis:

Na verdade quem surge primeiro é Curionópolis [...] mas Curionópolis [...] ela não vai ter esse fator por que não vai ter esses fatores pró-crescimento econômico e populacional [...] .porque não tinha um grande projeto e também era uma cidade rodeada por grandes latifúndios [...] também teve um ponto de origem em relação a Parauapebas que era chamado de centro de diversão [...] Então as pessoas vinham de Serra Pelada pra cá [...] vinha de Carajás [...] ..descia para Carajás e Parauapebas teve um crescimento populacional muito grande e Marabá já não tinha condições de atender isso..

O interessante é que semelhante a Curionópolis, Parauapebas desempenhou a função de agrupar casas de diversão e constituiu-se em uma localidade na qual estão presente pessoas oriundas de diferentes estados do Brasil, movidos por diferentes interesses e assumindo diferentes funções. Essas pessoas com tantas diferenças criaram um município, no qual está a maior jazida de ferro do mundo. Porque Marabá não reagiu?

É claro que nessa ola de imigrantes [...] ola né? [...] você [...] claro que vinham pessoas que tiveram experiência políticas em outros municípios [...] ta certo? [...] e a questão da emancipação dos municípios é uma questão muito simples [...] é muito fácil [...] ta certo? [...] .por que? [...] .porque não havia nenhuma lei que impedia isso [...] não bastava algumas relações do IBGE [...] é [...] um número de casas [...] .só que Marabá inicialmente coloca umas barreiras [...] mas o movimento se torna bastante abrangente [...] quando então o crescimento populacional foi grande [...] e o nosso número de eleitores significativo e começou então e ter uma estratégia política no sentido de soltar se Parauapebas e Curionópolis [...] e as outras cidades apoiar um candidato e lançar o vice-prefeito por essa chapa em Marabá. .

Pode-se perceber, considerando o ponto de vista exposto acima, que a conduta adotada pelas lideranças do local expressa um comportamento racional. Esse envolve eficácia e, portanto, é passível de ser apreciado em termos de racionalidade.

O que há de problemático na passagem de uma estrutura que apresenta o nível “micro” são as ações dos atores individuais na busca supostamente racional de seus objetivos de qualquer natureza. Assim, entendemos que essas lideranças estabelecem estratégias, visando alcançar seus propósitos, conforme:

Não deu porque não precisou [...] sabe que até hoje eu fico me perguntando que Marabá poderia ter resistido mais isso é uma questão [...] Marabá não resistiu que foi.. a pressão não foi tão grande porque não havia aqui como não há [...] ainda [...] muito capital social acumulado e capital [...] capacidade de organização na época [...] pessoas que ainda não se conheciam muito um ao outro [...] tá certo! [...] e não havia muita vontade nesse sentido e acabou [...] Marabá [...] porque também o alto crescimento populacional que teve [...] e Marabá havia saído de área de segurança nacional [...] que era uma área de segurança nacional [...] .e o primeiro prefeito de Marabá [...] teve que governar o município de Parauapebas [...] às margens do rio Parauapebas e você até tem água azul perto de Tucumã [...] de Ourilândia [...] e mais a cidade de Canaã dos Carajás que era um núcleo habitacional pequeno na época [...] Curionópolis e Eldorado [...] então é claro que isso era difícil atender as ligações de todo mundo. .

Pode parecer irracional um município como Marabá, por meio de suas lideranças: prefeito, vereadores, deputados estaduais, e a própria população, em

particular aqueles que exercem o papel de eleitores; declinarem do direito de acesso as riquezas resultantes da exploração mineral seja em Parauapebas, Serra Pelada ou Canaã dos Carajás. Poderiam até ignorar a existência dessas riquezas, mas, no mínimo, uma atitude mais comedida poderia ser adotada.

Não obstante à importância do lugar a serem reservadas as normas e valores na explicação da política em geral, a relevância da ênfase geral do cálculo “contextualizado” dos interesses, de fato, não deve ser exagerada. Não se deve absolutizar a proposição sobre o comportamento fundado no interesse, pois o ser humano não é uma máquina e tampouco a realidade é passível de ser enquadrada em “cálculos perfeitos”.

Não existe um único ator jogando. Sendo assim, todos os atores possuem interesses sejam altruístas ou egoístas. Esta possibilidade é por si só suficiente para conjecturarmos que certas circunstâncias podem levá-los a um comportamento orientado por normas ou valores solidários ou cívicos.

No entanto, as circunstâncias descritas acima evidenciam o caráter inócuo ou ineficaz, ou até mesmo inexistente da postura cívica, uma vez que quanto maiores a informação e a sofisticação, maior a propensão a substituir a postura cívica pela disposição à defesa desembaraçada ou cínica do interesse próprio:

[[...]] é uma distância muito grande [...] culturas diferentes é fator cultural diferente [...] né? [...] a população que formou Parauapebas naquela época [...] no momento [...] era diferente [...] né? [...] uma cultura diferente [...] um distanciamento muito grande [...] porque não havia condições porque na verdade quando ocorre a divisão do município [...] quer queira quer não [...] depois a lei da [...] do fundo de participação do estado iria mudar [...] antigamente o fundo de participação do Estado e por isso que Minas Gerais tem um número muito grande de municípios..porque a lei antigamente era de Brasília direto para os municípios [...] não é isso? [...] então Minas Gerais tem lá uma quantidade enorme de municípios e se precisou disso [...] até que depois fizeram [...] mudaram a lei [...] passou para o Estado e o Estado subdividia aquele recurso então [...] se tinha recursos é para dez cidades ou vinte cidades [...] isso é um problema do Estado [...] é claro que houve uma aceleração tão grande em desembargamento de municípios [...] em alguns não tinha condições mesmo [...] tá certo? [...] Mas a grande maioria [...] porque a realidade amazônica é diferente [...] .

Nesse primeiro momento, no recorte do discurso apresentado, ou melhor, nas causas identificadas como motrizes, não é perceptível a presença das lideranças. É como se fosse possível um enredo sem personagens

Por fim, as diferenças culturais, e a distância em relação a Marabá são apresentadas como fator matricial. Mas quando o deputado discorre com desenvoltura quando é colocada (a ele) a pergunta sobre os interesses envolvidos na criação dos municípios, apresenta-nos a seguinte observação:

[...] Passava a estratégia de assumir o poder [...] eram pré-candidatos na sua grande maioria..no momento havia liderança local [...] um que foi vice-prefeito da cidade de origens..a cidade mãe..ou então as pessoas que se ascendiam economicamente na cidade [...] que já vislumbrava a possibilidade de ocupação do espaço político [...] como é que poderia ocupar espaço político na cidade de sede era mais difícil [...] mas se um criar no município [...] então eu posso ser prefeito desse município [...] eu posso ser vereador [...] . .

O nosso estudo não está tratando diretamente sobre o comportamento de governos democráticos e suas estratégias na perspectiva de assegurar as suas reeleições. Aliás, na época em que se deram as emancipações político-administrativas, o Brasil estava retornando ao ambiente democrático. Particularmente, o município de Marabá, estava saindo da condição de área de segurança nacional. Logo, as regras democráticas, enquanto normatizadoras das práticas política, estavam recentes.

O próprio discurso fundado nas externalidades como a migração, distância⁵³ e abandono por parte do município matriz, assume a função de uma verborragia, cujo propósito é influenciar o maior número de pessoas levando-as a tomar para si os objetivos e interesses de outrem. Mas, como os eleitores também buscam maximizar seus interesses, acreditando que desta forma obterão mais vantagens e, neste caso, adotam uma postura de apoio.

Na percepção de outra liderança do município de Parauapebas, a prefeita, há a ponderação de a emancipação é atribuída ao status de um processo natural. Utiliza um discurso que induz o interlocutor a acreditar que a localidade em questão estava em condições de assumir a condução de seu destino:

E o que acontece nos chegantes em [...] em Parauapebas nós tínhamos [...] todos os oriundos de Curionópolis [...] de Serra Pelada [...] aqueles que vieram trabalhar na implantação do Projeto-Carajás [...] e pessoas que viera

⁵³ Distância em relação à capital: Água Azul do Norte, 699 km, Eldorado dos Carajás, 585 km, Marabá, 485 km, Parauapebas, 645 km, Curionópolis, 615 km.

[...] como nós [...] trabalhar no projeto de colonização do Inca [...] quer dizer [...] naquela época o GETAT.

O processo migratório é elemento responsável pelo aumento populacional da localidade e se deu em decorrência da política do Governo Federal, por meio dos projetos de colonização e mineração. Ocorre que essas pessoas, uma vez tendo chegado à região, passam a perceber que poderiam assumir para si a responsabilidade política da construção da cidade que estavam nas mãos dos políticos de Marabá. Assim passaram a observar a possibilidade de assumirem o poder político. A emancipação foi conduzida pelo interesse das lideranças emergentes que assumiram o poder de decisão, mas como este estava nas mãos de outrem há de se considerar a necessidade de estratégias políticas para obtenção do objetivo. Conforme se observa na sua fala a seguir.

Então quando você tem um agrupamento de pessoas e quer queira quer não queira esse agrupamento de pessoas [...] sabendo que este grupo definia as regras do jogo, define as regras da condução da própria vida que a sociedade ta se formando [...] e o que acontece nos chegantes em [...] em Parauapebas nós tínhamos todos os oriundos de Curionópolis [...] de Serra Pelada [...] aqueles que vieram trabalhar na implantação do Projeto-Carajás [...] e pessoas que vieram [...] como nós..trabalhar no projeto de colonização do INCA [...] quer dizer [...] naquela época o GETAT. .

Segundo a prefeita, a composição social do agrupamento humano que constitui aquela localidade, naquela época, dava-se, fundamentalmente, por três grupos com origens diferentes:

Um oriundo de Serra Pelada [...] outro oriundo daqueles que vieram trabalhar em empresas que tavam implantando ou tavam construindo a [...] a mina, né? [...] de Carajás e aqueles que vieram compor o que a gente chama de projeto de assentamento que foram basicamente [...] tirado do “Bico do Papagaio” [...] o destaque dado envolve os interesses desses grupos que passaram a se diferenciar aos de Marabá [...] então esses três grupos quando se sentavam e discutiam o que se queria praquela região [...] nós tínhamos é [...] coisas diferente pra discutir com Marabá.. que Marabá [...] era [...] decisão mesmo se abre ou não abre ruas [...] se constrói ou não constrói cas [...] mesmo porque ali a VALE ela construiu [...] planejou uma cidade pra 9.000 pessoas e antes de ser entregue este projeto Parauapebas já tinha 15.000 pessoas [...] .então é [...] não existia nada ali que não estivesse a participação efetiva das pessoas que moravam ali [...] .ou era definido pela Vale [...] né com construção de escola [...] o arruamento da [...] do hospital ou teria que ser decidido por Marabá [...] as pessoas moravam a 180 km dali. [...] e naquela época 180 km significava seis horas [...] então significava veja [...] e outra coisa [...] não tinha telefone [...] não tinha energia elétrica [...] né? A [...] as diferenças do nível de vida era muito [...] muito acentuadas.

Embora, no primeiro momento, a interlocutora destaque a presença de três grupos sociais, em seguida, focaliza a presença da CVRD enquanto um importante ator na construção de territorialidades.

Todavia, a organização dos três grupos citados também se dá em função de seus interesses não estarem contemplados na política desenvolvida pela empresa. Ao contrário, reconhece-se a existência de dois atores constituídos de poderes. Assim, a prefeitura de Marabá e de outro, a CVRD. Nesse sentido, a organização da população passou a viabilizar instrumento de poderes de decisão para a mesma, sob pena de ficarem refratárias às políticas deliberadas pelos outros dois atores.

A coisa era [...] era [...] era muito no [...] no diário [...] por exemplo [...] existia a terra [...] né? [...] .colonizada pelo INCRA [...] existia uma outra terra devoluta por detrás das terras da Vale e que nós sabíamos que estavam sendo utilizada por um grupo [...] grupo Paragominas [...] eles iriam tomar conta [...] quando nós tínhamos pessoas ali naquela região [...] que queriam aquelas terras [...] né? [...] outras que nós atendidas [...] pelo projeto de colonização [...] o que você imagina.

Nessa fala, a prefeita caracteriza Parauapebas como um lugar que exercia a função de pólo atrativo, uma vez que, segundo ela:

Ali quem queria terra vinha procurar terra [...] quem queria emprego vinham procurar emprego na CVRD [...] .os que estavam saindo de Serra Pelada porque não tinham mais como sobreviver em Serra Pelada [...] vinham em busca de novas oportunidades em Parauapebas.

É perceptível o discurso enfocando essa região como a “terra de oportunidades”, inclusive, o município de Canaã de Carajás, representa terra prometida. Porém, nem todos os migrantes obtiveram sucesso e a consequência gerada pelo fluxo de imigrantes foi um inchaço sem perspectiva de infraestrutura proporcional à dinâmica populacional:

Uma explosão demográfica com um alto índice de ansiedade [...] digamos assim [...] e cada um é [...] voltado para uma situação que não se tinha resposta [...] nem a Vale dava resposta [...] não existia um governo municipal [...] governo municipal estava distante [...] não é?..A 180 km sem telefone [...] sem energia [...] sem correio [...] tá?

O quadro exposto representa uma situação marcadamente oposta ao discurso de prosperidade. Deve-se resgatar que quem está narrando a história recente são os “vitoriosos”, ou seja, aqueles que obtiveram sucesso, para os quais

os fatos ocorridos têm uma significação provavelmente diferente em relação aos que não lograram êxito: os que não conseguiram emprego, terra para plantar ou lugar para morar.

Emprego, terra para plantar, escola e moradia devem ser resultado de políticas públicas governamentais, tais como: geração de emprego e renda; política educacional, priorizando a inclusão; reforma agrária e urbana, que viabilize acesso a terra e assegure o direito à moradia. Sendo assim, deve-se explicitar que tais medidas refletem a correlação de forças, ou seja, correspondem a uma disputa entre os diferentes interesses, coletivos, de classes e de fração de classes. A possibilidades dos “Antônios”, das “Marias”, dos “Josés”, dos “maranhenses”, dos “nordestinos”, dos “piauienses” (que neste momento perdem suas identidades individuais), de obterem êxito individualmente, pode ser comparada com as mesmas responsabilidades atribuídas pela própria exclusão social.

A história de Parauapebas, baseada nos relatos obtidos, segundo os interlocutores, adquire capítulos específicos. A maioria deles faz um recorte estabelecendo a cronologia: antes e depois da emancipação. Antes era abandono, distância, precariedades, ausência. E depois que passa à condição de município, uma nova história começa. Segundo os discursos proferidos, a época da prosperidade, corresponde a uma situação, na qual todos os problemas deixam de existir, ou passam a ser omitidos. Explicitá-los, ou mesmo reconhecer a manutenção dos mesmos, corresponderia neste momento a uma declaração de incompetência e de co-responsabilidade. Assim os atuais detentores do poder buscam encontram outros culpados, por exemplo: são os migrantes que, tomados por uma “teimosia” incontida, insistem em migrar e a CVRD, que insiste em não valorizar a região.

Mas responsabilidades, culpados, e omissões à parte, essa história tem vários capítulos, e um deles é narrado pela nossa interlocutora. Segundo seu ponto de vista, nem tudo era abandono, uma vez que, assumira a condição de administradora local representando a prefeitura de Marabá (antes do processo de emancipação). Embora reconheça a ausência poder do público, ou seja, a prefeitura de Marabá, do ponto de vista administrativo (ela) se fazia presente. Passados alguns anos, ela exerce uma atividade de liderança política: a função de representar os atores econômicos do município. Como relata:

Quando houve a [...] a emancipação [...] o que se percebia..na época? [...] que por sinal eu fui uma das [...] eu fui à primeira mulher a ser gestora daqui [...] do município [...] só que ainda era município de Marabá [...] Administrador [...] meu cargo era administradora [...] né..eu fui convidada pelo prefeito de Marabá [...] em 86 [...] . Eu fui convidada para vir aqui fazer um levantamento [...] nós tínhamos vários problemas de [...] Porque a Vale ela fez na cidade [...] Hamilton Bezerra. (Presidente da Associação Comercial e Industrial de Parauapebas).

É interessante observar que o desempenho de suas funções técnicas pelo GETAT, coordenado pelo atual deputado federal Asdrúbal Bentes, e políticas representando o prefeito de Marabá, Dr. Hamilton Bezerra. Então, percebe-se que ela guarda na memória a lembrança de ter experimentado da realidade dos dois ambientes. Segundo ela, o prefeito de Marabá apoiava a emancipação, mas vale destacar a alusão feita aos royalties decorrentes da exploração do minério de ferro, recursos esses reivindicados pela população que morava em torno da serra sob o argumento de que esses recursos deviam ser aplicados na melhoria das condições de vida da população ali instalada. O intrigante nessa história é exatamente o fato de que Marabá apoiou a emancipação e a criação do município de Parauapebas significava perda de recursos oriundos dos royalties:

Eu participei do processo [...] mas de longe [...] certo? Agora só participei do processo [...] mas de longe [...] por que o Hamilton me convidou para ficar [...] fique ate agente fazer a emancipação [...] porque o projeto político [...] inclusive dele era emancipar isso aqui. Primeiro [...] o interesse das pessoas que estavam aqui na época [...] que a Vale dava direito para Marabá [...] .pulava por Parauapebas [...] certo? [...] então o interesse empresarial da época era o que? [...] era emancipar isso aqui pra que royalties [...] benefícios ficassem em Parauapebas [...] então por isso foi cria da Associação Comercial. .

Considerando que o município tem quinze anos, é razoável que o nível de organização empresarial ainda seja incipiente:

E outra [...] quinze anos pros empresários daqui é muito pouco para amadurecer a ideia de associativismo! [...] A Associação comercial ficou parada durante é [...] 88, 89 [...] 90 [...] 91 [...] 92 [...] 93 [...] 94 [...] 95 [...] 96 [...] 97 [...] 98 [...] 99 até [...] 99 [...] até 99 [...] a Associação Comercial não fazia o papel de Associação Comercial!

Considerando o exposto, essa entidade realmente é muito jovem. O discurso que ela apresenta, também é alusivo os empresários, na medida em que assume posturas defensivas no que diz respeito aos investimentos nos negócios. Ela também fala do poder público, sem deixar de tecer comentários sobre as empresas:

Ah! Quando você mesmo diz que [...] eu não concordo com isso. Ah! [...] eu não tenho como crescer! .então senta [...] trava [...] bloqueia a sua mente. né? [...] porque você fala “não vou pra frente” [...] não vai mesmo! Você fecha [...] aí você não vai [...] o detalhe nessa história que se está falando de um município [...] no qual ou se presta serviços para a CVRD ou pra a Prefeitura [...] aí vem pra mim que sou o poder público da época que não fez absolutamente nada na cidade [...] ele me dá um valor mínimo que é um gravador e eu fico hipersatisfeita [...] Entendeu..

O que percebe é que a realidade faz parte de um município onde os serviços prestados estão, preponderantemente, ligados à CVRD ou à prefeitura. Além disso, observa-se que os empresários da área do comércio dependem fundamentalmente do dinheiro que circula proveniente dos salários dos funcionários das duas instituições citadas. Quando os demais empresários sofrem sérias restrições, uma vez que a produção industrial, por exemplo, não é verticalizada, a CVRD acaba sendo a grande demandante.

É interessante observar, ainda, o fato de a ACIP ser presidida por uma empresária do setor do comércio. Talvez isso se explique pelo fato de ser esse o setor majoritário na economia local.

Observa-se que os argumentos no que concerne à emancipação de Parauapebas têm um ponto de convergência: a instalação do Projeto de Ferro-Carajás; como se identifica na fala do Presidente da Câmara de Vereadores do Município:

Bom [...] tá [...] Parauapebas nasceu porque aqui foi implantado o projeto Ferro-Carajás que se instalou a Companhia Vale do Rio Doce [...] e a partir daí se criou essa vila com o objetivo de dar um suporte para a implantação do projeto [...] paralelamente [...] foi criado o Rio Verde [...] que começou como um ponto de encontro de rapazes [...] não [...] de homem, daí as mulheres [...] começou como um inferninho e passou a se chamar Rio Verde [...] então [...] aqui pelo lado da Cidade Nova tinha essas casas que foram projetadas e [...] muitas delas [...] construídas pela Vale do Rio Doce e outras por pessoas que vinham pra cá baseado na implantação do projeto ferro-Carajás. (Presidente da Câmara de Vereadores de Parauapebas).

De certa forma há uma uniformidade no discurso independente da liderança, pois elas relacionam o surgimento da cidade à instalação da CVRD, bem como ressalta que:

Naquele momento a cidade [...] cidade na [...] até o moment [...] a vila crescia [...] tinha demanda da ação do poder público e Marabá [...] que era a cidade [...] não dava a atenção na medida da expectativa e necessidade do povo [...] então daí nasceu o movimento de emancipação.

O não atendimento de demandas da população residente na vila (por parte da prefeitura de Marabá), ficando explícito nas declarações seguintes:

Mas a emancipação se deu [...] exatamente [...] em função disso [...] da distância e da falta de aplicação de recursos [...] porque a cidade [...] para você ter uma ideia [...] na fase de implantação [...] ela tinha trinta mil homens no projeto e [...] em cima disso [...] mais a população de Parauapebas quem [...] de uma forma ou de outra [...] prestava serviço a CRVD e aí crescia numa velocidade muito grande e não tinha investimento à altura da expectativa e da necessidade da população daqui.

Outro argumento recorrente é a dimensão territorial de Marabá, haja vista que:

[...] Como [...], por exemplo [...] não ia só até Canaã dos Carajás [...] aí até Água Azul do Norte [...] porque Água Azul do Norte nasceu do município de Parauapebas [...] depois da divisão [...] aí você tem hoje Eldorado [...] Curionópolis [...] Canaã [...] Parauapebas [...] Água Azul do Norte [...] tudo isso era do município de Marabá [...] né.

Percebe-se uma lógica, porque a instalação do projeto de ferro Carajás e o funcionamento da mina de ouro em Serra Pelada resultaram num forte impacto na região, em particular, em termos populacionais. Vilas e assentamentos (projeto de colonização do GETAT) passaram a conviver em um contingente populacional muito expressivo, resultando em demandas relacionadas a uma logística social, que deveria ser atendida por Marabá. Com a instalação do projeto a exploração desses minérios resultou em royalties arrecadados por Marabá

Diante disso, tiramos a seguinte conclusão: os minérios estavam no território de Marabá, mas as minas estavam localizadas a certa distância da sede e a exploração desses recursos se dava por uma população que se deslocou de outros estados, atraída pelas atividades mineradoras anunciadas. Sendo assim, não eram os marabaenses que estavam desbravando seu território, mas uma população marcada pela grande diversidade de origem.

No entanto tinham um interesse em comum, qual seja, “conquistar” um lugar que lhes desse trabalho e renda, já que eram pessoas “desterritorializadas”. Não esqueçamos, ainda, a propaganda governamental que divulgava a ideia de “homens sem terra, para terras sem homens”. Sendo assim, o processo de emancipação se deu segundo nosso interlocutor por conta de que:

E essas localidades que buscaram a sua emancipação [...] assim como [...] Curionópolis [...] Parauapebas [...] buscou a emancipação [...] é o mesmo

processo que [...] depois de emancipado [...] Eldorado se emancipou como parte de Curionópolis e Canaã e Água Azul se desmembraram de Parauapebas [...] em função da organização dessas necessidades de investimentos e atenção por parte dos gestores públicos que não davam essa gestão [...] não porque não quisessem.

Observa-se que mesmo aludindo à falta de atendimento por parte do poder público de Marabá, ele relativiza essa situação, expressando uma certa compressão ao admitir que não se tratava de uma medida deliberada. As demandas não eram atendidas por força da impossibilidade da prefeitura de atendê-las, em certa medida, o que era justificado pelo volume de investimentos necessário para atendê-las:

Pois é rapaz [...] eu acho que o deputad [...] o secretário Haroldo Bezerra pagou um preço muito alto por isso [...] sempre isso [...] é levantando essa questão porque na verdade [...] ele na época como deputado é que ele vai fazer a divisão territorial de Parauapebas [...] fez a divisão territorial [...] com a participação do Plínio Pinheiro também [...] ele fez essa divisão territorial [...] e se você observar por exemplo a divisão territorial ele busca mecanismos de compensaçã [...] até acho uma questão de justificativa política também por questão também de defesa dos interesses de Marabá e deixa o projeto Salobo [...] para o município de Marabá [...] a divisão do mapa não está na mão da Câmara Municipal de Parauapebas [...] é [...] quer dizer [...] em Marabá [...] . divisão geográfica está na mão dos políticos [...] por isso eu acho uma coisa muito interessante [...] foi rapidamente [...] sem contestação [...] sem nada. (Deputado Faissal).

Como não poderíamos discutir as estruturas políticas sem as lideranças políticas, torna-se importante darmos visibilidade para os movimentos das lideranças na perspectiva de entendermos as mudanças decorridas nas estruturas de poder vigente na época das emancipações, uma vez que não seriam criadas novas estruturas de poder sem a anuência das lideranças políticas. E, ainda, o custo dessas decisões não poderia superar os benefícios esperados. Segundo o mesmo interlocutor:

[...] Naquela época [...] na verdade [...] a classe política marabaense ela se unia [...] foi na época do Hamilton mesmo [...] né? [...] ela se uniu toda para derrubar os Mutran [...] todos aqueles que estavam coordenados e através da figura do governador Jader Barbalho [...] não é isso? [...] quando foi na eleição do Hamilton [...] tá certo? [...] e foi na época do Hamilton que houve a emancipação [...] foi logo após o processo de [...] você precisa vê esses detalhes que foi a aprovação da Câmara Municipal foi na gestão do Hamilton. .

Segundo as percepções das lideranças de Marabá, apresentadas no escopo desta tese, não houve participação popular no processo que culminou na decisão

das emancipações, mas é mister observar, por outro lado que se a população do município sede não participou outros atores participaram:

[...] Jader Barbalho, na época [...] Teve a participação efetiva do deputado [...] na época [...] .Zeno Veloso [...] .inclusive é ele o criador da lei de emancipação de Eldorado [...] que foi sancionada pelo então governador Jader Barbalho [...] na época [...] quase todos no governo do Jader [...] ele participou bastante..ele acatou o plebiscito [...] .é porque também houve um anseio [...] uma [...] digamos assim [...] uma cutucada política [...] porque não deixa de ter a política pelo meio [...] vivemos em função de política [...] houve sim [...] um alavanco [...] uma [...] não é bem o caso [...] uma cutucada política [...] que não é bem esse o termos [...] tem um termo mais adequado de se chamar [...] houve assim [...] uma mexida política pra que isso acontecesse [...] e o governador naquela época fazia também [...] questão de administrar o estado [...] os municípios por serem muito grandes [...] isso facilita assim..de maneira elevada a administração local. (Prefeito de Eldorado dos Carajás).

Algumas lideranças políticas foram colocadas no “tabuleiro político”, assumindo papéis de destaque. Uma decisão como essa de longe não é apenas sobre a criação de municípios ou não, ou de “currais eleitorais”, como algumas abordagens jornalísticas apresentam. Trata-se, acima de tudo, de ordenamento de interesses políticos, por meio de novas estruturas de poder. Decisões desse tipo, quando são tomadas sem registro de oposição, pelo menos a ponto de mobilizar a opinião pública, ou de formar uma opinião pública questionadora, podem marcar uma região marcada por diversos conflitos. O espectro político, social e econômico dessa região também é marcado pela diversidade de atores e, por conseguinte, de interesses conflitantes.

De todo modo, a fala de nosso interlocutor, que na época estava em Parauapebas exercendo funções de natureza política, particularmente na condição de assessor do prefeito Faissal, não pode ser analisada como algo imune de interesses políticos. Pelo contrário, situam-se no campo político na condição de uma liderança política. Principalmente, quando se resgata o fato de que em um momento posterior, especificamente quando Parauapebas passa a existir na condição de município, o então assessor do prefeito de Parauapebas passa a assumir o cargo de Prefeito de Eldorado dos Carajás.

A participação do atual deputado estadual Faissal é registrada na fala da prefeita (gestão 2000-2004) de Parauapebas, Sra. Bel Mesquita (ex-esposa do Deputado), como tendo se dado de uma forma expressiva. Ela faz alusão às reuniões dele com as lideranças das localidades, onde hoje são os municípios de

Eldorado dos Carajás e Canaã dos Carajás. Segundo ela, de reuniões em que se discutiram os limites, inclusive destes eventos, teriam saído os esboços dos mapas que hoje dão conformação territorial a essa microrregião.

Ademais, conjectura-se que as negociações e acordos foram estabelecidos e Parauapebas por não esboçar resistência por meio de suas lideranças, ao projeto das populações das localidades vizinhas, posicionam-se como fiadora deste mesmo processo. Nesse sentido, do ponto de vista da relação custo/ benefício, Parauapebas trabalhou com a estratégia de influenciar politicamente o processo, exercendo uma certa hegemonia política sobre as emergentes lideranças locais e, de certa forma, colocando-se como quem chancelou o processo na perspectiva de obter benefícios políticos, fazendo parte de uma estratégia e visando exercer sua liderança para além dos limites territoriais do próprio município de Parauapebas.

Por esse motivo, consideramos esta hipótese a mais plausível, pois ela possui força explicativa dentro da lógica de entendermos o sentido que as lideranças imprimiram às suas ações na época.

O processo de criação desses municípios passa a ser visto como “novos arranjos de poder”, perpassando por uma estratégia mais ampla, como reconhece o ex-deputado Haroldo Bezerra, alvo de críticas, dirigidas por todas as outras lideranças de Marabá, a quem é imputada a responsabilidade política pelas perdas decorrentes deste processo,

Entretanto, para Haroldo Bezerra, tratava-se de uma estratégia racional, ou seja, tratou-se de uma ação necessária como meio de obter, como objetivo fim, a institucionalização de uma nova territorialidade, pela qual se consolidava a hegemonia política de novas lideranças e as potencializava como condutoras de um processo que nas palavras do ex-deputado passava pela criação de um novo estado.

É relevante frisar, ainda, a condição deputado eleito pelo PMDB, pelo mesmo partido do governador do estado. Este governo dispunha de maioria na Assembléia Legislativa, instâncias (executivo estadual e legislativo estadual) pelas quais o processo de criação dos municípios foi aprovado.

Segundo o deputado Faissal, a CVRD não participou do processo de criação de município porque não tinha interesse, ponto de vista conflitante com a da deputada estadual Elza Miranda, segundo a qual os interesses da Vale foram determinantes. Porém, segundo o representante da CVRD em Carajás-

Parauapebas, essa participação seria impensável, uma vez que a missão da empresa não era esta. Ainda, segundo ele, este tipo de ideia não tem espaço na filosofia da empresa, pois à mesma o fomento do desenvolvimento, raciocínio condizente com o ideário da empresa.

Para o deputado, o que levou à criação desses municípios em particular Parauapebas foi a própria necessidade da população, somada à distância e à ausência do poder público municipal. Por outro lado, registra que não existia absolutamente nada, no que diz respeito à infraestrutura, pois, segundo o mesmo, o núcleo de Carajás Parauapebas era “um amontoado de pequenos barracos”, apresentando características compatíveis com as de um “distrito abandonado”.

A caracterização feita, em certos aspectos, tem interseção com os pontos apresentados pelo deputado Faissal; e, em outros, pela deputada Elza Miranda, muito embora a natureza das avaliações seja diferente. Contudo, encontram-se nas respectivas falas os seguintes elementos de convergência:

- 1) A migração motivada pelos investimentos feitos na região. O fato de o município ter sido na sua origem um “inferninho”, ou seja, um local de prostituição;
- 2) A extensão territorial como um aspecto que dificultava a ação do poder público municipal.

Consideramos que o movimento da população local reivindicava autonomia de ação, resultantes das dificuldades citadas. Assim, a gestão local tem de se processar em íntima relação com o objeto administrado, ou seja, administração pública municipal tem de conhecer a realidade.

Para o deputado, a criação do município, em particular Parauapebas, foi positiva, e para chegar a essa conclusão bastaria imaginar como seria a realidade daquela região 20 anos atrás. Sendo assim, a criação desses municípios criou sociedades, organizou estruturas e usa como indicador a existência de hospitais, de colégios com melhor qualidade. Para ele, isso representa o progresso e, segundo seu ponto de vista, as sociedades que vivem nestes locais – hoje independentes – fomentaram o desenvolvimento.

Um ator que participou desse processo político, na condição de constituinte, foi o ex- Governador Almir Gabriel. Em 1988, ele exercia o mandato de senador da República. Nesta condição, participou da Assembléia Nacional Constituinte, na qual foi elaborada a nova constituição da República, promulgada em 1988. Para o

senador, a análise do processo de fragmentação territorial dessa microrregião, vai além do espaço local, uma vez que, naquela época, vivia-se um momento de desestruturação das estruturas de poder no plano internacional, gerando uma ambiência de indefinições.

Para ilustrar, reportamo-nos ao desmonte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o novo desenho geopolítico que o mundo assume, ao transitar da bipolarização a uma realidade monopolar. Neste caso, tem-se o ingresso no que se denomina de “indefinição de tendência”.

Mas paralelamente, emerge uma sociedade, do ponto de vista econômico globalizada, cujos efeitos têm sido muito desfavoráveis para os países em desenvolvimento e os países mais pobres. Esses fatos conformam uma nova realidade, tanto no plano político (monopolar) quanto econômico (economias globalizadas), com rebatimentos na realidade brasileira.

A Constituinte de 1988 vivencia as influências decorrentes dos fatos que estavam se desenvolvendo em lugares geograficamente distantes. De certo modo, a incerteza e a insegurança, quanto ao presente, principalmente, quanto ao futuro, emergem dos escombros de estruturas que sucumbiram junto com ideais socialistas.

Sendo assim, no debate constituinte as ideias básicas da democracia liberal prevalecem, diante de interlocutores atônitos, órfãos ideológicos de uma batalha da qual não participaram, uma vez que cidadãos comuns, ou em alguns casos, dos não cidadãos, incumbiram-se de desferir os golpes que desestruturam um aparelho de estado que se autodenominava “socialista”.

No que diz respeito à gestão do Estado a ideia que hegemoniza o debate constituinte é a eficiência administrativa, pautada na desconcentração, de preferência, por meio da descentralização da gestão. Isso inquestionavelmente está posto na Constituição de 1988, como um de seus conceitos basilares.

O fato dos municípios terem sido criados nessa época, não seria em decorrência dos fatos relacionados, dado que não guardariam relações causais com este. Nesta época, no plano estadual, assiste-se um movimento de forte impacto sobre as estruturas internas, tanto econômica como política. Assim, imprimiram um significado especial no que diz respeito ao fortalecimento da gestão local. De maneira, tanto na Constituição Federal, quanto na divisão territorial do Pará e na questão desses municípios se formavam movimentos confluentes.

As mudanças registradas em Marabá tornam-se resultantes dessa verdadeira avalanche econômica, em particular, em função da exploração de Serra Pelada e da exploração de Carajás. Este fato estabelece obstáculos à gestão dos interesses das populações migrantes e das populações locais já existentes. Mas não se pode destacar apenas a questão migratória, uma vez que esta é derivada de uma questão econômica implementada dentro de um determinado espaço político que se chama “município”.

Por outro lado, não haveria mudança se não houvesse, em primeiro lugar, o conflito. Ainda que se considere que a oligarquia Mutran detinha uma influência política de longo prazo, pelo menos de cinquenta anos dentro de Marabá, é inegável que o volume de recursos que eles mobilizavam não era nada comparável com o recurso que foi mobilizado dentro de Curionópolis com a Serra Pelada, muito menos os bilhões de dólares correspondentes aos investimentos realizados em Carajás. Essa participação resultou da necessidade e da pretensão de melhor atender à população migrante. Deste modo, a questão do poder ficou em posição secundária em relação à necessidade da instalação (estruturas de poder) mais próxima dessas populações que se aglomeraram em Parauapebas, em Canaã dos Carajás, em Curionópolis e Eldorado.

Sem nenhuma dúvida insistimos em destacar que foi o tamanho e o volume de recursos mobilizados pelos empreendimentos implantados na região o responsável por essa ruptura⁵⁴. São empreendimentos que não têm nada de original, uma vez que podem acontecer em outros lugares, sejam eles municípios, estados ou em países. Para ele (governo) quando investimentos muito massivos concentram-se em um determinado lugar, ele acaba alterando as relações políticas existentes nesse lugar.

No que diz respeito à questão desses empreendimentos terem feito a modernização e de ser um pólo de atração, ele afirma não ter dúvida nenhuma que houve sim, uma significativa melhoria, seja na área empresarial, na área de infraestrutura tanto econômica, quanto social em toda aquela microrregião do estado do Pará.

Sobre a eficiência na gestão local, Almir Gabriel argumenta que:

Em primeiro lugar [...] para que tenha o desenvolvimento de um país [...] ou de uma determinada região é necessário que ela seja habitada [...] se não

⁵⁴ A alusão feita aqui é referente ao governo Almir Gabriel.

for você pode ter o maior investimento que seja e não tem desenvolvimento [...] prova disso é o caso [...] segundo ele de Urucu no Amazonas [...] aonde [...] ocorreram investimentos gigantescos [...] .num determinado lugar [...] mas a área não é desenvolvida [...] .o que é desenvolvida é a atividade econômica desse empreendimento. (Governador Almir Gabriel)

O fato de virem pessoas de várias origens para a localidade cria uma dinâmica, podendo acontecer, tanto na ditadura quanto dentro da democracia. Então, na compreensão de Almir Gabriel, o que se precisa ter claro é que isso tudo faz parte de um processo natural de “ocupação ou de valorização de uma nova fronteira”, onde existe o desencontro entre aqueles que estavam antes e aqueles que chegam para fazer suas atividades laborais. Ainda, de acordo com o governador:

É um fato normal [...] esperável e o que necessita e que o estado [...] entendido como União Federal [...] o estado do Pará [...] entendidos os próprios municípios estejam suficientemente acordados [...] em relação a permitir um direcionamento desse desenvolvimento que beneficie o conjunto e não apenas aquelas pessoas que migraram. .

A questão central apresentada, como fator desencadeador das mudanças sócio-políticas e econômicas e o conflito de interesse, resultante da interação entre atores posicionados socialmente em ambientes diferentes. Embora consideremos esse processo como desdobramentos naturais, inseridos em uma política de valorização e ocupação de fronteira, queremos registrar que se tratou de políticas planejadas pelo poder central, Governo Federal e implementadas através da ação das estruturas de poder do Estado (GETAT, INCRA, SUDAM).

Neste caso, as estruturas de poder, no que se refere aos municípios – que serviam e atendiam os interesses das populações existentes, ou melhor, das oligarquias locais – sofreram tensão por parte das populações imigrantes, em particular, através das suas lideranças. Assim sendo, na impossibilidade das estruturas existentes abarcarem os interesses desses nos atores, opta-se pela constituição de arranjos políticos que possibilitem, a inclusão desses novos interesses na pauta política, mas, sobretudo, das novas lideranças nas estruturas de poder. Desta forma, preferimos definir essa situação como ações dotadas de racionalidades visando interesses individuais e coletivos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, gostaríamos de salientar o quanto gratificante foi realizar esta pesquisa, haja vista o nosso fortalecimento profissional, intelectual e cultural. Em segundo, devemos destacar que duas são as nossas mais significativas conclusões sobre o estudo apresentado:

1. A criação desses municípios resultou de um processo de modernização institucional na região em estudo.
2. A criação desses municípios atendeu aos interesses das lideranças políticas, e atores econômicos em escala municipal e estadual;

Os municípios Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Parauapebas e Canaã dos Carajás apresentam situações particularizadas. Sendo assim, em que pese esses municípios terem sido desmembrados de Marabá, o resultado final configurou realidades diferenciadas marcadas pela desigualdade. No entanto, registrou-se um processo de democratização, no qual as disputas políticas e os conflitos decorrentes passam a ser regulados pela regras definidas no marco do Estado de Direito.

No plano estadual dois partidos se revezaram no poder: o PMDB e o PSDB, duas lideranças possuem maior densidade de capital simbólico: Jader Barbalho e Almir Gabriel. Já no plano municipal, em Marabá, registra-se uma volatilidade partidária, ocorrendo um revezamento no poder entre os seguintes partidos: PMDB, PDC, PSDB, PFL, PSDB, PTB;

Em Marabá, não há uma liderança consolidada possuindo sozinha a hegemonia política. O poder foi efetivamente exercido pelas seguintes lideranças: Hamilton Bezerra (PMDB), Nagib Mutran (PDC), Haroldo Bezerra (PSDB), Geraldo Veloso (PFL), Sebastião Miranda (PTB).

Nesse município, o rodízio de partidos e lideranças políticas denota a derrota política da oligarquia Mutran e seu efetivo deslocamento do controle do poder.

Em Parauapebas, Eldorado dos Carajás e Canaã dos Carajás consideramos que não há nenhum grupo que tenha se consolidado no controle do poder. Nesses municípios não há oligarquias exercendo o poder. Em Curionópolis o poder é exercido por Sebastião Curió, o qual exerce o controle sobre o poder público. Nesses municípios, o Executivo estadual não exerce o controle sobre as estruturas de poder local, uma vez que o partido do governador foi derrotado em todos os

municípios: Marabá (PTB), Curionópolis (PMDB), Eldorado dos Carajás (PDT), Parauapebas (PT) e Canaã dos Carajás (PT);

O Partido dos Trabalhadores é um caso especial, uma vez que tanto no plano estadual como no âmbito municipal, o partido possui mais capital simbólico do que suas lideranças. No caso de Marabá, o partido adotou uma postura pautada no pragmatismo político refutando uma opção ideológica no que diz respeito às alianças eleitorais.

Doravante, discorreremos sobre os procedimentos que possibilitaram tais resultados. Das questões que elegemos como matriciais, no sentido de orientar nosso trabalho, primeiramente, buscamos identificar as razões que levaram a ocorrência do desmembramento do município de Marabá. Posteriormente, analisamos o rebatimento desses processos na estrutura de poder local, entendido como o Executivo municipal. Sendo assim elegemos a seguinte questão: a criação desses municípios resultou em um processo de modernização institucional nessa região?

Nesta tese consideramos modernização institucional o processo no qual o Estado de Direito democrático atua como ator que regulamenta os conflitos, as disputas políticas e os diversos interesses dos diferentes atores situados nos diferentes campos de disputas. Sendo assim, focalizamos na seguinte questão: as lideranças políticas definem suas estratégias respeitando os limites das regras democráticas?

Por último, analisamos as disputas políticas, as alianças e os resultados eleitorais, sobretudo no âmbito do Executivo municipal em Marabá; num primeiro plano, para em seguida lançarmos um “olhar analítico” sobre os processos eleitorais realizados em Parauapebas e Canaã dos Carajás.

Analisamos os processos de competição eleitoral tendo-os como parâmetro analítico para a análise sobre a ocorrência da modernização institucional, utilizando, para efeito de análise, os seguintes elementos:

- a) Processo eleitoral municipal ocorrido com normalidade; no que diz respeito à observação das regras e ritos estabelecidos, sendo assegurado o direito de participação;
- b) O eleitor exercendo o direito de participação, seja como eleitor, seja como candidato;

- c) Existência de opções eleitorais, através de partidos e candidatos para os eleitores escolherem;
- d) O resultado das urnas respeitado, assegurado o direito de contestação nos marcos estabelecidos nas regras do jogo.

Ainda, fizemos uma incursão sobre os fatores que orientam a decisão do voto, particularmente visando entender em quais elementos o eleitor se baseia para se decidir durante o processo eleitoral.

A democracia passa a ser um conjunto de regras e procedimentos que contribui com a formação de decisões coletivas, sendo prevista e facilitada a participação ampla dos interessados. Neste caso, o Estado atua como guardião das regras democráticas. Quaisquer que sejam as decisões de impacto coletivo e/ou individual devem estar em consonância com as regras estabelecidas,

Desta forma elas servem, sobretudo para legitimar o direito de alguns decidirem. No caso do processo eleitoral, estamos diante da situação na qual o eleitor tem o direito de escolher quem de fato vai decidir por ele.

Consideramos que a criação de novos municípios está inserida enquanto luta política. Desse modo, temos como elementos precursores, as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político. Divisão esta que, ao desapossar alguns, legitima a posse de outros. A partir da análise dos discursos apresentados pelas lideranças, constatamos a existência de interesses diferenciados.

Há de se considerar, que os interesses em jogo passam a envolver uma rede de lideranças que verbalizam diferentes discursos, uma vez que as lideranças estão acantonados em posições diversas no campo político. Mas possuem como elemento comum a ocultação dos interesses individuais e dos grupos políticos, fazendo recorrência a uma oratória altruísta pautada na defesa do bem público, através do atendimento dos interesses coletivos. Objeto dessa luta é pelo poder de divisão.

Busca-se, em análise desse tipo, estabelecer uma coerência entre fatos incoerentes, conexão em ações muitas vezes desconexas, sentido para posturas aparentemente irracionais, ou seja, a objetivação da análise a partir da definição de critérios “objetivos”. Trata-se da busca por fatores, causas, determinações.

Os discursos apresentados pelos entrevistados apontaram as seguintes causas para as emancipações:

- a) A distância das localidades emancipadas em relação à sede (Marabá);

- b) Ausência de logística produtiva (indústrias, atividades econômicas) e social (hospitais, escolas, estradas trafegáveis);
- c) Crescimento demográfico acelerado e concentrado, decorrente das atividades do garimpo e dos grandes projetos;
- d) População constituída, majoritariamente, por imigrantes, sem vínculos culturais com o estado do Pará;
- e) Falta de poder de decisão sobre os seus “destinos”, seu “cotidiano”, “suas vidas”.

Com efeito, o que está em jogo é o poder de impor uma visão de mundo social, baseado nos princípios de divisão que, ao se impor ao conjunto do grupo, constrói consenso, pautado na manipulação simbólica, tendo em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e de seus portadores.

Efetivamente, o que está colocado não é apenas uma divisão territorial a partir da criação de municípios, mas uma re-divisão de poderes entre as lideranças locais e estaduais. Existe pelo menos um aspecto em comum: o campo político é um espaço de disputa, e, assim sendo, há o direito implícito nas regras desse jogo que permite que as lideranças possam inverter as relações de força no campo político.

Consideramos que as lideranças envolvidas nos processos emancipatórios se comportaram no marco dessa regra, pois subverteram uma situação, na qual estavam em desvantagem, sem, contudo, ignorar a existência de um acordo oculto e tácito em respeitar as coisas que estão em jogo e a própria existência do campo.

No jogo político, cada lance tem um preço. Cada campo impõe um preço explícito ou implícito de entrada ao mesmo. No campo político, “a entrada” tem de ter a anuência daqueles que já se encontram nele. A materialização dessa assertiva na política são as alianças que as lideranças locais estabelecem com as lideranças estaduais detentoras de mais capital simbólico e produtos para serem comercializados (cargos públicos, verbas governamentais, emendas parlamentares). A materialização dessas alianças é a publicização de que houve o aceite para o ingresso.

A história recente da criação de municípios no Brasil está vinculada à Constituição Federal de 1988, um a vez que esta delegou aos estados a prerrogativa de decidir sobre a divisão e fusão de áreas territoriais municipais. No Pará, foram

criados 37 municípios, a partir da nova legislação. Até 1988, o Pará era formado por 106 municípios e, hoje, tem 143.

Esse processo convergiu para a pulverização de poderes. As regras foram alteradas e, atualmente, a Emenda Constitucional n. 15, de 1996, modificou a lei, atribuindo à União a competência de legislar sobre limites territoriais e processos de emancipação. Mas, o novo dispositivo constitucional prevê que “a criação, bem como a incorporação, o desmembramento de municípios deverão ser realizados por lei estadual, cumprindo o período determinado por Lei.

Projetos foram apresentados ao Congresso, para que o assunto voltasse à esfera dos legislativos estaduais. Somente na Assembléia Legislativa do Pará, desde 1993, tramitam na Comissão de Divisão Administrativa do Estado e nos Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa 31 processos que pretendem criar igual número de novos municípios (31). Das propostas apresentadas, 14 projetos (45%) referem-se à divisão territorial do sul do Pará. De Marabá⁵⁵, segundo esta proposta, sairiam três novos municípios: Brejo do Meio, Vila Santa Fé e Morada Nova.

Há registro de outros processos, referentes à criação de novos municípios desmembrados, como: de Santana do Araguaia (Vila Mandi); Dom Eliseu (Bela Vista do Pará); Floresta do Araguaia (Vila Bela Vista); Água Azul do Norte (Vila Nova Canadá); Itupiranga (Cajazeiras e Cruzeiro do Sul); São Félix do Xingu (glebas Morada do Sol e Sudoeste); Xinguará (distrito de Rio Vermelho e Vila S. José do Araguaia); e São Geraldo do Araguaia (Vila Novo Paraíso).

O impacto do conjunto das proposições existentes no Congresso Nacional vai além do escopo local e estadual. Hoje, existem no Congresso Nacional, projetos de lei propugnando uma re-divisão do território nacional, seja por meio da criação de municípios, ou de novos estados.

No caso da região Norte, baseado nas proposições em trâmite no Legislativo federal, seriam criados os estados do Tapajós (PA), Carajás (PA) e Solimões (AM).

⁵⁵ Os processos só terão continuidade caso seja sancionado o projeto de Lei Complementar nº 41, que desde 2003 tramita no Congresso, permitindo que o tema da divisão territorial passe à alçada dos estados. É que a Emenda Constitucional nº 15, de 12.09.1996, deu nova redação ao parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição Federal, determinando que a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios serão feitos por lei estadual, dentro do período fixado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados conforme a lei.

Ainda, haveria a criação de territórios federais, com a criação dos territórios do Marajó (PA), Alto Rio Negro e Oiapoque (AP). O Nordeste brasileiro passaria a ter mais três estados, resultantes da criação dos estados do Maranhão do Sul, Rio São Francisco e Gurgueia. No Sudeste, o foco da divisão está centrado no território dos estados de São Paulo e Minas Gerais, que dariam origem aos estados de São Paulo do Leste, Minas do Norte e Triângulo, soma-se ainda a criação do estado da Guanabara. No Centro-Oeste, assistir-se-ia ao surgimento de três novas unidades federativas: Araguaia, Mato Grosso do Norte e Planalto Central.

Contudo, a prerrogativa de decidir sobre o assunto passa pelo Congresso Nacional, que em tese, é menos vulnerável às pressões locais e mais suscetível às negociação com o Poder Executivo federal. Dentre os argumentos apresentados, no sentido de conter novas re-divisões se destaca o de natureza financeira, ou seja, o custo.

No momento em que predomina o discurso de equilíbrio fiscal, a relação custo e benefício é usada como antídoto, uma vez que se trata, segundo esta acepção, de financiar novas estruturas de poder (câmaras municipais, executivos).

Por outro lado, é de bom alvitre não aumentar o número de governadores, senadores, deputados federais, estaduais, prefeitos e vereadores, secretários municipais de saúde, de educação, em busca de verbas para os estados e os municípios.

O discurso financeiro implica numa discussão política de re-divisão de poderes na federação e de política de desenvolvimento regional. A possibilidade da edificação de novas estruturas de poder representa excelente oportunidade para comercialização e trocas de produtos no mercado de trocas simbólicas. Os produtos aos quais nos reportamos são cargos de governadores, vice-governadores, secretários estaduais e municipais, cargos de deputados estaduais, polícia civil, polícia militar, senadores (três por estado), deputados federais, vereadores, prefeitos, Tribunais Estaduais Eleitorais (TRE), Tribunais de Conta dos Municípios (TCM), Tribunal de Justiça do Estado, Tribunal de Justiça Militar, Ministério Público. Enfim, esse é um preço que os atuais detentores do poder em escala municipal, estadual e federal no momento não estão dispostos a pagar.

O campo político é, pois, o lugar da concorrência pelo poder. Em política, ação das lideranças políticas está relacionada ao poder simbólico que estas dispõem. Trata-se de um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que

oferece crédito àquele em quem credita. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. Sendo assim, o poder de decidir está simbolicamente nas mãos do Congresso, enquanto os eleitores acreditarem, assim será, mas no momento em que os eleitores passarem a acreditar que esta é uma decisão de sua competência, quando efetivamente possuírem interesses numa re-divisão deste tipo, neste caso a situação será outra.

Nesse sentido, consideramos que a criação de novos municípios e estados está estreitamente relacionada ao interesse político das lideranças que estão gerenciando as atuais estruturas em dividir poderes com novas lideranças.

Com relação à competição política-eleitoral ocorrida no município de Parauapebas, observa-se a ocorrência de cinco eleições, através das quais três partidos políticos ascenderam ao poder: PMDB (01), PSDB (3) e PT (01). Em Canaã dos Carajás, se assistiu a uma situação *sui generis*: três eleições, contudo ocorreu uma polarização entre dois partidos, PSDB e PT, na última eleição. Mas quatro foram os prefeitos que assumiram o cargo, em decorrência do fato de que, no primeiro mandato, o prefeito eleito foi afastado pela Câmara de Vereadores, o presidente do Legislativo municipal ocupou o cargo, sendo também afastado. Na eleição seguinte, o candidato eleito foi do PDT. O eleito tinha o apoio de um deputado do PDT, a volatilidade partidária é expressiva nessa região, muito influenciada pela posição do Executivo estadual, que no caso é do PSDB. Três situações são muito emblemáticas. Em Canaã, o prefeito se elegeu pelo PDT e, no transcorrer do mandato, passou para o PSDB, obtendo apoio do governador do Estado, mas isso não foi suficiente, posto que ele perdeu a eleição para o candidato do PT que não tem o perfil de um político profissional, ao contrário é um empresário do setor de laticínio. Em Parauapebas, o prefeito se elegeu pelo PTB, depois passou para o PSDB, lançou para sucedê-lo a esposa, conseguindo elegê-la ao cargo de prefeita (PSDB). E a prefeita lançou o deputado estadual (PSDB) e ex-marido. Este disputou a eleição na condição de deputado, com apoio da prefeita, do governador do Estado, e perdeu a disputa eleitoral para o candidato do PT.

Em Marabá a situação se inverteu. O PT historicamente ligado aos movimentos sociais: trabalhadores rurais, movimento dos sem terra (MST), sindicatos urbanos, com participação destacada na luta contra o latifúndio, a oligarquia Mutran, optou por se aliar com o PMDB. A chapa que disputou a eleição foi PMDB e PT, o titular da chapa deputado federal, historicamente ligado aos

pecuaristas e aliado incondicional do ex-governador, ex-ministro e ex-senador e atual deputado federal Jader Barbalho.

Na eleição de 2004, o PSDB disputou o pleito municipal com candidatura própria, tendo como vice uma representante da família Mutran, ex-deputada estadual e esposa do ex-prefeito de Marabá, Nagib Mutran. Ambas as chapas concorreram com o prefeito Sebastião Miranda, ex-PTB, ex-PSDB e atualmente no PTB. Este compôs chapa tendo como vice um empresário local. O resultado final deu a vitória nas urnas ao candidato do PTB. Neste caso, o pragmatismo eleitoral do PT e do PMDB foi refutado pelos eleitores. Atualmente (maio de 2005), o candidato eleito teve sua vitória contestada na justiça eleitoral sob argumento de abuso econômico, está afastado do cargo, tendo inclusive a justiça determinado que o presidente da Câmara Municipal assumisse a prefeitura. Chegou a convocar nova eleição que deveria acontecer em 22 de maio, mas esta também foi suspensa por ordem judicial.

No momento, a disputa política foi transferida para o campo jurídico. Podemos dizer que a disputa eleitoral em Marabá comporta a interseção de três campos: o político, o econômico e, agora, o jurídico, sendo que os últimos lances estão sendo dados neste último campo. As urnas foram substituídas pelos tribunais, os eleitores pelos juízes. Mas efetivamente o jogo está sendo jogado em concordância com as regras estabelecidas no âmbito do Estado democrático, o resultado eleitoral está sendo questionado, mas a regra do jogo está sendo respeitada.

Baseado nesta análise, afirmamos que os municípios foram criados para atender, sobretudo aos interesses das lideranças políticas locais com a anuência das estaduais (deputado e governadores). Não obstante a isso, assiste-se à internalização das regras democráticas com a participação ativa do Estado democrático regulando os conflitos de interesses e as disputas eleitorais. Por fim, considero que a democracia está vencendo os grupos oligárquicos seja de natureza familiar, econômica e partidária ou de poder institucional. A esse processo chamo de modernização institucional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Falângola, 1993.

_____. Universalização e localismo; movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela, SILVEIRA, Isolda Maciel da, (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994. p. 521-537.

ARAGÓN, Luis Eduardo; KOSINSKI, L. A. Conhecimento científico, atores sociais e vontade política na construção de alternativas possíveis. In: ARAGON, L. E. (Org.). **A desordem ecológica na Amazônia**. Belém: UNAMAZ, 1991.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Planejamento regional e relações intergovernamentais. In: AFFONSO, Rui Brito Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.). **A Federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo: FUNDAP, 1995.

BECKER, Bertha. A Amazônia pós Eco-92. In: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 129-143.

_____. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: _____. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 46-67

_____; EGLER, Cláudio. A.G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 2. ed. Rio de Janeiro: B. Brasil, 1994.

_____; MIRANDA, Mariana. **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unespe, 1989

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papius, 1996.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro. J. Zahar, 1997.

_____. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas: Perspectiva, 2000.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004

_____. **O ofício do sociólogo.** metodologia da pesquisa na sociologia. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.:

_____. **Esboço de auto análise.** São Paulo: Companhia das Letras. 2005

BOBBIO, N. **O futuro da democracia:** uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BOURDIN, Alain. **A questão local.** Tradução de. Orlando dos Reis. Rio de Janeiro: DP&A. 2001.

BRASIL. **Lei Complementar nº 1,** de 9 de novembro de 1967.

_____. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).** Brasília, 1974.

BRUSEKE, F. J. **O problema do desenvolvimento sustentável.** Belém: NAEA;UFPA, 1993. (Paper.)

BUARQUE, C. O pensamento em um mundo terceiro mundo. In: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 57-80.

CASTRO, Edna. Processos de Trabalho e Relações de Poder no Carajás: mudanças sociais, industrialização e relações de trabalho. In: D'INCAO, Maria Ângela, SILVEIRA, Isolda Maciel da, (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização.** Belém: MPEG, 1994. p. 456-459.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política.** 3. ed. Campinas: Papirus, 1990.

CARVALHO, David Ferreira. **Globalização financeira, mercados especulativos e crescimento econômico em marcha lenta.** Belém: NAEA;UFPA, 1997. (Paper).

CASTELLS. Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo. Paz e Terra.1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO, M. C. N; COTA, R. G. **10 Anos da estrada de ferro Carajás.** Belém: UFPA, 1997. v. 01. 356 p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: FGV, 1987.

COSTA, Francisco de A. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia.** Belém: SEPEQ;NAEA;UFPA, 1992. (Documento SEPEQ,1.)

COSTA, José Marcelino M. Grandes Projetos e o crescimento da Indústria na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela, SILVEIRA, Isolda Maciel da, (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização.** Belém: MPEG, [199?] . p. 413 – 425.

D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. (Coleção Eduardo Galvão).

DOWNS, Anthony. **Por uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1991.

DURKHEIM. **O suicídio, estudo de Sociologia**. São Paulo: Fontes, 2000.

FATHEUER, Tomas W. **Novos caminhos para a Amazônia? O programa piloto do G-7: Amazônia no contexto internacional**. Rio de Janeiro: FASE; SACTES, 1994.

_____. **Novos caminhos para a Amazônia? O programa piloto do G-7: Amazônia no contexto internacional**. **Rev. Carder**. Propos. Rio de Janeiro: FASE/SACTES, ano 1.n. 2, 1994.

FERREIRA, Antônia Maria Martins. Contribuição ao debate sobre metodologia aplicada a estudo de zoneamento ecológico. Projeto Amazônia Legal. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE TRABALHO: DIVERSIDADE ECOSSOCIAL E ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO ENTRE ONGS NA AMAZÔNIA, 1., 1994, Belém. **Anais...**, Belém: FASE, 1995.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto**. São Paulo: Sumaré, 1991.

FIORI, José Luís. Globalização financeira: a vulnerabilidade das economias nacionais, **Rer. Propos**. V. 24. n. 68, mar 1996.

FREITAG, Bárbara. Habermas e a filosofia da modernidade. **Revista Ciências Sociais**. [s.l: s.n], 1993.

_____; ROUANET, Sérgio Paulo. (Org.). **Habermas**. São Paulo: Ática, 1993. (Grandes Cientistas Sociais).

_____. **A teoria crítica ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro. Record, 2003.

HABERMAS, Jurgen. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. 2. ed. Rio de Janeiro: T. Brasileiro, 1994.

_____. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: T. Brasileiro, 1989.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Pensamento pós-metafísico Praxis.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. (Estudos Filosóficos).

_____. **Teoría y praxis.** 3. ed. Madrid: [s. n.], 1997.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos:** o breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HURTIENNE, Thomas. O que significa a Amazônia para a sociedade global. In: D'INCAO, Maria Ângela, SILVEIRA, Isolda Maciel da (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 155-158.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970).** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **A sociedade global.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

INGRAM, David. **Habermas e a dialética da razão.** 2. ed. Brasília: Editora da UNB, 1987.

IBGE. **Censo. Demográfico:** 2000. Rio de Janeiro, 2000.

JORNAL CORREIO DO TOCANTINS. Marabá, p. 7, nov., 1987.

KEYNES, John Maynard. **John Maynard Keynes:** Economia. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984. (Grandes Cientistas Sociais, 6).

KOHLHEP, Gerd; SCHADER, Achim (Org.) **Homem e natureza na Amazônia.** Tubingen: ADLAF, 1987.

KOHLHEP, Gerd. O problema do planejamento regional e do desenvolvimento regional na área do programa Grande Carajás no leste da Amazônia. In: KOHLHEP, Gerd; SCHRADER, Achim (Org.). **Homem e natureza na Amazônia.** Tubingen: ADLAF, 1987. p.313-345.

_____. Desenvolvimento regional adaptado: o caso da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 6, n.1 6, p. 81-102, set./dez. 1992.

_____. Desafios à ciência e às políticas de desenvolvimento regional. Reflexões e recomendações sobre o futuro desenvolvimento da Amazônia. In: _____.

SCHRADER, Achim (Org.). **Homem e natureza na Amazônia**. Tübingen: ADLAF, 1987. p. 485-499.

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Perspectivas, 1987. (Debates).

LEIS, Héctor. A desordem ecológica Amazônica e a desordem político-econômica da ordem internacional. In: ARAGON, Luis Eduardo. **A desordem ecológica na Amazônia**. Belém: UNAMAZ, 1991. p. 373-381.

LEITÃO, Pedro. Ambiental desenvolvimentismo: Ideário nacional brasileiro dos anos 90?. In: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 145-161.

MACEDO, Mariano de Matos Planejamento regional necessidade de novos rumos. In: AFFONSO, Rui Brito Álvares (Org.). **A Federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo: FUNDAP, 1995.

MARTINS, J. de Souza. O poder de decidir no desenvolvimento da Amazônia: conflitos de interesses entre planejadores e suas vítimas. In: KOLHEP, Gerd., SCHRADER, Achim. **Homem e natureza na Amazônia**. Tübingen: ADLAF, 1986. p. 407-413.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MAYOR, Frederico. A biotecnologia no início dos anos noventa: êxitos, perspectivas e desafios. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 1, n. 16, p. 7-28, set./dez.1992.

MOREIRA, Roberto José. Pensamento científico, cultura e Eco-92: alguns significados da questão Ambiental. In: HOYOS, Juan, (Org.). **Interdisciplinaridade: (re)invenção de um saber**: NUMA;UFPA, 1993. (Universidade e Meio Ambiente).

GUIMARÃES NETO, Leonardo. A experiência brasileira de planejamento regional da perspectiva do Nordeste. In: AFFONSO, Rui Brito Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros. **A federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo: FUNDAP, 1995. p. 163-175.

_____. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, nov./jun. 1997.

NITSCH, Manfred. Riscos do planejamento regional na Amazônia brasileira: observações relativas à lógica complexa do zoneamento: In: D'INCAO, Maria Ângela, SILVEIRA, Isolda Maciel da. (Org.). **A Amazônia e a crise de modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p 501 –512.

_____. **Avaliação das metodologias e dos procedimentos do zoneamento ecológico-econômico nos estados da Amazônia brasileira: (Relatório Preliminar)**. Belém, 1997.

_____. **Planejamento sem rumo avaliação crítica da metodologia do zoneamento ecológico-econômico nos estados da Amazônia Brasileira:** Parecer elaborado para a Secretaria de Planejamento do Estado de Rondônia Berlin: Projeto de Cooperação Técnica PNUD;PLANAFORD, 1998.

PARÁ. Lei nº 5.887 de 9 de maio de 1995. Dispõe sobre a política estadual de meio ambiente e dá outras providências. **Diário Oficial [do Estado do Pará]**, Belém, maio, 1995.

PERSPECTIVAS. **Revista de Ciências Sociais.** São Paulo: UNESP, 1976.

_____. v. 16 , n. p. 1-131 , 1977.

PRZEWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

RATTNER, Henrique. **Planejamento e bem-estar social.** São Paulo: Perspectivas, 1979.

SACHS, Ignacy. **Espaço tempo e estratégias de desenvolvimento.** São Paulo: Vértice, 1986. (Vértice sul, 1).

_____. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável,** São Paulo: Brasiliense, 1993. p.29-27.

SANTOS, Milton et al. (Org.). **O novo mapa do mundo: fim do século e globalização** 2. ed. São Paulo: HUCITEC;ANPUR, 1994.

_____. **Por uma economia política da cidade.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. et al. (Org.). **Território: globalização e fragmentação.** 2. ed. Rio de Janeiro: HUCITEC; ANPUR, 1996. p. 15 a 20.

SANTOS, Roberto A. Oliveira. O *genius* de uma economia: reflexões e propostas sobre o desenvolvimento da Amazônia. In: ARAGÓN, Luís E., IMBIRIBA, Maria de Nazaré Oliveira, (Org.). **Populações humanas e desenvolvimento amazônico.** Belém: UFPA; ARNI; CELA, 1989.

SANTOS, Theotonio. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável:** as tendências da economia mundial e a integração latino-americana. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, [199-?].

SCHUBART, H. O. R. A Amazônia e os temas ecológicos globais: mitos e realidades. **População e natureza.** Brasília, DF: Instituto Sociedade, n. 6, p.1-12. 1991.

SUDAM. Planejamento e ocupação sustentável do território nacional: o exemplo da Amazônia. **Planejamento e Políticas Públicas.** Brasília: DF: IPEA, n. 7, p. 27- 38. 1991.

_____. **Cenários de desenvolvimento sustentável na Amazônia:** alternativas econômicas e perspectivas de cooperação internacional. Belém: SUDAM,1992. (Simpósio internacional).

_____. **Concepção estratégica de desenvolvimento da Amazônia.** Belém: SUDAM, 1996. (Versão executiva).

_____; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Macrocenários da Amazônia 2010:** cenários alternativos e normativos para a Amazônia. 2.ed. Belém, 1993. (Versão executiva).

TAVARES, Maria da Conceição. **O planejamento em economias mistas.** [s. l: s.n], [19--?]. p. 25-52.

TEIXEIRA, Alberto. **Planejamento público:** de Getúlio a J.K (1930-1960). Fortaleza: IPLANCE, 1997.

.

ANEXOS

ANEXO A - Demonstrativo das propostas de emancipações sudeste paraense.

Município	Proposta de novos municípios	Municípios criados
1- Marabá	1.1- Brejo Grande do Meio 1.2- Vila Santa Fé 1.3- Vila Paragatins	03
2- Santana do Araguaia	2.1- Vila Bela Vista	01
3- D. Eliseu	3.1- Bela vista do Pará	01
4- Floresta do Araguaia	4.1- Vila Bela Vista	01
5- Água Azul do norte	5.1- Vila Nova Canadá	01
6- Itupiranga	6.1- Cajazeiras 6.2- Cruzeiro do Sul	01
7- São Felix do Xingu	7.1- Glebas Morada do Sol 7.2- Sudoeste	02
8- Xinguara	8.1- Distrito de Rio Vermelho 8.2- Vila São José do Araguaia	02
9- São Geraldo do Araguaia	9.1- Vila Novo Paraíso	01
Total		14

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado do Pará (1991)

ANEXO B - Quadro de prefeitos de Marabá

Prefeito	1985-1988	1989-1992	1993-1996	1997-2000	2001-2004	2005-2008
Hamilton Bezerra						
Nagib Mutram						
Haroldo Bezerra						
Geraldo Veloso						
Geraldo Veloso						
Sebastião Miranda						

Fonte: TRE/PA (1991)

ANEXO C - Prefeitos eleitos 2004

Prefeito	Município	Partido	Votos	Eleitores aptos	Votos apurados	Abstenção
1-Renan Lopes Souto.	Água Azul do Norte	PMDB	3.023	6.853	3.282	21,01%
2- Darci José Lermen	Parauapebas	PT	32.132		53.619	9.877
3- Sebastião Miranda Filho.	Marabá	PTB	37.625	102.733	82.954	19,25%
4- João de Castro Barreto.	Eldorado dos Carajás	PDT	5.106	12.719	10.479	17,61%
5- Joseilton do Nascimento Oliveira.	Canaã dos Carajás	PT	4.982	15.642	12.342	3.282
6- Sebastião Curió Rodrigues de Moura.	Curionópolis	PMDB	4.246	9.228	8.705	5,67%

Fonte: TRE/PA (2004)